

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GIOVANA ELOÁ MANTOVANI MULZA

**EM PROL DA *AUTONOMIA* E DA *CIVILIDADE*:
A ALIANÇA DA IGREJA CATÓLICA COM O ESTADO COLOMBIANO DE
LA REGENERACIÓN**

MARINGÁ
2022

GIOVANA ELOÁ MANTOVANI MULZA

EM PROL DA *AUTONOMIA* E DA *CIVILIDADE*:
A ALIANÇA DA IGREJA CATÓLICA COM O ESTADO COLOMBIANO DE LA
REGENERACIÓN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Drº Angelo Priori

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M961e

Mulza, Giovana Eloá Mantovani

Em prol da autonomia e da civilidade : a aliança da Igreja Católica com o estado colombiano de La Regeneración / Giovana Eloá Mantovani Mulza. -- Maringá, PR, 2022. 111 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Colômbia - História. 2. Igreja Católica - História. 3. América Latina - História. 4. História política. I. Priori, Angelo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

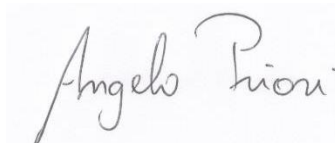
CDD 23.ed. 986.1

GIOVANA ELOÁ MANTOVANI MULZA

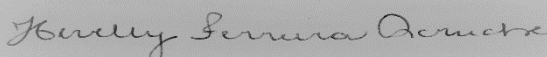
**EM PROL DA *AUTONOMIA* E DA *CIVILIDADE*:
A ALIANÇA DA IGREJA CATÓLICA COM O ESTADO COLOMBIANO DE
LA REGENERACIÓN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Drº Angelo Piori
Presidente/Orientador



Prof. Drª Hevelly Ferreira Acruche
Membro Convidado (UFJF)



Prof. Drª Solange Ramos de Andrade
Membro Corpo Docente (UEM/PPH)

Maringá
2022

À Juracy Fabretti Mantovani (*in memoriam*)
Cuja ausência apagou as pequenas paixões
e fortaleceu as grandes

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação é realizada através de muitas mãos, pois as palavras que a compõe compreendem uma história que a transcende. Foram transpostas ao papel em meio a conversas, sorrisos, choros, abraços e viagens. Portanto, reconheço que esta dissertação não é somente minha, mas de todos que estiveram ao meu lado. Tarefa mais árdua que escrever este trabalho acadêmico seria a de prestar as merecidas homenagens a todos que contribuíram para sua conclusão.

Aos meus pais, Rosângela e Claudio, pelo imensurável apoio e incentivo. E para quem a educação consiste no mais importante patrimônio a ser herdado dos pais. Obrigada por não terem sido “bonzinhos”, mas pais rigorosos que me tornaram quem eu sou. *Uma leoa nunca deve se deixar abater por um gnu.*

À minha irmã, Laura, por ser minha companheira de risadas e por ter se tornado uma pessoa admirável. A maturidade dela me faz questionar se sou, de fato, a irmã mais velha.

Aos docentes que diretamente incentivaram minha determinação: a professora Idália, professora Rosângela Lopes, professora Dr^a Renata Biazotto Venturini e o professor Dr^o José Henrique Rollo Gonçalves. Agradeço a professora Dr^a Solange Ramos de Andrade, quem me introduziu no universo da pesquisa acadêmica e por quem eu cultivo um grande apreço.

Ao meu professor-orientador, Dr^o Angelo Priori, quem acolheu esta pesquisa e norteou minhas ideias. Obrigada por tantas contribuições. Agradeço aos demais mestres da graduação e da pós-graduação que em muito contribuíram para meu crescimento. Agradeço igualmente a professora Dr^a Hevelly Ferreira Acruche, quem prontamente aceitou participar desta banca e realizou importantes considerações para esta jornada.

Agradeço a Capes pelo financiamento realizado, sem o qual não teria a oportunidade de dedicar-me integralmente a este estudo.

Às reais amigas que fortaleci nesta jornada: Regina C. Daefiol e Jaqueline Craveiro. Obrigada pelas conversas e por me ouvirem nos momentos difíceis.

Querido Pai Celestial, obrigada por me confortar nos momentos difíceis, concedendo-me saúde e luz para sempre reerguer minha cabeça.

Você sabe que por toda a minha vida eu tenho estado à espera, eu tenho esperado por isto. Por toda a minha vida, eu tenho lutado por este sonho em minha alma. E eu não vou deixa-lo ir.

**EM PROL DA AUTONOMIA E DA CIVILIDADE:
A ALIANÇA DA IGREJA CATÓLICA COM O ESTADO COLOMBIANO DE LA
REGENERACIÓN**

RESUMO

A presente dissertação versa sobre a História da Colômbia e dedica-se ao estudo das relações institucionais entre a Igreja Católica e o Estado colombiano de La Regeneración sob o viés da História Política. As temáticas dissertadas procedem da análise do contexto internacional do ocidente finissecular e das condições internas que motivariam uma aliança política-religião no final do século XIX. As fontes apresentadas no trabalho consistem em revistas institucionais e documentos de natureza escrita, os quais tratam dos interesses inscritos nesta relação. A baliza teórico-metodológica respalda-se nos conceitos de Fernand Braudel acerca da longa duração, cujas assertivas permitiram-nos abordar La Regeneración a partir das lacunas que antecedem este movimento. As análises promovidas na presente dissertação nos permitiram observar os objetivos inscritos na aliança Estado-Igreja e os mecanismos que perpassaram a Colômbia na busca por autonomia e civilidade no século XIX.

Palavras-chave: História da Colômbia. Igreja Católica. La Regeneración. História Política. Projetos Políticos Nacionais.

FOR AUTONOMY AND CIVILITY:
THE ALLIANCE OF THE CATHOLIC CHURCH WITH THE COLOMBIAN STATE OF
LA REGENERACIÓN

ABSTRACT

This dissertation deals with the History of Colombia and is dedicated to the study of institutional relations between the Catholic Church and the Colombian State of La Regeneración under the perspective of Political History. The themes discussed come from the analysis of the international context of the late nineteenth century and the internal conditions that would motivate a political-religion alliance in the late nineteenth century. The sources presented in the work consist of institutional journals and written documents, which deal with the interests inscribed in this relationship. The theoretical-methodological framework is supported by Fernand Braudel's concepts about long duration, whose assertions allowed us to approach La Regeneración from the gaps that precede this movement. The analyzes promoted in this dissertation allowed us to observe the objectives inscribed in the State-Church alliance and the mechanisms that permeated Colombia in the search for autonomy and civility in the nineteenth century.

Keywords: History of Colombia. Catholic Church. La Regeneración. Political History. National Political Projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa físico da Colômbia.....	29
Figura 2	- Regiões e sub-regiões geográficas da Colômbia.....	30
Figura 3	- Mapa dos departamentos da Colômbia de 1891	31
Figura 4	- Mapa urbano da Colômbia em 1851.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL COLOMBIANO	25
1.1 PONDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DA COLÔMBIA E SOBRE AS <i>LACUNAS</i>	27
1.1.1 As <i>lacunas</i> do pós-independência	36
1.2 A HIPÓTESE DAS <i>FERRAMENTAS</i>	38
1.3 O <i>ESTADO DA ARTE</i>	43
1.4 POR UMA DEFINIÇÃO DE <i>AUTONOMIA E CIVILIDADE</i>	48
2 UM ESTUDO DA ALIANÇA ESTADO-IGREJA	53
2.1 AS RESSONÂNCIAS INTERNACIONAIS DA <i>GRANDE DEPRESSÃO ECONÔMICA</i> E DO IMPERIALISMO NA COLÔMBIA	53
2.2 OS FINS DA ALIANÇA: INTERESSES DO ESTADO COLOMBIANO E DA IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DO SÉCULO XIX	62
2.3 A HIPÓTESE DA COERÊNCIA	70
3 A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO CIVILIZATÓRIO DE LA REGENERACIÓN	75
3.1 A IGREJA CATÓLICA NO SISTEMA EDUCACIONAL COLOMBIANO: O AMPARO MORAL E ADMINISTRATIVO	76
3.2 A IGREJA CATÓLICA NAS MISSÕES INDÍGENAS	86
3.3 UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA: A IGREJA CATÓLICA SERIA A GÊNESE DO “OBSCURANTISMO”?	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O alvorecer da judicialização da política colombiana nos anos 1980 e 1990 promoveu discussões em torno da redação da *Constitución Política de Colombia de 1991*¹. Permeada por inquietações que culminariam no *Plan Colombia*², essa nova Constituição retomava o tema da pacificação da Colômbia³. No marco destas discussões, a sociedade colombiana convocaria seus renomados intelectuais a fim de que prescrevessem o destino daquela nação reorganizada pela recente constituinte. Os ensaios procedentes destes debates seriam publicados em 1994 sob o título *Colombia al filo de la oportunidad* e incluíram o literato Gabriel García Márquez, o qual advogou pela educação e pela abertura da Colômbia ao mundo e às ideais. Ao que cabe ser salientado, uma passagem de seu ensaio merece ressaltar:

O paradoxo é que estes conquistadores nostálgicos, como seus antepassados, nasceram em um país com as portas fechadas. Os libertadores trataram de abri-las aos novos ares da Inglaterra e França, às doutrinas jurídicas e éticas de Bentham, à educação de Lancaster, ao ensino das línguas, à popularização das ciências e das artes, para excluir os vícios de uma Espanha mais papista que o papa e, todavia, escaldada pela influência financeira dos judeus e por oitocentos anos de ocupação islâmica. Os radicais do século XIX, e posteriormente a geração do Centenário,

¹ A judicialização da política consiste na transposição de decisões políticas para o campo jurídico, implicando na modificação das fronteiras tradicionais entre os sistemas político e judiciário. A Colômbia compreendeu formas expressivas de judicialização da política nas décadas finais do século XX, dado o relevante papel protagonizado pelo sistema jurídico para a redução do clientelismo e da corrupção política. Tal transposição, todavia, teve como palco a *Constitución Política de Colombia de 1991*, responsável por institucionalizar a judicialização da política e atribuir um amplo papel ao poder judiciário a fim de promover a correção dos vícios de uma política corrupta. À guisa de exemplificação, cerca de trinta e cinco estados de sítio haviam sido implantados na Colômbia desde a presidência do engenheiro Mariano Ospina Pérez (1946-1950), tornando esta judicialização da política enquanto uma alternativa viável para contornar os recorrentes regimes de exceção. Sobre a relação entre esta judicialização política e a Constituição de 1991, ver: UPRIMNY YEPES (2007) e MORENO MILLÁN (2014).

² A despeito da noticiada pacificação internacional decorrente do término da Guerra Fria, o Estado colombiano convivia com pautas de caráter emergencial: cabia-lhe a necessidade de conter a insurgência das guerrilhas, proporcionar a paz interna e reestruturar seu poderio deteriorado pelos escândalos de corrupção. Apesar das referências a tais pautas terem aparecido ainda na carta constitucional de 1991, o enfraquecimento do poder simbólico e político do Estado – vinculado principalmente com o narcotráfico –, suscitou discussões para a instauração de um plano de segurança envolvendo os Estados Unidos (EUA) e a Colômbia, intitulado como *Plan Colombia* em dezembro de 1999. A política estadunidense de Bill Clinton, inserida em uma conjuntura de guerra às drogas, fundamentava-se no intento de interromper a institucionalização da violência no Estado colombiano, bem como conter as implicações socioeconômicas da comercialização das drogas nos territórios adjacentes. Os investimentos majoritários foram provenientes do governo estadunidense, sendo maximizados em função dos episódios de 2001 – quando a “guerra ao terrorismo” implicou na visualização do *Plan Colombia* como uma luta contra o *narcoterrorismo*. A ingerência estadunidense nos governos latino-americanos no alvorecer do Terceiro Milênio estava marcada pelo contexto de reconfiguração das políticas internacionais dos EUA em decorrência do fim da Guerra Fria e mediante a construção de um inimigo terrorista que legitimaria sua interferência na América Latina (CAIXETA, MENDONÇA, 2018; VILLAÇA, 2011).

³ Pode-se observar o papel da Paz já na sessão inicial do texto da Constituição de 1991: “El pueblo de Colombia en ejercicio de su poder soberano, representado por sus delegatarios a la Asamblea Nacional Constituyente, invocando la protección de Dios, y con el fin de fortalecer la unidad de la Nación y asegurar a sus integrantes la vida, la convivencia, el trabajo, la justicia, la igualdad, el conocimiento, la libertad y la paz, dentro de un marco jurídico, democrático y participativo que garantice un orden político, económico y social justo, y comprometido a impulsar la integración de la comunidad latinoamericana decreta, sanciona y promulga la siguiente [...]” (COLOMBIA, 1991, p. 01). Neste excerto, percebe-se as preocupações dos constituintes com as necessidades de concretizar as pautas de pacificação e estabilidade tão defendidas no contexto internacional.

voltaram a propor isto com políticas de imigração massiva para enriquecer a cultura da mestiçagem, mas todas se frustraram por um temor quase teológico dos demônios estrangeiros. Ainda hoje estamos longe de imaginar quanto dependemos do vasto mundo que ignoramos. (GARCÍA MÁRQUEZ, 1994, p. 09, tradução nossa⁴)

Este excerto acaba por traçar uma genealogia para o subdesenvolvimento colombiano: fora o “temor quase teológico dos demônios estrangeiros” o responsável por inquietar a mente das classes dirigentes e causa originária das frustrações da nação. A narrativa – permeada por um cunho teleológico derivado de seu finalismo – reitera que os “conquistadores nostálgicos” teriam protagonizado uma aversão aos novos ventos intelectuais europeus, às doutrinas ético-jurídicas de Bentham⁵, à educação Lancasteriana⁶ e à divulgação científica e artística. Gabriel García Márquez (1994) não promoveu uma acusação nominal, mas se referiu aos intelectuais de La Regeneración e aos conservadores colombianos⁷, os quais teriam objetado a eficiência do utilitarismo de J. Bentham, a educação laica e o liberalismo manchesteriano, manifestando-se como católicos e centralistas em suas posturas culturais e políticas.

⁴ La paradoja es que estos conquistadores nostálgicos, como sus antepasados, nacieron en un país con las puertas cerradas. Los libertadores trataron de abrirlas a los nuevos vientos de Inglaterra y Francia, a las doctrinas jurídicas y éticas de Bentham, a la educación de Lancaster, al aprendizaje de las lenguas, a la popularización de las ciencias y las artes, para borrar los vicios de una España más papista que el papa y todavía escaldada por el acoso financiero de los judíos y por ochocientos años de ocupación islámica. Los radicales del siglo XIX, y más tarde la generación del Centenario, volvieron a proponérselo con políticas de inmigraciones masivas para enriquecer la cultura del mestizaje, pero unas y otras se frustraron por un temor casi teológico de los demonios exteriores. Aun hoy estamos lejos de imaginar cuánto dependemos del vasto mundo que ignoramos. (GARCÍA MÁRQUEZ, 1994, p. 09).

⁵ O utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832) consistiu em uma tentativa de construir uma ciência objetiva para a compreensão da sociedade e da política. Contrário aos ideais do Direito Natural – então defendido pelos filósofos contratualistas –, Bentham refuta a interferência divina e concebe uma teoria ética consequentialista, a partir da qual as consequências alcançadas tornam-se protagonistas diante do processo. No âmbito filosófico, o utilitarismo defende que o indivíduo busca o prazer e foge da dor, conduzindo suas ações em prol da felicidade da maior quantidade de pessoas. A utilidade da felicidade culminaria na melhora das coletividades e seria a base de uma Ética social e política. Ao legislativo, caberia criar leis que culminassem na felicidade do maior número de pessoas. O pensamento de Jeremy Bentham seria uma importante referência jurídica para a configuração política dos Estados Nacionais do século XIX. Sobre o utilitarismo de Bentham, ver: PELUSO (1998).

⁶ O sistema de Joseph Lancaster (1778-1838) foi concebido com o intuito de suprir as necessidades educacionais de uma Inglaterra em acentuada industrialização e urbanização. O método baseava-se na divisão e na criação de grupos de alunos, categorizados por seu nível de saber. Dessa forma, o professor poderia instruir centenas de crianças – proposta que prometia reduzir despesas e acelerar os progressos dos alunos. A educação Lancasteriana difundiu-se na América Latina a partir da segunda metade do século XIX, acentuando a popularização do ensino. Muitas das críticas a este projeto educacional foram provenientes das escolas religiosas, as quais questionavam a eficácia dos métodos laicos. Sobre esse método, ver: NEVES (2003).

⁷ Conforme será abordado no decorrer deste texto, o período cronológico que compreendeu La Regeneración (1880-1905) foi então categorizado como “conservador” por ter sido conduzido por uma coalização entre o Partido Nacional e o Partido Conservador na Colômbia. Veremos que diversos estudiosos e historiadores das últimas décadas – como o pesquisador Rafael Rubiano Muñoz (2016) – tenderam a observar este período tendo como base os conceitos do conservadorismo atual, associando La Regeneración a um regime retrógrado nas ideias e politicamente autoritário. A ideologia política do Partido Conservador, materialmente declarada em seu programa fundacional de 1849, foi concebida com o propósito fundamental de propiciar um ambiente institucional que permitisse o surgimento de um Estado de fato unificado, defendendo a democracia e a propriedade – princípios também defendidos pelo Partido Liberal e que muito diferem do que atualmente se compreende como “conservadorismo”. Conforme abordaremos pontualmente no último item deste trabalho, seria um anacronismo avaliar La Regeneración tendo como base o que se julga atualmente como *conservadorismo*.

Caso concordássemos com as assertivas expostas no ensaio, prontamente acabaríamos definindo o período que os historiadores nomeiam por *La Regeneración* – cronologicamente situado entre 1880 e 1905 – como um momento de reação das elites políticas colombianas perante o mundo externo, assinalando o retorno da Colômbia ao hispanismo católico, agrário e intolerante – realidade que haveria sido instaurada mesmo após uma próspera sucessão de presidentes liberais (1863-1880). Embora Gabriel García Márquez (1994) inscreva-se em uma linha interpretativa que procede do campo literário, seu parecer sobre a Colômbia do século XIX não impede uma observação em torno da longevidade das críticas ao período regenerador: as aversões antecedem o mencionado ensaio e se originaram ainda no decorrer da redação da *Constitución Política de la República de Colombia* (1886) – sustentáculo constitucional desse período. Aos principais presidentes regeneradores, Rafael Núñez (1825-1894) e Miguel Antonio Caro (1843-1909), incidiram as críticas em torno de seus propósitos em promover a centralização política e uma aliança com a Igreja Católica. Estas perspectivas transcenderiam as fronteiras colombianas e gerariam debates, inclusive, na imprensa liberal do México. Em 1887, o periódico mexicano *El Partido Liberal* teria agregado:

Colômbia foi, por muito tempo, uma referência a que se dirigiam todas as aspirações dos povos. Ali havia predominado a democracia e se praticava a república. Eram felizes e invejados os colombianos. O futuro lhes iria sorrir transbordando de prosperidades. [...] Uma nova Carta fundamental, que é a negação mais completa das ideias do século, acaba de ser sancionada na Colômbia. O catolicismo como religião do Estado. O pior dos centralismos restabelecido. A tirania da lei sobre tudo. Acima, o clero com o domínio absoluto em mãos. O fanatismo é parabenizado. [...] Isto nos aflige: Colômbia, a nobre e generosa Colômbia [...], se apresenta aos nossos olhos abatida, sem esperanças e ameaçada de uma imensa ruína. (NÚÑEZ, 1887, p. 303-305; tradução nossa⁸)

As alusões novamente aparecem inominadas, sustentando a narrativa de uma primazia dos governos liberais que antecederam o período de vigência dos presidentes intervencionistas de *La Regeneración*. Esta dicotomia salientada pelas duas passagens mencionadas inscreve-se na tendência que Fernando Guillén Martínez (1974) categorizaria como *divagaciones sobre as rivalidades ideológicas dos partidos políticos*. A expressão recebe ainda maior pertinência na medida em que observamos a recorrência das narrativas que optaram por analisar a história política da Colômbia como um conflito ideológico entre partidos antagônicos: o contraponto

⁸ Colombia fue por mucho tiempo el punto de mira a que se dirigían a todas las aspiraciones de los pueblos. Allí había predominado la democracia y se practicaba la república. Eran felices y envidiados los colombianos. El porvenir les sonreía rebosando en prosperidades. [...] Una nueva Carta fundamental, que es la negación más completa de las ideas del siglo, acaba de sancionarse en Colombia. El catolicismo como religión del Estado. El peor de los centralismos restablecidos. La tiranía de la ley en todo. En auge el clero con el dominio absoluto en la mano. El fanatismo de enhorabuena. [...] Esto nos aflige: Colombia, la noble y generosa Colombia [...], se presenta a nuestros ojos abatida, sin esperanzas y amenazada de inmensa ruina. (NÚÑEZ, 1887, p. 303-305). Compete salientar que esta passagem do jornal “*El Partido Liberal*” foi citada por Rafael Núñez e extraída de seu livro *La Reforma política en Colombia* (1945).

entre liberais e regeneradores aparece com recorrência como uma “força motriz” da história política colombiana do século XIX⁹. Os limites destas interpretações aparecem principalmente quando ampliamos nosso campo de visão: suas narrativas secundarizam a estrutura funcional dos partidos colombianos do século XIX, empenhando-se em categorizar suas divergências nos termos de uma *luta ideológica* e adiando possíveis análises sobre o contexto internacional que espargia na Colômbia do final do século XIX.

O resultado consiste em estudos limitados, a partir dos quais *La Regeneración* aparece recorrentemente categorizada com o adjetivo *reaccionária* e como protagonista de uma repulsa às tendências culturais e políticas da Europa do século XIX – tal como aludiu Gabriel García Márquez (1994). A causa primeva daquela Colômbia “abatida, sem esperança e ameaçada de uma imensa ruína” – nos dizeres do jornal mexicano – residiria justamente na aliança entre o Estado regenerador e a Igreja Católica, a qual tornar-se-ia premissa para os espíritos de reação clerical, isolamento internacional e intolerância que atrasavam a Colômbia frente aos avanços do mundo ocidental conduzido pelo liberalismo. A periodicidade destas narrativas – verídicas, inclusive, para escritores com o porte de Gabriel García Márquez – suscitou-nos incertezas sobre sua superficialidade e nos levou a considerar com maior cautela este intervalo temporal da história colombiana nomeado como *La Regeneración*. Como proposta alternativa, esta pesquisa sugere uma abordagem direcionada ao contexto internacional e aos interesses enunciados na aliança política-religião para a afirmação da autonomia e de uma civilidade para a Colômbia. Esta perspectiva nos possibilitará compreender as forças internas e externas que moldariam a tão criticada aproximação entre o Estado colombiano e Igreja Católica no final do século XIX.

Consideramos oportuno promover aqui uma melhor definição de *La Regeneración* e do projeto protagonizado pelos presidentes regeneradores. *La Regeneración* corresponde a um período da história colombiana compreendido entre os anos 1880 e 1905. Este íterim foi inaugurado após sucessivos governos liberais instaurados após a independência do país e a ruína do sonho de uma *Gran Colombia*¹⁰. Concordamos a priori que o projeto político-cultural regenerador esteve sustentado sob três elementos fundacionais: unidade estatal centralizada;

⁹ Traçaremos um debate pormenorizado desta tendência no capítulo inicial do texto. Adiantamos que diversos estudos trataram da Colômbia dos séculos XIX e XX como um conflito interminável entre partidos políticos, especialmente os autores que buscaram formular manuais didáticos sobre a história desse país. Veja, por exemplo, o texto de Rafael Rubiano Muñoz (2016).

¹⁰ A *Gran Colombia* correspondeu a um país sul-americano que existiu entre 1819 e 1831 e compreendeu os atuais territórios da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. A *Gran Colombia* foi criada através da Lei Fundamental da República homologada em 1819 no Congresso de Angostura. O país seria dissolvido em 1831 em função de tensões políticas regionais. A *Gran Colombia* representou a tentativa de Simón Bolívar em unificar a antiga América espanhola em uma nação una e poderosa.

intervenção e controle estatal sobre os sistemas exportador e monetário; coesão social baseada na integração cultural estruturada pela Igreja Católica¹¹. Como baliza argumentativa, reconhecemos que estes aspectos foram apresentados em resposta às lacunas deixadas pelo presidencialismo liberal anterior ao período regenerador e que demandavam de novas ferramentas para serem supridas. Também reconhecemos que o palco internacional que instigou este projeto não esteve composto somente pelos “novos ares intelectuais da Europa” que realçavam a civilidade dos países industriais: a centralização política e a regulamentação econômica dos presidentes de La Regeneración foram aplicados em um contexto permeado pela *Grande Depressão* das décadas de 1870 e 1880¹² e pelas tendências imperialistas da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA)¹³. Configurava-se um quadro semelhante a uma *faca de dois gumes* no qual o medo da conquista era simultaneamente cultivado pelo desejo em ser um conquistador – tema que iremos discutir no próximo capítulo.

À guisa destas condições históricas, consideramos que a Igreja Católica tornar-se-ia uma potencial aliada para o projeto de unidade cultural e territorial formulado pelos governos regeneradores. Como premissa, acreditamos que essa aliança entre as elites políticas e a Igreja Católica consistiu em um procedimento coerente diante das pautas da Colômbia da segunda metade do século XIX: a aliança aparentava ser uma interessante força catalisadora para

¹¹ Embora as pesquisas optem por seguir diferentes abordagens, estes aspectos de La Regeneración permanecem consensuais entre historiadores e cientistas políticos. A consensualidade em torno destes aspectos deriva sobretudo de sua presença nos artigos da constituinte de 1886. As divergências entre os estudiosos surgem especialmente quando seus textos carregam com intensidade a “bagagem” ideológica do autor, atitude que frequentemente os faz defender um ou outro período. Este é o percurso que muitos pesquisadores traçaram, resultando nos discursos limitados e teleológicos que mencionamos acima.

¹² Embora seja categorizada por muitos pesquisadores como um manual, a clássica obra de Eric Hobsbawm, “A Era do Capital”, contém uma satisfatória síntese da crise econômica das décadas de 1870 e 1880: “Mesmo para o gosto de um período que apreciava seus *booms* econômicos velozes e coloridos, [a derrocada] foi bastante drástica: 21 mil milhas de estradas de ferro americanas entraram em colapso e falência, as ações na Bolsa Alemã caíram em 60% entre a alta da expansão e 1877 e – mais característico – quase metade dos altos-fornos dos grandes países produtores de ferro pararam. O dilúvio de imigrantes para o Novo Mundo foi reduzido para um modesto rio.” (HOBSBAWM, 2012, p. 84-85). A *Grande Depressão* foi resultado de uma superprodução que não foi habilmente absorvida pelo mercado consumidor, gerando desempregos e concentração de renda. No que compete ao nosso estudo, essa crise do capitalismo implicou na redução da demanda pelos produtos primários da América Latina, assim como instigou a busca por novos mercados consumidores e por mão de obra barata não-europeia. Novas políticas imperialistas moldariam as relações internacionais entre a Europa e a América Latina a partir desta crise – fosse através de interesses comerciais ou projetos de conquista. Esse tema será melhor discutido no segundo capítulo deste trabalho.

¹³ Sobre as tendências de conquista e intervenção externa, basta observar a invasão franco-austríaca de Maximiliano de Habsburgo no México na década de 1860 (PANI, PI-SUÑER LLORENS, 2015). Outro exemplo de grande relevância consiste no processo de emancipação do Panamá – pertencente à Colômbia até 1903 –, o qual contou com uma forte interferência militar e diplomática do governo de Theodore Roosevelt, visivelmente interessado em deter o domínio do canal interoceânico cuja construção estava paralisada. Assim, às necessidades de moldar uma nacionalidade colombiana somaram-se as preocupações dos regeneradores em torno de possíveis fragmentações ou conquistas mediadas por interesses exógenos. Essas observações tornam-se importantes para estudar a história dos governos liberais e dos governos regeneradores do século XIX e não têm recebido a merecida atenção pelos estudiosos do tema. Este tema também será melhor aprofundado no segundo capítulo deste estudo.

consolidação da autonomia e da civilidade aos olhos daquelas elites frustradas com as promessas liberais. As concessões à Santa Sé permaneceriam determinadas por uma Concordata firmada pelo então presidente Rafael Núñez e pelo Papa Leão XIII em 1887, concedendo ao clero católico um papel protagonista no sistema educacional e nas missões civilizatórias aos povos nativos que circunscreviam o território nacional – atribuições fundamentais para um Estado que projetava construir uma identidade e que visava unificar culturalmente seus habitantes sob a moral católica. Consideramos que a Concordata de 1887 sinalizaria uma reconciliação entre política e religião na Colômbia sob os moldes de um projeto de Estado que representou o interesse do governo colombiano e da Santa Sé – abordagem que permite-nos compreender La Regeneración e seu vínculo com a Igreja Católica sob uma visão que transcende termos como *intransigência* e *Estado reacionário*.

Nesta pesquisa, pressupomos que os presidentes regeneradores construíram um projeto baseado nas necessidades daquele contexto, determinados muito mais por demandas práticas do que por assuntos ideológicos, visando enfrentar os problemas centrais herdados pelas elites políticas latino-americanas¹⁴ para a construção dos Estados nacionais ainda no século XIX. Dessa forma, podemos correr o risco de definir La Regeneración como um projeto de Estado inserido em um *Movimento Hemisférico* comum a outras nações da América Latina. Afinal, outros países frustraram-se com os rumos tomados no pós-independência e buscaram retomar a “senda para a civilidade” mediante ferramentas semelhantes às adotadas na Colômbia – temática que também iremos tratar de forma mais incisiva no primeiro capítulo deste estudo. Esta pesquisa posiciona-se como uma abordagem alternativa às tendências historiográficas consolidadas na medida em que opta por trabalhar o passado colombiano sob um viés mais totalizador¹⁵. Visaremos construir uma narrativa que compreenda La Regeneración enquanto um movimento inserido em uma dinâmica histórica que transcende temporal e espacialmente a Colômbia do final do século XIX.

¹⁴ Neste trabalho, empregaremos o termo “América Latina” com o objetivo de facilitar a nomeação da área do continente americano que não comporta o domínio dos EUA e do Canadá. Sabemos que o nome e a ideia de uma *América Latina* foram resultados de um processo que ainda era precoce no século XIX e cuja popularização ocorreu posteriormente à Segunda Guerra Mundial (BRUIT, 2000). O uso desse termo, portanto, terá o objetivo único de nortear territorialmente o trabalho.

¹⁵ Abordaremos melhor as tendências historiográficas consolidadas no próximo capítulo deste estudo. Por ora, cabe mencionar que nos posicionamos como uma abordagem alternativa com base nas discussões feitas pelo historiador Jesús Antonio Bejarano (1997), o qual apresentou os paradigmas parciais que prejudicaram a construção de uma história totalizante. Esta historiografia consolidada traçada por Antonio Bejarano (1997) consiste justamente em um conjunto de estudos econômicos e sociais que segregam a história em campos que pouco se propõe a dialogar entre si. Nos dizeres do autor, “Eso significa de una parte – y en ello habremos de insistir suficientemente – la disolución de la matriz disciplinar y por lo tanto la inexistencia de una comunidad académica que pueda constituir programas de investigación, compartir esfuerzos para resolver enigmas y compartir criterios de juicio que resulten en un intercambio intelectual fructífero.” (ANTONIO BEJARANO, 1997, p. 285).

Embora tenhamos citado somente algumas tendências interpretativas, concordamos que os estudos anteriores a este trabalho tiveram a virtude de problematizar La Regeneración sob múltiplas temáticas e metodologias¹⁶. Contudo, continuariam pendentes indagações pormenorizadas em torno desse vínculo política-religião promovido pelo projeto político regenerador, sobretudo no que tange ao papel da Igreja Católica para acelerar a almejada conquista da autonomia e da civilidade colombiana. Como proposta central, esta pesquisa visa analisar os interesses das elites políticas regeneradoras em promover uma aliança com o clero católico.

Em virtude deste objetivo, as discussões que serão tratadas nesta dissertação partem de três questionamentos: havia, de fato, coerência nesta aliança entre o governo colombiano e a Santa Sé durante La Regeneración? Em que medida a Igreja Católica foi convocada para atuar nesse projeto de construção de uma cultura nacional e de uma identidade para o país? A Igreja Católica foi, de fato, um elemento de retrocesso e atraso para a vinda dos novos ares do progresso? Sabemos que as respostas a estas indagações somente poderão ser alcançadas com um olhar baseado na longa duração da história da Colômbia. Como hipótese a ser explorada, acreditamos que a aliança com a Igreja Católica consistia no arcabouço de um projeto político que não visava o retrocesso intelectual e o isolamento da Colômbia – como haviam sugerido os textos mencionados –, mas inseria-se em uma proposta de afirmar a autonomia nacional e de cultivar uma civilidade no país. Esta é a base da argumentação a ser exposta nesse texto. Pensamos que estes problemas não foram abordados com a merecida atenção pelas pesquisas anteriores e que são fundamentais para um estudo mais cuidadoso da história da Colômbia. Esse trabalho tem como objetivo contribuir para a renovação das abordagens em torno de La Regeneración, assim como propor alternativas que evitem o foco sobre as divergências entre os partidos.

É evidente que a autoridade do catolicismo e do clero católico ainda permanece visível na Colômbia contemporânea, sendo impraticável dissertar eficientemente da aliança Estado-Igreja em sua real longevidade¹⁷. Desta forma, o presente estudo permanecerá temporalmente

¹⁶ Podemos mencionar, desde já, trabalhos como o de María Emma Wills Obregón (2000), Margarita Rosa Garrido (1983), Miguel Ángel Urrego (1997), Rodolfo Arango (2002) e Oscar Blanco Mejía (2009). Tais estudos serão melhor abordados no primeiro capítulo deste trabalho.

¹⁷ A longevidade da aliança Estado-Igreja pode ser facilmente visualizada no papel desempenhado pelo papado no apaziguamento dos conflitos políticos entre as milícias e o narcotráfico nas décadas finais do século XX e nos anos iniciais do terceiro milênio (EL PAÍS, 2017). Para além dos diálogos promovidos pelo atual Papa na resolução das guerras civis, a Igreja Católica protagonizou missões de amparo social, evitando uma possível sucumbência da ordem política da Colômbia. Dentre suas mais significativas ações, destaca-se sua coordenação em 4.167 centros de instrução educacional, os quais abrangem desde o ensino primário até instituições de ensino superior. Ademais, a Igreja Católica contava no ano de 2017 com 100 hospitais, 120 ambulatórios, 383 casas para idosos e 604 orfanatos, tornando-se uma instituição ainda significativa naquele país (CANÇÃO NOVA,

compreendido entre 1880 e 1905, não ultrapassando a *Guerra dos Mil Dias* e a subsequente emancipação panamenha – sobretudo em função destes episódios inaugurarem a ingerência norte-americana na Colômbia e ocasionarem a derrocada do sonho pela autonomia no cenário internacional. Apesar desta delimitação, este estudo não possuirá balizas cronológicas rígidas que impõem um recorte temporal preciso, especialmente porque a temática exige flexibilidade e contínuas análises das antecedências e das subsequências. Nosso estudo sobre as missões católicas nos povoados indígenas exigirá o uso de fontes que transcendem temporalmente esta recorte. De forma geral, propomo-nos a investigar a aliança da Igreja Católica com o Estado regenerador sob um foco que transcende temporal e espacialmente a Colômbia do final do século XIX.

Como baliza teórico-metodológica, abordaremos La Regeneración com o amparo das ponderações de Fernand Braudel acerca da longa duração – categoria que melhor nos fornece um referencial para tratar da inserção do projeto regenerador na estrutura política colombiana no pós-independência. Suas observações em torno da multiplicidade dos tempos históricos consistem em uma referência continuamente atual para as ciências humanas. O clássico texto *História e Ciências sociais. A longa duração* (1965) relembra-nos da importância deste “longo tempo histórico” dominado pela questão da *estrutura*: “Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente.” (BRAUDEL, 1965, p. 268). Na medida em que nos propomos a não restringir nossa análise aos acontecimentos superficiais da história colombiana e aos conflitos partidários que os teriam desencadeado, esta pesquisa acaba recorrendo ao estudo de possíveis estruturas compartilhadas pelas nações latino-americanas: os duradouros desafios de construção de uma identidade e de afirmação frente às antigas nações.

Neste ponto, torna-se oportuno apresentarmos as fontes documentais desta pesquisa. O arcabouço documental do trabalho parte majoritariamente de três naturezas textuais: ensaios, documentos institucionais e jornais. Muitos dos ensaios selecionados foram redigidos por Rafael Núñez e foram consultados no compilado *Escritos económicos de Rafael Núñez* (2014), cujos textos foram elencados pelo historiador Roberto Junguito e publicados em dois volumes extensos. Também abordaremos alguns ensaios de Miguel Antonio Caro, sobretudo aqueles que compreendem as discussões deste intelectual católico em torno do papel moral da

2017). Embora o atual Estado da Colômbia denomine-se laico, percebe-se a importância do catolicismo e da Igreja Católica no amparo cotidiano aos colombianos, representando não somente a religião mais professada no país, mas também auxiliando indiretamente na manutenção da ordem e da paz interna.

Igreja Católica no projeto regenerador. No que tange às fontes institucionais, consideramos de ampla importância o estudo da *Constitución Política de la República de Colombia* (1886) e do *Concordato celebrado entre la Santa Sede y la Republica de Colombia 1887* (1887), especialmente porque compreendem o discurso oficial de ambas as instituições abordadas neste estudo – o Estado colombiano e a Igreja Católica. Por último, esta pesquisa contou com o estudo de alguns jornais de circulação nacional, especialmente os periódicos que trataram da temática da educação católica. Estes jornais foram selecionados tendo como base o acervo disponibilizado no repositório virtual *Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía*, dentre os quais se encontra a revista *Repertorio Escolar* e a *Revista de Instrucción Pública de Colombia* – ambos publicados a partir do Estado.

Quais aspectos induziram-nos a estudar os periódicos? Historiadores apontam que os jornais acompanharam o cenário político republicano ao longo de grande parte da história da Colômbia no século XIX: “[...] a vida republicana esteve acompanhada de uma ânsia que muitos consideravam excessiva por publicar notícias e opiniões. O periodismo se converte em elemento essencial da vida pública e a política se nutre das polêmicas dos periódicos.” (ORLANDO MELO, 2004, p. 01; tradução nossa¹⁸). Embora seja impossível determinar a quantidade de jornais publicados entre 1810 e 1900, os jornais de circulação nacional ou regional registraram eventos e opiniões, permitindo-nos abordar nosso objeto sob múltiplos olhares e temas. A escolha dos periódicos, ademais, esteve em consonância com o contexto pandêmico no qual a presente pesquisa foi desenvolvida: acabamos nos limitando ao acervo digitalizado disponível em hemerotecas e coleções da *Biblioteca Nacional de Colombia* – disponibilidade que, embora seja restrita, contribuiu para uma compreensão satisfatória do tema. Dessa forma, o estudo dos jornais foi importante para essa pesquisa e foi tão significativo para o trabalho quanto os ensaios políticos ou decretos institucionais, especialmente no que se refere ao papel moral da Igreja Católica na Colômbia.

As fontes a serem retomadas possuem natureza escrita e foram selecionadas para expandir a problematização deste trabalho e não o converter em uma simples crônica sem respaldo documental. Os textos escolhidos ora versam do contexto internacional que compreendeu *La Regeneración* e ora tratam dos elementos que formaram esta aliança Estado-Igreja. Em termos metodológicos, estas fontes serão estudadas com o respaldo das observações do historiador Julio Aróstegui (1995), para quem a análise documental demanda

¹⁸ “[...] la vida republicana estuvo acompañada de un afán que muchos consideraban desmedido por publicar noticias y opiniones. El periodismo se convierte en elemento esencial de la vida pública y la política se nutre de las polémicas de los periódicos.” (ORLANDO MELO, 2004, p. 01)

de recursos técnicos, intuição e rigor para a aplicação do método. Este trabalho estará atento aos aspectos contextuais que influenciaram a redação das fontes documentais, assim como às suas características internas – tal como natureza, discursos, autoria e público-alvo – que permearam sua estrutura e que por vezes passam despercebidas em uma leitura superficial. Como referência básica para a pesquisa, mencionamos uma passagem do mencionado autor: “[...] a investigação histórica é usualmente uma aventura muito mais vinculada ao improviso, à intuição e ao bom-senso do investigador que a uma preparação técnica rigorosa.” (ARÓSTEGUI, 1995, p. 352; tradução nossa¹⁹). Estes aspectos metodológicos nos permitem estudar as fontes mencionadas e vão ao encontro das ponderações da historiadora Tania Regina de Luca (2008) acerca do estudo dos periódicos.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento do trabalho, optamos por dividi-lo em capítulos, cuja sequência irá dispor das propostas ao tema apresentado. No capítulo inicial, exibiremos detalhes pontuais em torno da geografia colombiana do final do século XIX, bem como suscitaremos as principais tendências que permearam o debate historiográfico sobre La Regeneración – o nomeado *Estado da Arte*. Os capítulos posteriores buscarão propor soluções aos questionamentos elencados neste tópico introdutório. Dessa forma, o segundo capítulo irá traçar um panorama do palco internacional que instigaria essa aliança do governo colombiano com a Igreja Católica, bem como sua coerência no projeto regenerador. Finalmente, o terceiro capítulo discutirá a função educacional e missionária atribuída ao corpo eclesiástico católico e buscará compreender se, de fato, essa relação política-religião marcou a gênese de um suposto retrocesso intelectual e político na história da Colômbia. Neste último item, buscaremos traçar o modo como pesquisadores colombianos categorizaram La Regeneración como conservadora e observaremos se essa definição de “conservadorismo” é oriunda dos séculos XX e XXI ou se respeita o que se compreendia como conservadorismo no século XIX com base nas obras de Edmund Burke.

Consideramos que o conjunto destes capítulos nos possibilitará compreender o projeto nacional regenerador e sua relação com a Igreja Católica sob uma forma mais ampla, evitando suposições em torno de uma possível intransigência religiosa e interpretações exaustivas sobre os conflitos partidários. Neste trabalho, buscaremos ressaltar que La Regeneración formulou um projeto político e cultural que esteve em consonância com a comunidade internacional de ideias e com os problemas centrais que herdaram as nações latino-americanas do século XIX

¹⁹ “[...] la investigación histórica es por lo común una aventura mucho más confiada a la improvisación, a la intuición y al buen sentido del investigador que a una preparación técnica rigurosa.” (ARÓSTEGUI, 1995, p. 352)

– como a centralização política, a consolidação da soberania do Estado Nacional, o controle da autonomia econômica e a fundação da ordem política em prol da prosperidade material. Este “temor quase teológico dos demônios estrangeiros”, nos termos de García Márquez, foi tão somente uma compreensão parcial do período. A relação entre o catolicismo e a política nesse período deve ser compreendida como um auxílio prestado pela Igreja Católica para a classe política dirigente, visando ajudar na consolidação de um projeto de Estado Nação em meio a uma sociedade desunida que dificultava a criação de uma unidade nacional e uma identidade cultural. O projeto regenerador seguiu o caminho do progresso²⁰ material traçado pelas nações “civilizadas”, construindo estradas e ferrovias, incentivando a moeda nacional, promovendo a educação primária e protegendo a economia. Seu diferencial foi promover uma reconciliação com a Igreja Católica e usufruir do auxílio desta instituição representante de ideais tidos como exemplares para esta elite política.

Desde já, cabe-nos lembrar das dificuldades que os historiadores brasileiros enfrentam para estudar a América Latina. Os percalços iniciam-se na própria questão linguística oriunda da presença majoritária das fontes em espanhol²¹ e aumentam com a dificuldade no acesso a documentos não-virtuais²². Outra dificuldade se origina ao próprio arcabouço conceitual da historiografia brasileira, muito influenciada pelas pesquisas francesas²³ que podem dificultar o historiador desatento em uma análise da América Latina a partir de ferramentas que “caibam”

²⁰ Embora tenhamos optado pelo termo *progreso*, certos autores – como Margot Andrade Álvarez (2011) – preferiram usar a expressão *modernidade*. Decidimos não empregar “modernidade” e “moderno” em função dos diversos significados que este conceito possui, os quais podem gerar conflito. A opção por “progreso” deve-se tanto à sua recorrência nas fontes históricas do período quanto pela forte influência positivista que permeava o mundo latino-americano na segunda metade do século XIX. O positivismo consistiu em uma das bases do Estado colombiano regenerador, sobretudo porque as elites políticas lhes outorgaram uma dimensão religiosa. Embora o positivismo de Auguste Comte (1798-1857) tenha definido que a experiência era a essência do conhecimento, este pensamento acaba sendo assimilado de forma contrária: as elites políticas regeneradoras buscaram aplicá-lo no campo da política e da religião em detrimento a uma filosofia da ciência. Concebido desse modo, o positivismo se torna uma referência dos governos regeneradores, especialmente Rafael Núñez – quem inspirou-se neste pensamento para formular a constituinte de 1886 que fundamentaria o movimento de La Regeneración. Faz-se necessário ressaltar, desde já, que o emprego dos termos “progreso”, “civilidade” e “desenvolvimento” neste trabalho deve-se a sua presença na própria documentação que iremos analisar – as quais possuíam como parâmetro a então realidade europeia da segunda metade do século XIX.

²¹ Embora a questão linguística possa ser vista de fácil resolução pela proximidade do português com o espanhol, muitos pesquisadores brasileiros podem encontrar dificuldades nessa barreira linguística nos primeiros meses de realização da pesquisa. Afinal, existem muitos “falsos cognatos” e preposições que podem dificultar uma leitura mais rápida das fontes e da própria bibliografia secundária sobre o tema estudado.

²² A impossibilidade de consultar documentos físicos foi uma dificuldade constante em nossa pesquisa. Este percalço não se deu somente pelo alto custo de deslocamento do Brasil para a Colômbia, mas sobretudo pela impossibilidade de ir ao país devido ao fechamento das fronteiras brasileiras em 2020 e 2021 em função da pandemia de Covid-19. São por essas razões que nosso estudo contou somente com documentos e textos disponíveis em ambiente virtual.

²³ Luciana Fernandes Boeira (2014) fez um interessante estudo mostrando a influência das revistas de história francesas para a construção da historiografia brasileira no século XIX e para a narrativa da história do Brasil.

em um estudo sobre a realidade latino-americana²⁴. Estas dificuldades foram enfrentadas por nós, mas não nos impediram de nos debruçar sobre a Colômbia de La Regeneración.

A preferência por esta temática deve-se a nossa inclinação em desenvolver pesquisas que tratem de relações entre política e instituições religiosas – tal como promovemos em duas pesquisas de iniciação científica ao longo da graduação. Elencamos uma investigação sobre La Regeneración porque a relação do Estado colombiano com a Igreja Católica nesse período foi uma das mais estreitas na história recente da Colômbia. Sem dúvida, a dedicação para esse enfoque não estava precisamente delimitada no projeto encaminhado para a seleção – a partir do qual podemos visualizar objetivos muito pálidos e ainda superficiais característicos de uma proposta de pesquisa prematura. Afinal, como mencionou o próprio Julio Aróstegui (1995, p. 352): “De alguma maneira, uma pesquisa histórica deve responder a um plano. No decorrer dessa mesma pesquisa, o esboço ou plano inicial será com toda probabilidade profundamente modificado e o resultado final terá poucas semelhanças com as presunções iniciais.” (tradução nossa²⁵). A definição do trabalho ao tema dessa aliança resulta do encaminhamento de leituras e, conforme mencionado, de uma tendência da pesquisadora em “farejar” estudos desta feição. Esperamos que esta pesquisa contribua, de alguma forma, para uma compreensão mais equilibrada da história da Colômbia.

²⁴ Podemos arriscar que esta dificuldade é passada, em graus diferentes, pelos historiadores brasileiros que estudam a história da Ásia. Esta influência francesa não é um obstáculo para o estudo da América Latina a partir do Brasil. Afinal, usaremos os conceitos de “continuidade” e de “longa duração” que foram sistematizados pelo historiador francês Fernand Braudel. A questão, de fato, consiste em evitar o uso de “chaves” que não se encaixam na realidade da América Latina – como, por exemplo, tentar usar a ideia da categoria “idade média” para estudar o continente americano.

²⁵ “En alguna manera, una investigación histórica debe responder a un plan. En el curso mismo de la investigación, el diseño o plan primitivo serán con toda probabilidad profundamente modificados y el resultado final seguramente tendrá poco que ver con las presunciones iniciales.” (ARÓSTEGUI, 1995, p. 352)

1. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL COLOMBIANO

O projeto regenerador delineou a incorporação da Colômbia ao nomeado *concerto das nações civilizadas*²⁶ e esteve em consonância com a reação internacional diante dos resultados econômicos da *Grande Depressão* e das falências do liberalismo manchesteriano²⁷. O período permaneceu conduzido por estadistas atentos às incidências destes eventos na América Latina e conscientes da demanda de um sistema político fortalecido – elementos que o próprio Rafael Núñez observou em sua estadia no exterior (1863-1876) e discutiu na obra *Ensayos de Crítica Social* (1874). Em semelhança aos outros países latino-americanos, a elite política colombiana visualizou sua população e seu território como a base da então chamada “sociedade nacional”, a qual era imaginada enquanto um organismo cuja vitalidade deveria ser defendida diante dos conflitos internos e das interferências estrangeiras. No rol destas pautas, os presidentes de La Regeneración idealizaram o reconhecimento da Colômbia como nação civilizada e planejaram a afirmação de sua autonomia mediante o amparo educacional e missionário da Sé romana –

²⁶ A dicotomia *civilização* e *barbárie* marcou o pensamento político dos séculos XVIII e XIX e influenciou as relações internacionais neste período. Conforme trabalhou exaustivamente Airton Ribeiro da Silva Júnior (2015) em seu estudo de mestrado, estes conceitos originaram-se na antiguidade e seriam ressignificados pelo discurso jurídico dos séculos XVIII e XIX para a construção de um direito hierarquizado, a partir do qual os povos não-europeus eram inferiorizados e poderiam ser legitimamente subjugados pela senda civilizatória. No século XIX, as *nações civilizadas* eram definidas por seu avanço material e intelectual, sendo distintas das *nações bárbaras*, definidas como material e intelectualmente primitivas quando comparadas aos povos europeus. Segundo Júnior (p. 105, 2015), “O povo europeu era a medida para todas as coisas; o padrão de referência. As sociedades não europeias eram julgadas tanto mais inferiores, quando maior fosse o grau de diferença com o europeu. De forma que foi estabelecida um processo único, linear progressivo e universal, aplicado a todas as sociedades, que, partia do estágio mais primitivo, o ‘selvagem’, passava pelo ‘bárbaro’ intermediário, e finalmente, chegava ao máximo grau de aperfeiçoamento, o europeu ‘civilizado’.”. O direito internacional usou o conceito de *civilização* como baliza para justificar a mitigação da soberania de um Estado por outro considerado civilizado. A justificativa era a existência de uma missão europeia em ajudar as nações primitivas a alcançarem a civilização – discurso muito recorrente quando estudamos as relações dos Estados europeus nos continentes africano e asiático nos séculos XIX e XX e que seriam nomeadas de *imperialismo* ou *neocolonialismo*. Foi sob esta dicotomia que muitas nações latino-americanas conduziram seus projetos políticos em busca da tão almejada “civilização”. Para uma Colômbia fortemente imersa na tradição hispânica, a cultura espanhola era o modelo de civilização ideal para ali ser reproduzido, a qual poderia ser alcançada através da mediação de uma de suas mais tradicionais instituições: a Igreja Católica. O presidente regenerador Miguel Antonio Caro foi um dos principais defensores do papel do clero católico e do catolicismo para a conquista da civilidade espanhola para a Colômbia. Abordaremos melhor esse ponto posteriormente.

²⁷ O liberalismo manchesteriano consistiu em uma vertente do pensamento liberal e surgiu na cidade inglesa de Manchester na segunda metade do século XIX. Dentre suas principais pautas, estava o argumento de que o livre-mercado – importante base liberal – tornaria a sociedade mais igualitária. O liberalismo manchesteriano possuía uma face social e defendia que o desenvolvimento econômico proveniente do *laissez-faire* possuiria implicações qualitativas na sociedade. É evidente que esta vertente manchesteriana visou alertar e retardar as consequências sociais do liberalismo – haja visto o temor do crescimento dos movimentos operários. As críticas a essa corrente originam-se especialmente diante dos resultados concretos do livre-mercado, os quais a historiadora Maria S. Bresciani (1992) nomearia de *Espetáculo da Pobreza*. Sobre o tema do liberalismo manchesteriano, a tese de Gabriel da Fonseca Onofre (2018) traz interessantes ponderações. Para além do liberalismo manchesteriano, as preocupações com as incidências do *laissez-faire* nas sociedades ocidentais também surtiram discussões na Igreja Católica. Como expressão dessas inquietações, estava a encíclica *Rerum Novarum* (1891), na qual o Papa Leão XIII discutiu a pobreza e se opôs aos movimentos operários em crescimento.

representante dos valores de civilidade almejados pelo governo colombiano em sua senda para a construção da “sociedade nacional”.

Os atributos “centralista” e “católico” que qualificam La Regeneración representam as *ferramentas* manuseadas por um conjunto de presidentes que compartilharam a predisposição assíncrona de promover a autonomia colombiana mediante o fortalecimento do aparato militar e da educação católica. O referencial da almejada *civilidade e unidade* integrou o que Frédéric Martínez (1996) nomeou por “importação”: os padrões de nação unificada seriam importados de países europeus tradicionalmente consolidados – como Inglaterra e França –, enquanto o modelo de país civilizado respaldava-se na Espanha – então marcada pela onda restauradora do governo de Afonso XII (1874-1885) e visualizada pelos regeneradores como uma nação cultural e moralmente próspera²⁸. Estas ferramentas empregues por La Regeneración também tinham como objetivo preencher históricas lacunas remanescentes do pós-independência e do presidencialismo liberal no transcurso do século XIX. Conforme abordaremos neste item, o movimento regenerador compreendeu uma resposta às demandas internacionais e às longevas demandas que ainda retardavam sua senda pela civilidade.

As discussões a serem delineadas neste capítulo acabarão por caracterizá-lo como um desmembramento da Introdução no qual os conceitos indispensáveis para a elaboração desta pesquisa serão debatidos. A despeito deste cunho, este item traça pertinentes considerações para um estudo em torno das continuidades na história política da Colômbia, as quais serão significativas para debatermos possíveis resoluções aos questionamentos apresentados na “Introdução”. Como objetivo central deste capítulo, iremos traçar uma discussão acerca da construção do Estado Nacional colombiano e das dificuldades oriundas desse processo, bem como apresentaremos as lacunas deixadas pelo pós-independência e pelo presidencialismo

²⁸ A temática da *moral* consistiu em uma pauta recorrentemente presente nos discursos dos governantes de La Regeneración. Ela aparece nos ensaios de Rafael Núñez – “El desarrollo moral es la síntesis final del progreso en todas sus formas” (NÚÑEZ, 1874, p. IX) – e em abundância nos textos de Miguel Antonio Caro – “Toda creación que el hombre haya hecho en lo científico, moral o religioso, demuestra la diferencia entre el hombre y el bruto. [...] Al percibir cualquier objeto atribuimos a este propiedades inherentes, resultando de aquí que hace en nosotros la idea de propiedad, desarrollándose por consiguiente la idea del orden, base fundamental de toda moral.” (CARO, 1872, p. 07-08). Em ambos os autores mencionados, o catolicismo foi visualizado como a base dessa moralidade, tornando a Espanha – país tradicionalmente católico – como referencial para os presidentes de La Regeneración. É evidente que o interesse das elites colombianas pela organização política destas “nações avançadas” não ocorreria unicamente entre os regeneradores: a diferença deste período com as décadas anteriores estaria em uma vontade expressa, organizada e oficializada de construir um Estado na Colômbia segundo modelos que haviam demonstrado eficiência em outros países. A importação das instituições – vista como única alternativa para construir a autonomia e a civilidade da Colômbia – não ocorreu sem dificuldades, especialmente em função da dificuldade em contratar na Europa agentes para construção estatal e em legitimar as instituições importadas. Assim, Frédéric Martínez (1996) acabaria por reconhecer que estas tentativas de importação se converteriam em desilusões.

liberal na Colômbia. Acreditamos que estas ponderações tornar-se-ão de grande importância para uma posterior avaliação dos documentos históricos nos capítulos seguintes.

1.1 PONDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DA COLÔMBIA E SOBRE AS *LACUNAS*

Imaginar uma nação civilizada e unificada²⁹ – características que condicionariam sua prosperidade e autonomia no palco internacional do século XIX – tornava-se simultaneamente complexo e desafiante aos governantes regeneradores. As longevas adversidades para a implantação destes aspectos político-culturais de Estado-nação não se restringiam unicamente às oscilações de poder e também foram atribuídas às questões internas referentes a dificuldade de domesticar a multiplicidade de tradições nativas que preenchiam o diversificado território equatorial colombiano – composto por matas densas na região amazônica e por cordilheiras centrais que ainda dificultam o acesso ao país³⁰ (figura 1). Esta variabilidade geográfica facilmente pode ser visualizada ao abordarmos os múltiplos ecossistemas que integram o território colombiano: a biodiversidade da ampla área amazônica e da planície fluvial do Orinoco se contrasta com as povoadas cordilheiras andinas cujo clima alcança patamares glaciais; na semiárida zona caribenha setentrional emerge a *Sierra Nevada de Santa Marta*, a qual faz fronteira com a montanhosa topografia panamenha – pertencente ao governo colombiano até 1903³¹ (figura 2). Os departamentos de Cundinamarca e do Cauca

²⁹ Torna-se necessário ressaltar que essa “nação imaginada” que mencionamos não faz referência ao conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008). Usamos esta expressão somente com o intuito de nos referir ao modelo de nação que havia sido idealizado pelos governantes colombianos a partir da década de 1870.

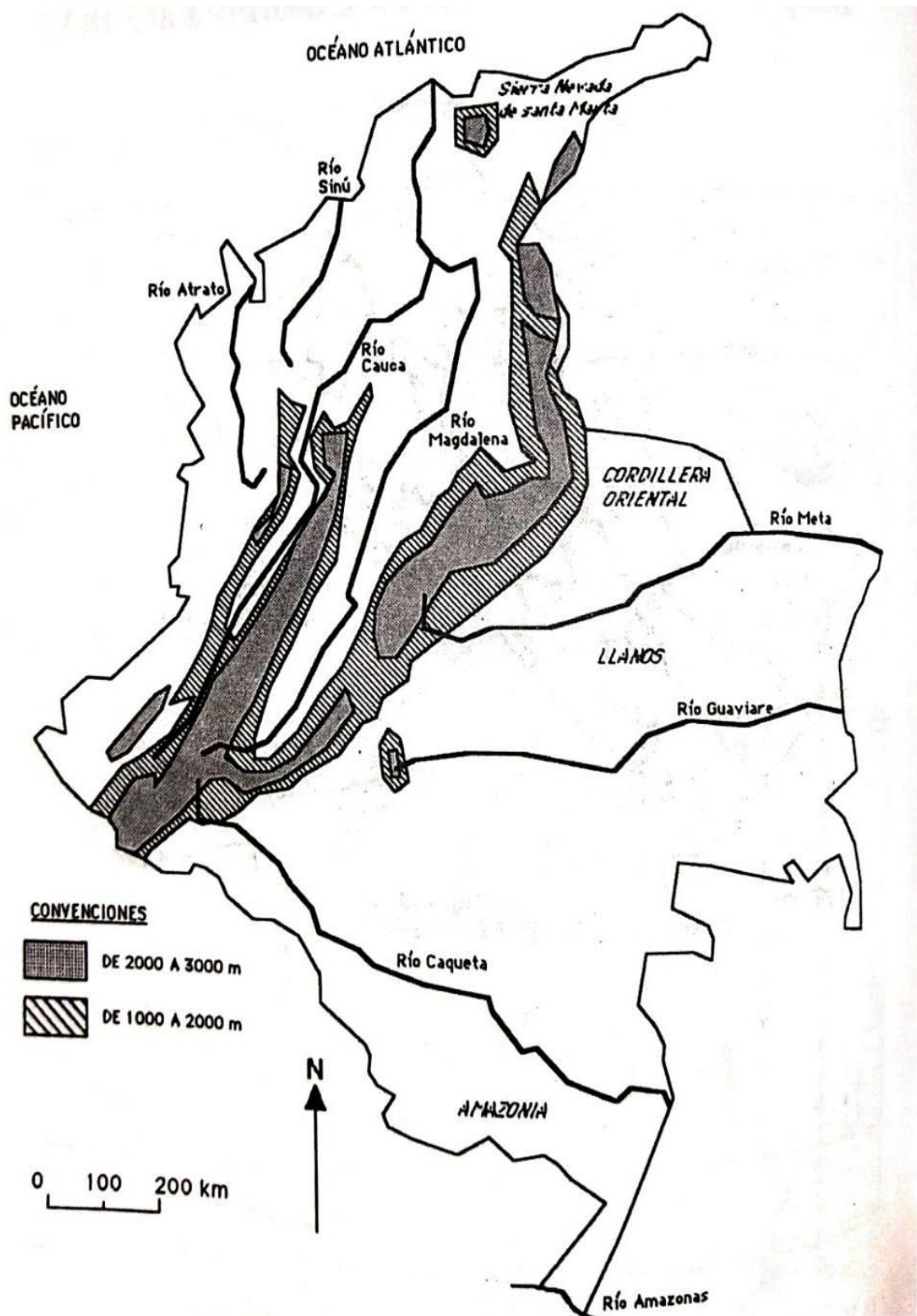
³⁰ É consensual que os obstáculos naturais não atarefaram unicamente os governantes da Colômbia: desde o alvorecer dos processos emancipatórios, os projetos políticos dedicados ao estabelecimento de Estados Nacionais na região setentrional da América do Sul haviam tido que lidar com as adversidades decorrentes da presença da floresta amazônica. Esta pluralidade se manifestava em uma abundante variabilidade ecológica que acreditava-se clamar por uma exploração científica, visando a conquista de produtos economicamente rentáveis e a construção de uma organização territorial mais estratégica para lidar com as demandas econômicas, políticas e militares que desafiavam a existência dos Estados Nacionais latino-americanos. Basta lembrarmos dos intuítos comerciais e estratégicos das expedições de Alexander von Humboldt (1769-1859) pelo território americano tanto durante o período de domínio espanhol quanto após as independências. Sobre essa temática, existem interessantes estudos em torno dos projetos científicos e econômicos direcionados para a exploração do atual território amazônico brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Ver: FIGUEIRÔA, SILVA, PATACA (2004) e DOMINGUES (2001). O tema da diversidade ambiental amazônica também acaba sendo retomado nas pesquisas que buscam tratar do narcotráfico e dos conflitos desencadeados na Colômbia na segunda metade do século XX, especialmente em função do papel desempenhado pelas florestas e montanhas no planejamento militar dos grupos guerrilheiros e paramilitares para defesa e ataques. Uma interessante matéria virtual do *National Geographic* publicada em 2020 trata deste tema.

³¹ Conforme faremos alusão posteriormente, o processo de emancipação do Panamá no início do século XX foi um desmembramento da *Guerra dos Mil Dias* (1899-1902) e consistiu em uma importante manifestação da ingerência norte-americana na Colômbia. Sabe-se que a guerra hispano-americana de 1898 marcaria o alvorecer definitivo do imperialismo dos EUA na América-Latina sob a chamada política do *Big Stick*. Este imperialismo se concretizaria com a interferência norte-americana na resolução do bloqueio marítimo venezuelano – ver: STUART, 2011 – e no processo da independência panamenha. O principal interesse dos EUA no Panamá estava na construção de um canal interoceânico no território panamenho – passagem que teria significados econômicos

concentrariam um especial atento dos políticos de La Regeneración em função da densidade florestal existente (figura 3). Seríamos negligentes caso secundarizássemos ou silenciássemos a incidência desta diversificada topografia agreste no cumprimento do projeto de inserção da Colômbia no *concerto das nações civilizadas*.

e militares para o governo norte-americano em um cenário de conquistas comerciais e estratégicas. Os EUA financiariam a luta das tropas panamenhas insurgentes e, inclusive, enviariam amparo bélico para os emancipadores. A Colômbia somente reconheceria a independência do Panamá em 1921 diante de uma compensação de 25 milhões de dólares feita pelos EUA e uma carta emitida pelo Congresso estadunidense solicitando desculpas por sua intervenção no conflito emancipatório entre o Panamá e a Colômbia. Diversos historiadores consideram a Guerra dos Mil Dias como o marco final do período de La Regeneración, sobretudo em função de seu projeto de autonomia internacional ter sido inviabilizado diante das investidas intervencionistas dos EUA na Colômbia e na América Latina. Como nosso estudo toma a emancipação do Panamá como baliza finalizadora, este recorte temporal nos permite incluir o atual território panamenho no que se considerava como “Colômbia” durante os governos regeneradores.

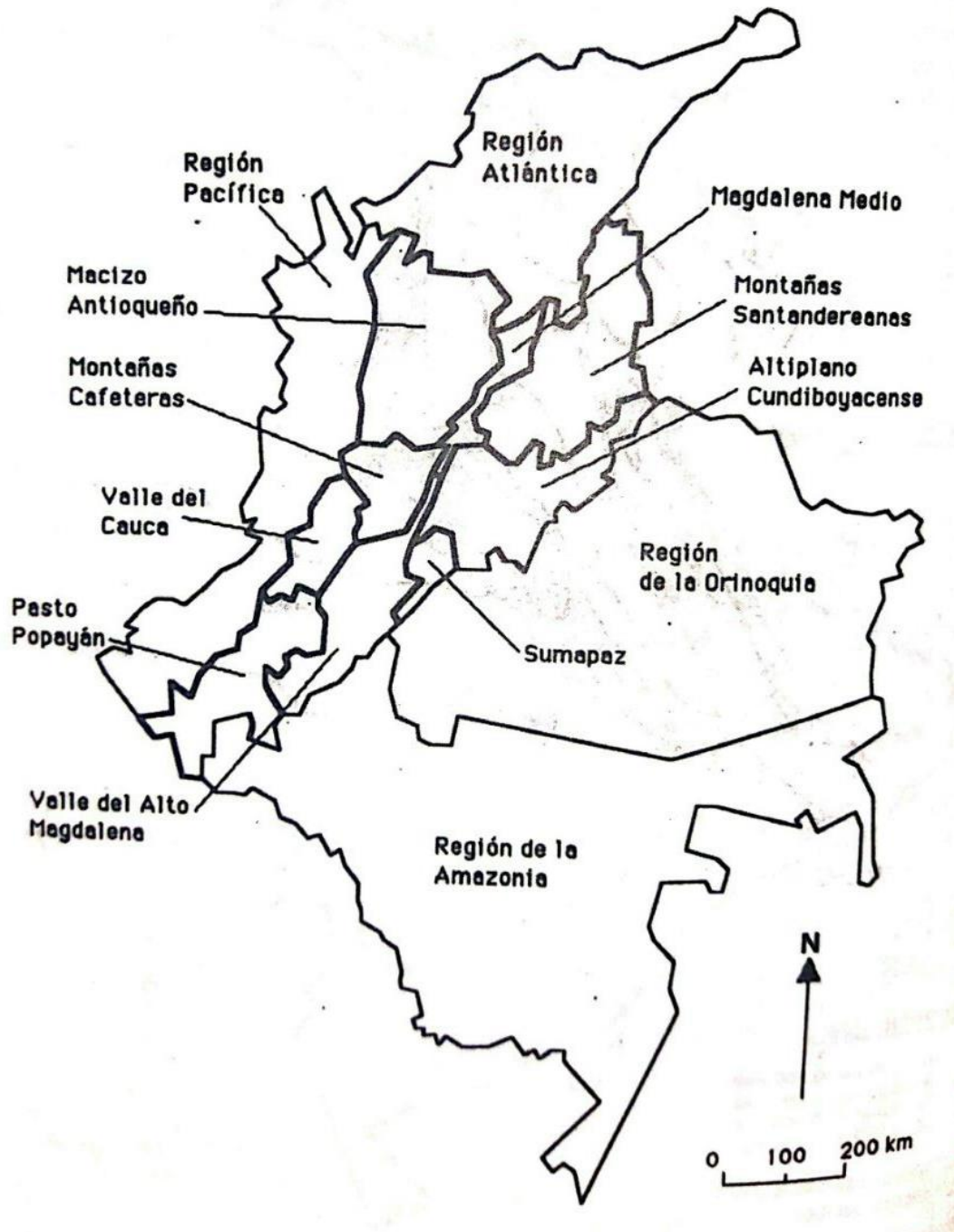
Figura 1: Mapa físico da Colômbia



Fonte: Base de datos "Historia Municipal". Fundación de Estudios Históricos Misión Colombia. In: ZAMBRANO, BERNARD (1993). Cabe lembrar que este mapa acaba por não incluir a região panamenha.

Figura 2: Regiões e sub-regiões geográficas da Colômbia

UBICACIÓN DE LAS REGIONES Y SUBREGIONES



Fonte: Base de datos "Historia Municipal". Fundación de Estudios Históricos Misión Colombia. In: ZAMBRANO, BERNARD (1993). Cabe lembrar que este mapa acaba por não incluir a região panamenha.

Figura 3: Mapa dos departamentos da Colômbia de 1891



Em termos territoriais, a Colômbia durante La Regeneración era composta por nove departamentos: Panamá, Bolívar, Magdalena, Santander, Antioquia, Boyacá, Cundinamarca, Tolima e Cauca. Fonte: BRANDLEY (1891). Os traços em linha contínua demarcam os territórios de Cundinamarca e do Cauca, os quais se encontram separados por uma linha tracejada que diferencia a região norte de Cundinamarca e a região sul do Cauca. Ambas as marcações foram feitas por nós para trazer clareza às zonas mencionadas e para melhor evidenciar a amplitude das regiões “não-dominadas” pelas administrações da Colômbia no século XIX.

A magnitude ecológica do território colombiano suscitou discussões que permeariam o tabuleiro político do século XIX, instigando empreitadas corográficas³² que culminariam em projetos cartográficos dedicados a otimizar a administração – os quais seriam detalhadamente abordados por Lucía Duque-Muñoz (2006). Estas empreitadas de mapeamento territorial nos permitem refletir sobre a maneira como os aspectos geográficos geravam preocupações entre as elites governamentais que conduziram o território colombiano – tanto as que antecederam quanto as que sucederam o período de La Regeneración. Uma das categorias recorrentemente mencionadas nas cartas geográficas consistiram em *terras altas* e *terras baixas* – ou *baldias* –, formuladas a fim de reafirmar a secular administração centralizada nas montanhas andinas e nas margens do rio Magdalena³³. Os aspectos estratégicos destas categorias corográficas originaram-se na urgência de otimizar a administração e na necessidade de mapear as áreas a serem política e economicamente integradas ao poder estatal.

Às propostas missionárias e comerciais referendadas nestas anotações cartográficas, somaram-se as preocupações com o controle das regiões adjacentes às *terras altas* urbanas e categorizadas como *baldias*: nomeadamente as úmidas florestas tropicais³⁴ e as áridas porções

³² Cabe-nos citar a *Comisión Corográfica* (1850-1859), responsável por percorrer o território da então Nova Granada e mapear o país mediante um conjunto de levantamentos parciais. Segundo informações disponíveis na *Biblioteca Nacional de Colombia*, a comissão consistiu em uma iniciativa de Tomás Cipriano de Mosquera – que posteriormente seria um dos presidentes liberais da Colômbia –, inserindo-se no marco de um projeto político comum às nações latino-americanas no decorrer do século XIX: a necessidade de conhecer a geografia nacional e de otimizar a integração e a administração do território. As lâminas produzidas pela *Comisión Corográfica* foram inspiradas na herança neoclássica e visaram retratar os elementos culturais e naturais das províncias que compunham o território colombiano – então nomeado de Nova Granada. Sabemos que as demandas políticas e estratégicas destes mapeamentos acabariam transcendendo o período liberal e preocupando igualmente as elites regeneradoras que assumiriam a presidência da Colômbia posteriormente. Sobre a *Comisión Corográfica*, ver: URIBE HANABERGH (2016).

³³ A alusão aos conceitos de *terras altas* e *terras baixas* pelos geógrafos do século XIX remetem ao processo de dominação espanhola na Colômbia: a conquista cultural e mercantil do atual território colombiano iniciou-se em 1499 com a chegada de tropas espanholas, cujas epidemias permitiram subjugar cerca de 90% dos povos indígenas então dispersos no Piemonte andino, nas áreas florestais interandinas, na costa pacífica, na península de La Guajira, na região amazônica, nas planícies orientais e nas ilhas caribenhas (HERRERA-ÁNGEL, 2007). A coroa espanhola fixaria os centros administrativos da região nas cordilheiras andinas, construindo cidades que continuariam a compreender o poder mesmo após a independência das colônias espanholas. Sabe-se que os mecanismos de resistência permitiram a sobrevivência de diversas etnias indígenas, as quais se concentrariam especialmente nas regiões que circunscreviam os centros urbanos andinos, nomeadas pelos cartógrafos do século XIX como *terras baixas* – vistas como antagônicas à civilidade das *terras altas* urbanas que secularmente compreendiam o poder central.

³⁴ Acabamos por desenvolver um estudo sobre a etnia uitoto durante uma interessante disciplina ministrada pela professora Dr^a Natally Vieira Dias no primeiro semestre desta pós-graduação. Os uitotos consistem em uma etnia nativa que secularmente ocupa o território amazônico da Colômbia, destacando-se no cenário colonial através do fornecimento de mão de obra aos espanhóis e pelo cultivo da coca. Nosso estudo dedicou-se a compreender os mecanismos de resistência usualmente empregues pelos indígenas uitotos para sobreviver às investidas espanholas na conquista econômica e cultural que caracterizou a era colonial (ver: ALCOCER, 2015). Após a emancipação colombiana, estes povos acabaram por representar um “empecilho” para o então almejado controle administrativo, comercial e cultural das autoridades políticas na amplitude de seu território, sendo incluídos no rol das tradições nativas que deveriam ser civilizadas para o progresso da Colômbia. Cabe pontuar que não empregaremos neste trabalho o termo “aculturação”, haja vista as críticas conferidas a este conceito desde a

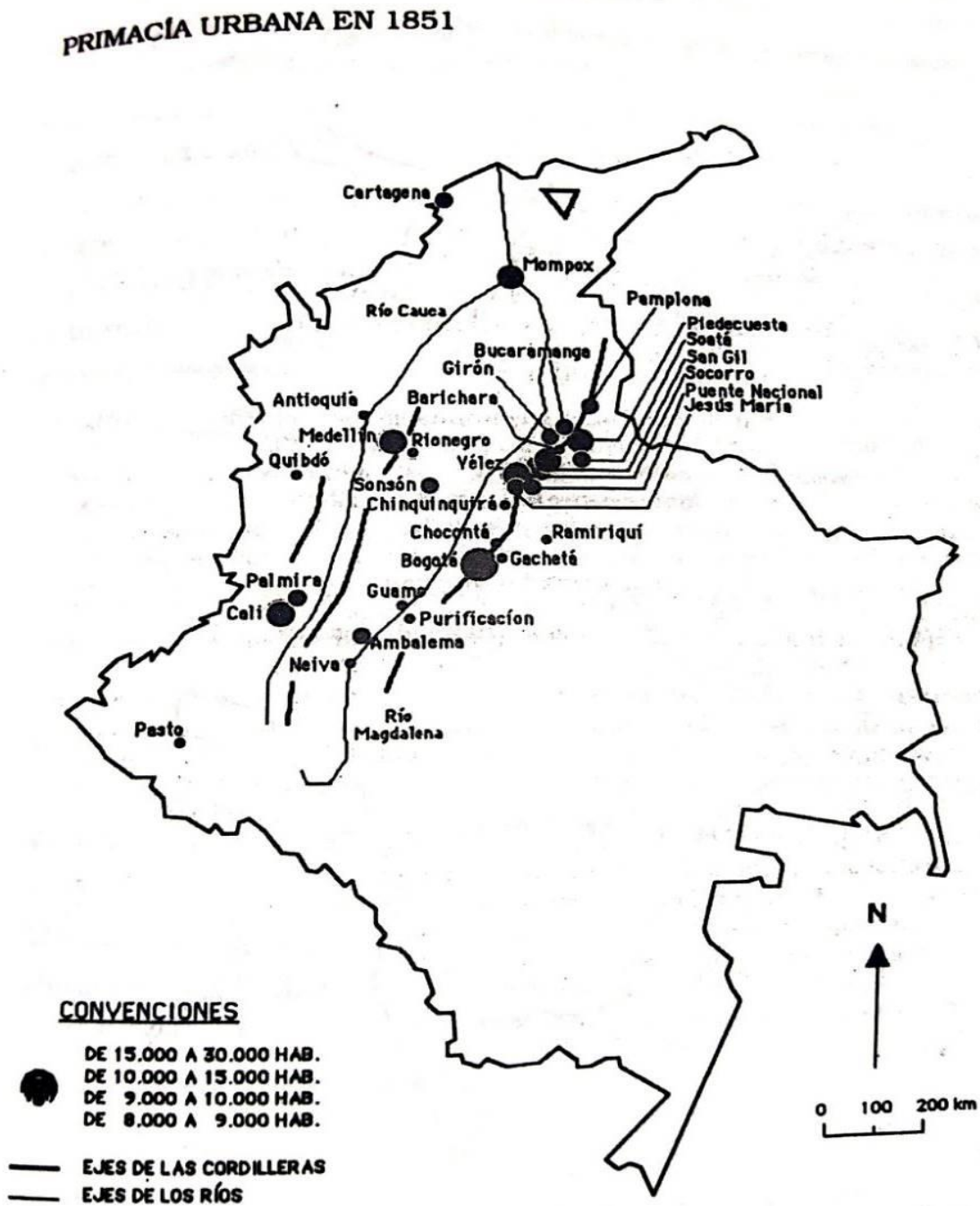
setentrionais então habitadas pela etnia nativa wayuu³⁵ que configuraram o que Sebastián Martínez-Botero e Alexander Betancourt-Mendieta (2020) chamariam adequadamente de *frontera interna*. No palco destas empreitadas geográficas, deparamo-nos com a incidência do tema da “civilização” condicionada ao ideal da prosperidade: a própria *Comisión Corográfica* não mediria esforços em mapear as zonas *baldias* que circunscreviam os centros urbanos da Colômbia, recordando suas potencialidades pouco exploradas e o caráter incivilizado de seus habitantes, delimitando uma fronteira tida como empecilho para a prosperidade e a autonomia da nação³⁶ (figura 4). Desde já, ressaltamos que o tema ambiental e a dicotomia civilização-barbárie ocupariam não somente os governantes regeneradores – foco deste trabalho –, mas também as elites políticas da Colômbia ao longo da maior parte do século XIX.

década de 1970 com os trabalhos de Ruth Cardoso, para quem o termo acaba por tomar o contato entre culturas como um processo unilateral no qual as relações de mão dupla permanecem esquecidas. Ver: Oswaldo Truzzi (2012).

³⁵ A etnia wayuu, historicamente localizada nos atuais territórios da Colômbia e Venezuela, desempenhou uma significativa resistência armada aos conquistadores europeus nos séculos de domínio espanhol, deslocando-se para zonas desérticas e áridas à procura de refúgio. No século XIX, os governos de ambas as repúblicas promoveram empreitadas para sua sujeição: trincheiras e fortes militares foram instalados para compelir estes povos. Segundo os antropólogos Carmen Paz Reverol, Morelva Leal Jerez e Johnny Alarcón Puentes (2005), os wayuu ocuparam territórios que permaneceram secularmente secundarizados pelas autoridades espanholas, recebendo visibilidade em função de interesses comerciais e políticos da Colômbia e da Venezuela que se encontravam em processo de construção no século XIX. Estes povos foram um dos grupos nativos de maior resistência e capacidade bélica para a defesa de seu território frente às autoridades colombianas e venezuelanas (PAZ REVEROL, LEAL JEREZ, ALARCÓN PUENTES, 2005).

³⁶ Sobre esse tema, cabe aqui uma citação do texto de Sebastián Martínez-Botero e Alexander Betancourt-Mendieta (2020, p. 243-244): “Esos enormes espacios, que un gran potencial económico, debían ser integrados y las tierras ‘baldías’ debían ser colonizadas. [...] estos territorios ‘aparentemente baldíos’ se representaban como ‘opuestos a la civilización’ ya que un entorno de ‘selvas, alta montaña, ciénagas o manglares’ constituían ‘la anarquía y el caos frente al orden de racionalidad’. Esta concepción de las ‘fronteras internas’ orientó las reformas políticas y administrativas de mediados del siglo XIX que alentaron la exploración y poblamiento de las tierras bajas interandinas con la movilización de recursos humanos y estrategias jurídicas para legitimar e instalar al Estado nacional, lo que también facilitaría su inserción en las redes del mercado atlántico con base en dos nociones que cruzaron las coyunturas políticas de la centuria transcurrida entre 1830 y 1930 [...]”. Podemos visualizar, mais uma vez, o destaque do tema da *conquista da civilização* para as elites políticas do século XIX, pauta que acabou conduzindo grande parte de suas decisões e debates.

Figura 4: Mapa urbano da Colômbia em 1851



Fonte: Base de datos "Historia Municipal". Fundación de Estudios Históricos Misión Colombia. In: ZAMBRANO, BERNARD (1993). Cabe lembrar que este mapa acaba por não incluir a região panamenha.

A despeito do cunho eurocêntrico dos conceitos supracitados, podemos apurar que esta disposição ecológica e demográfica delimitadora da *fronteira interna* e então concebida como um elemento de retrocesso tentou ser secularmente dominada com o uso de diversificadas ferramentas, as quais foram manuseadas pelas elites políticas do século XIX em consonância com as tendências de seus respectivos contextos. O federalismo-laico da constituinte liberal e

o centralismo-católico da carta regeneradora representaram subsequentes mecanismos institucionais que se dedicaram ao cumprimento de pautas que foram similares aos políticos liberais e regeneradores. Os ideais destas constituições foram outorgados em consenso com as ideias que estavam sendo aspergidas nos pensadores latino-americanos. Dessa forma, os obstáculos à domesticação geográfica e étnica oriundos na colonização e herdados pelo pós-independência compreenderam distintos projetos de solução que variaram de acordo com as tendências internacionais que então influenciavam as elites políticas.

É evidente que as mudanças nos cenários nacional e internacional não nos certificam a tomar a Colômbia do oitocentos como um período homogêneo igualmente experienciado pelas elites políticas liberais e regeneradoras – perspectiva que tornar-se-ia ingênua e que acabaria por distorcer o significado do estudo das continuidades. No entanto, a abordagem da permanência das pretensões administrativas e civilizatórias ao longo do século XIX nos leva a visualizar a maneira como a variedade das ferramentas constitucionais expressaria tendências internacionais que incidiriam naquela nação não somente através de periódicos ou cartas, mas também mediante relações econômicas e políticas que ora promoveriam o liberalismo e ora estimulariam uma postura centralista³⁷. Conforme versaremos no capítulo seguinte, somente

³⁷ Neste excerto, buscamos expressar a percepção de que a Colômbia do século XIX compreendeu adversidades que foram recorrentes e similares ao longo da centúria e que retardariam a importação dos modelos de Estado-Nacional que tanto almejavam. Afinal, “El problema más complejo que enfrentó la élite política e intelectual colombiana del siglo XIX, después del proceso de Independencia, fue la construcción del Estado-nación. El desafío que esto implicó derivó en estrategias para la consolidación de una idea de comunidad nacional, que además de la estructuración de formas de identidad colectiva posibilitaran legitimar discursos y prácticas políticas en los diferentes ámbitos sociales, institucionales y culturales de la nueva nación.” (JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, 2012, p. 116). Mencionamos os debates em torno da questão geográfica e da presença dos povos indígenas, temas que então repercutiam nos projetos de construção nacional. Nosso argumento – que será melhor desenvolvido nos parágrafos seguintes – consiste em que as condutas dos presidentes liberais e, posteriormente, dos presidentes regeneradores para o preenchimento das lacunas deixadas pela colonização se devem muito mais à chegada de ideias e pensamentos externos para a Colômbia e nas implicações dos acontecimentos internacionais no país. Em função destes dois aspectos, as posturas das autoridades colombianas seriam diretamente influenciadas pelo cenário internacional do século XIX e não expressariam uma suposta tendência anômala e isolada – como defenderam certos pesquisadores, como William E. Plata (2001). A continuidade das pautas pode ser visualizada na própria geografia humana do escritor colombiano José María Samper (1828-1888) – influente intelectual e produtor de livros didáticos durante La Regeneración –, o qual também reafirmou a necessidade de consolidar um centro dominante e “civilizado” nas montanhas andinas em oposição aos territórios bárbaros circunscritos, tal como defenderam os presidentes liberais que antecederam La Regeneración (MÚNERA, 2005). Outra manifestação das permanências estava na continuidade das preocupações geográficas inclusive no pensamento de Rafael Núñez (1882, p. 583-584): “Es seguramente nuestra especial topografía, lo que mas ha embarazado nuestra vida industrial en todas sus diferentes manifestaciones; así como a la muy ventajosa en que se encuentran los otros países a que nos hemos brevemente referido, nos atrevemos a imputar, en parte a lo menos, su relativa florecencia. Es asunto de mapa. Con este a la vista, si contiene todos los necesarios detalles, cualquiera se persuadira de que nuestro lote topografico ha sido muy triste desde el punto de vista de la facilidad de las comunicaciones, que son el *alma mater* de todo desenvolvimiento economico, pues son como los vasos-motores de toda la maquinaria social. Con frecuencia nos fijamos preferentemente en el trafico exterior; pero el trafico interior no tiene menos intrínseca importancia; y la carencia de faciles vias es tan perjudicial al uno como al otro, dando por resultado permanente y universal anemia.”. Assim, podemos observar pontualmente as continuidades entre o pensamento dos liberais e dos regeneradores.

conseguiremos visualizar a coerência da aliança dos regeneradores com a Santa Sé na medida em que abordarmos a repercussão das tendências internacionais nas posturas das autoridades colombianas.

É nesse ponto que gostaríamos de aprofundar nossa discussão sobre a maneira como o pós-independência colombiano legou lacunas coloniais que não foram, de fato, solucionadas pelo presidencialismo liberal e que exigiram um novo projeto de Estado formulado por uma elite política finissecular orientada pela necessidade de civilizar o país.

1.1.1 As *lacunas* do pós-independência

A dinâmica colonial espanhola no território americano era moldada por relações entre colonos, indígenas, latifundiários, escravistas e escravos mediados pela política mercantilista e pela atuação missionária eclesiástica. Para Salomón Kalmanovitz (2003), a emancipação das colônias espanholas entre as décadas de 1810 e 1830 contaria com mudanças e permanências que cultivariam lacunas que historicamente debilitariam a estabilidade daqueles Estados então formados. Os movimentos emancipatórios custaram elevados recursos humanos e materiais, bem como a segregação das autoridades continentais entre apoiadores e desertores da luta de Simón Bolívar (1783-1830) pela *Pátria Grande*³⁸. Podemos considerar dois elementos como condicionantes para a geração destas instabilidades: a abrupta desintegração do sonho de uma grande América unificada e a regionalização dos interesses políticos. Estes aspectos seriam significativos para cultivar um cenário de incertezas no pós-independência latino-americano, o qual dificultaria uma cautelosa reorganização das estruturas políticas e o planejamento das estratégias a serem tomadas.

Os Estados recém-formados encontravam-se diante de múltiplas condições tidas como dificultosas para sua consolidação no rol das *nações civilizadas*: a diversidade de povos e de etnias sem coesão para formar uma sociedade solidária³⁹; numerosas línguas e dialetos locais que criaram variações linguísticas dentro de uma mesma nação; habitantes majoritariamente

³⁸ Existe uma vasta produção sobre a trajetória e o pensamento de Simón Bolívar. Recomendamos a leitura do livro de Fabiana de Souza Fredrigo (2010).

³⁹ Consideramos ser impreciso falar de um *sentimento nacionalista* na América Latina na primeira metade do século XIX. Dessa forma, optamos por recorrer à ideia de uma “sociedade solidária” descrita pelo filósofo Montesquieu (1689-1755), segundo a qual os grupos de homens desenvolvem um senso solidário diante dos diversos fatores climáticos, naturais, e jurídicos que enfrentam em comum. Essa vida solidária se acentua ainda mais diante dos costumes, das experiências históricas e das línguas compartilhadas pelos habitantes daquela nação. Em relação aos Estados da América Latina, consideramos que a ideia de “sociedade solidária” e sua importância para a formação das nações nos auxilia a compreender as dificuldades encontradas pelos políticos latino-americanos diante do pouco senso solidário existente entre os habitantes daqueles territórios. Sobre o tema, ver: MONTESQUIEU (1996).

analfabetos e tidos como inaptos para contribuir com o processo de organização política dos Estados; uma agricultura tecnicamente rudimentar remanescente da colonização; instituições a serem rapidamente redigidas e instituições a serem formadas; a necessidade em adquirir o reconhecimento de sua independência pelas nações civilizadas; construir infraestrutura para o desenvolvimento da indústria e dos transportes internos; conquistar sua autonomia econômica e afirmar-se como uma nação civilizada. À urgência em solucionar estas questões somavam-se os vazios institucionais deixados pela abrupta ruptura do poderio espanhol e a necessidade daqueles Estados em redefinir suas relações com a Igreja Católica⁴⁰. Estas discussões do pós-independência geraram instabilidades que foram acentuadas pelas disputas pelo poder entre as famílias influentes remanescentes do regime colonial e pelos consequentes conflitos civis que consumiam um capital humano e financeiro já abalado pelas guerras em prol da emancipação. O cenário resultante era composto por Estados Nacionais em conflito interno e que viveriam sob a dicotomia tradição-inovação ao longo da maior parte do século XIX.

No caso da Colômbia, a situação foi ainda mais desastrosa por ter sido uma zona de disputa entre as forças emancipatórias e as tropas realistas⁴¹. Embora a dinâmica econômica local não tenha compreendido significativas mudanças após a independência colombiana, as dificuldades institucionais se desenvolveram principalmente após a desintegração política da *Gran Colombia* e pela desestruturação da unidade entre as regiões daquele nascente Estado. Segundo Kalmanovitz (2003), durante grande parte do século XIX, a Colômbia compreendeu tênues relações comerciais internas, as quais foram prejudicadas por aduanas departamentais e por diversificados regimes jurídicos instaurados pelas constituições federalistas. Para além destas falências, reviviam-se as dificuldades comunicativas remanescentes da colonização e oriundas da diversificada topografia do território – tema que tratamos no item anterior. Sobre esse tema, podemos citar uma interessante passagem de Rut Bibiana González Echeverry (2017), no qual a pesquisadora retoma o tema das metas do pós-independência colombiano e

⁴⁰ Com a emancipação das colônias americanas do poderio espanhol, as autoridades que passariam a reorganizar aquelas nações tiveram que organizar suas constituições para lidar com a presença política e religiosa da Igreja Católica. Afinal, os eclesiásticos católicos possuíam um poder tradicional naqueles territórios e historicamente haviam auxiliado a coroa espanhola na administração política e moral dos vazios institucionais deixados pelo poder secular. Dessa forma, as questões a serem resolvidas pelas novas autoridades latino-americanas eram se os novos Estados deveriam manter o poder político da Igreja Católica – decisão possivelmente estratégica naquele momento de organização política do pós-independência – ou se deveriam manter o clero somente na esfera religiosa – a fim de minar a influência da Santa Sé nos rumos políticos dos países em formação.

⁴¹ À guisa de complemento, em 1815, o general Pablo Morillo encaminhou para a Venezuela – então pertencente ao reino de Nova Granada – a maior tropa enviada pela Espanha para restaurar a ordem colonial nas Américas: 10 mil homens. Este fato retoma a importância estratégica daquele território para a Espanha, principalmente por ser um centro político e econômico significativo para o domínio metropolitano.

os significados das expedições científicas para a sistematização daquele território de pouco domínio político.

Durante o século XIX, a confiança no desenvolvimento econômico através da industrialização, no domínio da natureza por meio da razão instrumental e no “trunfo” da civilização europeia nas culturas sobre as quais se estendeu o novo poder colonial fomentaram as inversões econômicas em campos como a mineração e incitaram a chegada de viajantes europeus na América do Sul nas décadas seguintes a 1810. (GONZÁLEZ ECHEVERRY, 2017, p. 319; tradução nossa⁴²)

Dessa forma, as lacunas na administração e na organização nacional do pós-independência foram postergadas pelos presidentes liberais que encontraram dificuldades em afirmar as instituições estatais naquela Colômbia política e economicamente regionalizada. La Regeneración, assim, tornar-se-ia uma proposta alternativa dedicada a suprir os vazios que tanto haviam retardado a introdução da Colômbia da senda da civilidade.

Embora o liberalismo não tenha solucionado as lacunas institucionais, suas medidas foram aplicadas com o intuito de solucioná-las e estiveram em consonância com as ideias que guiaram diversas repúblicas latino-americanas daquele momento. La Regeneración também se inscreveu como uma resposta a estes vazios e compreendeu múltiplas influências centralistas internacionais. Dessa forma, reforçamos a ideia de que o movimento regenerador consistiu em um reflexo das crises enfrentadas pelo Estado Liberal e não solucionadas pelos métodos laicos e federalistas. É com base nesse raciocínio que iremos tratar, no próximo item, da ideia das *ferramentas*.

1.2 A HIPÓTESE DAS *FERRAMENTAS*

Às ressonâncias do liberalismo no alvorecer institucional dos países latino-americanos, os presidentes colombianos tipificados como *liberais* optariam por descentralizar e federalizar o país, concedendo autonomia constitucional e legislativa aos departamentos e regionalizando o poder. Esta conduta federalista foi traçada por Edwin Cruz Rodríguez (2010) enquanto um mecanismo para a integração nacional mediante a diversidade regional, conferindo aos grupos dirigentes departamentais a autoridade necessária para solucionar seus respectivos desafios – fossem decorrentes das adversidades naturais ou não⁴³. A regionalização do poderio político e

⁴² Durante el siglo XIX, la confianza en el desarrollo económico a través de la industrialización, el dominio de la naturaleza por medio de la razón instrumental y el “trunfo” de la civilización europea en las culturas sobre las que se extendió el nuevo poderío colonial fomentaron las inversiones económicas en campos como la minería e incitaron la llegada de viajeros europeos a Suramérica en las décadas siguientes a 1810. (GONZÁLEZ ECHEVERRY, 2017, p. 319)

⁴³ Ainda sobre a temática, cabe lembrar que os presidentes liberais acreditavam que a centralização da autoridade política não surtiria efeitos no processo de integração nacional que a Colômbia almejava desde sua emancipação nos anos iniciais do século XIX. Estas posturas liberais – dentre as quais a defesa do “Estado mínimo” – devem-

jurídico – preceito fundado na *Constitución de Rionegro* (1863)⁴⁴ – contava com uma robusta rede de influências privado-domésticas, a partir da qual imperativas famílias mantinham seu poderio provincial mediante o amparo de círculos familiares e comerciais, bem como através de subsídios particulares para autoridades locais e chefes militares⁴⁵. Somada à limitação do poder presidencial, a carta liberal determinou a laicização do Estado colombiano, preceito que visou extinguir a secular influência do clero católico e do catolicismo na política institucional colombiana⁴⁶. As principais expectativas dos colombianos com estas medidas liberais estavam na conquista da autonomia e da civilidade. Conforme buscamos credenciar, a federalização e a laicização do poder devem-se às ressonâncias do liberalismo não somente na Colômbia, mas também na América Latina: os manuais historiográficos consentem que o pensamento liberal influenciaria em demasiado os governantes latino-americanos do século XIX, construindo uma tendência que somente se degeneraria nas décadas finais desta centúria⁴⁷.

se, conforme mencionamos e como reforçaria Edwin Cruz Rodríguez (2010), às influências internacionais das ideias liberais e ao legado da Revolução Francesa, segundo a qual a nação não se restringe a uma comunidade de sangue, tradições e território centralizada em um Estado interventor, mas se integra com a soberania popular – aquando do “popular” referir-se às famílias influentes, como iremos mencionar. Compete aqui uma citação do supracitado autor: “La Constitución de 1863 consagró un federalismo a ultranza. La soberanía de los estados significaba la potestad para tener su propia constitución, legislación civil propia y una corte suprema de justicia. El Estado central debía guardar neutralidad frente a las alteraciones del orden público en los estados y ‘en caso de ocurrir diferencias entre dos o más estados, de ser imposible una resolución pacífica, debían someterse a la decisión del gobierno central’. Estaba prohibida la declaración de guerra entre los miembros de la federación y todos los estados debían garantizar los derechos y libertades individuales [...]. La paz interior era asunto doméstico y ahí no podía intervenir el gobierno federal, los Estados podían legislar y organizar milicias locales [...]” (CRUZ RODRÍGUEZ, 2010, p. 74-75). Como resultado, o poder presidencial foi amplamente reduzido na Colômbia, tanto no campo político quanto econômico.

⁴⁴ A *Constitución de Rionegro* (1863) consistiu na baliza constitucional do liberalismo no cenário político colombiano. Esta constituinte afirmou a transição da *Confederación Granadina* para os *Estados Unidos de Colombia*, reforçando o sistema federal e limitando grandemente o poder presidencial. Outra característica importante foi a laicização do sistema político promovido pela carta, a qual assinalou a separação da Igreja Católica e do Estado colombiano – postura que pode ser observada já pela não invocação a Deus ao longo de suas páginas (COLOMBIA, 1863).

⁴⁵ Gostaríamos de mencionar um interessante trabalho de Sergio Paolo Solano (2010), o qual tratou deste poder familiar na política institucional colombiana na segunda metade do século XIX. A influência dos núcleos familiares havia se configurado especialmente a partir das reformas econômicas que caracterizam o período de vigência do liberalismo na Colômbia, exercendo seu poderio político em função do controle que exerciam na produção e no comércio do tabaco. Segundo Paolo Solano (2010), estes grupos familiares influenciariam ativamente o poder político mediante sua atuação em órgãos institucionais – como a *Asamblea Legislativa* – e através dos vínculos matrimoniais. Assim, “el control del Estado implicaba un complicado juego de alianzas con las que estas familias vigilaban y consolidaban sus intereses. Así, los distintos ámbitos de la vida social eran permeados por las redes de familia que por una u otra vía anudaban la acción de los individuos.” (PAOLO SOLANO, 2010, p. 23). A decadência do poder destas famílias ocorreria com a crise do liberalismo nas décadas de 1870 e 1880, a qual abalou a riqueza e a influência destes grupos, instigando mudanças que inaugurariam La Regeneración. Um outro trabalho interessante acerca do poder das famílias na Colômbia do século XIX foi feito por Nectalí Ariza Ariza (2014).

⁴⁶ Para complementar a discussão sobre o período liberal na Colômbia, gostaríamos de realizar uma citação, em íntegra, de Frédéric Martínez (p. 115, 1996): “El Estado central se había reducido en provecho de los poderes locales y regionales; la abolición de los monopolios, la venta de los bienes de la Iglesia habían trasladado las pocas riquezas del país a manos privadas”.

⁴⁷ Para elucidar esse argumento, mencionamos alguns manuais de história latino-americana que se popularizaram no Brasil por seu conteúdo didático e de fácil acesso: PRADO (1987), ZANATTA (2017), BARBOSA (1995),

Percorridas as prometedoras reformas liberais, os dilemas verificados no alvorecer da independência continuariam a incidir na Colômbia: a formação de uma ordem política sólida, a conquista da “civilização” e a aquisição da prosperidade material. A federalização do poder, a dissolução da união com a Igreja Católica e a abstenção do Estado em assuntos econômicos foram ferramentas que não forneceram aos políticos colombianos a faculdade para solucionar estes desafios, criando uma atmosfera de pessimismo nacional propícia ao fortalecimento das correntes centralistas e católicas⁴⁸. O palco internacional e suas incidências na economia e na configuração ideológica das elites políticas latino-americanas também acabariam estimulando objeções ao liberalismo fora da Colômbia: no México, a corrente antiliberal foi representada por Porfírio Díaz (1884-1911); no caso argentino, pelo presidente Carlos Pellegrini (1890-1892); no Brasil, por intelectuais como Benjamin Constant e Teixeira Mendes; no Chile, por Valentín Letelier. Na Colômbia, o replanejamento da integração nacional se desencadearia especialmente a partir da década de 1870, instigando uma postura centralista do poder presidencial e tornando o liberal moderado Rafael Núñez em aliado do Partido Conservador e precursor do que seria nomeado por *La Regeneración*⁴⁹. Como pano de fundo, estavam as incertezas internacionais no sistema *laissez-faire* e os interesses estrangeiros no território colombiano, os quais incentivavam ainda mais a centralização do poder no cargo presidencial. Seríamos coerentes ao reiterar que as elites regeneradoras estiveram ideologicamente próximas a seus vizinhos latino-americanos e que não conduziram um movimento anômalo ao antiliberalismo que permeava a região.

Na Europa, efetivamente, a década de 1860 é concluída com um impressionante crescimento do Estado-nação e da República. A revolução espanhola de 1868 parece abrir a porta ao republicanismo; a República está proclamada na França em 1870; a

PRADO, PELLEGRINO (2018), MOREIRA, QUINTEROS, SILVA (2010). Segundo estes manuais, a formação das nações da América Latina foi um fruto do liberalismo: essa influência surge com sua primeira manifestação no mundo hispano com as Cortes de Cádiz e com a Constitución Gaditana (1812), sendo esta última especialmente importante para as cartas constitucionais dos novos Estados Nacionais que surgiriam após a ruptura política com a Espanha. Ainda sobre o tema, basta lembrar que um dos grandes exemplos desta ressonância liberal na América Latina estaria na renomada obra *Facundo: civilização ou barbárie* (1845), na qual o futuro presidente argentino Domingo F. Sarmiento defenderia que o pensamento liberal eliminaria a incivilidade da Argentina.

⁴⁸ Gostaríamos de mencionar um excerto presente no site da Biblioteca Nacional de Colombia sobre o período de *La Regeneración* para ilustrar as falências do sistema liberal: “El régimen de los liberales radicales empezaba, ya se dijo, a hastiar a la nación. Libertad y progreso, sí: ‘un mínimo de gobierno con un máximo de libertad’. Pero el modesto progreso del naciente capitalismo local se había venido abajo a partir de la crisis económica mundial del año 1873. Cayeron las exportaciones, y con ellas los ingresos fiscales. Le escribía un radical a otro: ‘Deuda exterior, contratos, pensiones, sueldos: ¿cómo se puede gobernar sin dinero?’. Y todo lo agravaba el gran desorden provocado por un federalismo extremo, paradójicamente sazonado de centralismo absolutista en cada uno de los nueve Estados soberanos: gobiernos nacionales débiles y breves, y continuas sublevaciones regionales tanto conservadoras como liberales, y fraudes electorales de un lado y de otro.”

⁴⁹ Para James D. Henderson (1985), em nenhum lugar da América Latina, a corrente centralista e católica se manifestaria de forma tão contundente como na Colômbia regeneradora, unindo o Estado à Igreja Católica em prol de um novo plano para a conquista da civilidade e da autonomia.

unidade italiana consagra a destruição do poder temporal de Roma; a criação do Império Alemão e a unificação italiana demonstram que os Estados-nacionais se criam à força do trabalho por parte dos políticos. Em outros termos, a evolução política da Europa volta a dar ao Estado centralizado um prestígio que havia perdido na Colômbia desde as reformas liberais do meio século. O Estado central começa a aparecer como um vetor mais potente da ideia nacional do que o liberalismo clássico havia dado a entender. (MARTÍNEZ, 1996, p. 120; tradução nossa⁵⁰)

La Regeneración revelou-se enquanto um movimento político-cultural composto pelas presidências de Rafael W. Núñez M. (1880-1882, 1884-1886 e 1886-1894), Miguel Antonio C. Caro (1894-1898), Manuel Antonio Sanclemente (1898-1900) e José Manuel C. Marroquín (1900-1904), cujas posturas tornar-se-iam um dos arcabouços da cultura política nacionalista e católica que influenciaria a história política da Colômbia ao longo do século XX – tema que abordaremos no último item do trabalho. Por ora, ressaltamos que estes políticos regeneraram a centralização política e o protecionismo econômico tal como haviam moldado os governos subsequentes à independência, contando com o amparo estratégico das categorias insatisfeitas com os desmembramentos do liberalismo: o clero católico e os artesãos – sendo estes últimos especialmente prejudicados com as oscilações econômicas do mercado internacional e com as instabilidades políticas decorrentes dos conflitos interdepartamentais consequentes do sistema federalista⁵¹. Como baliza constitucional, o primeiro artigo da carta de 1886 fundamentaria as posturas que seriam abraçadas pelos presidentes de La Regeneración: “A Nação Colombiana se reconstitui na forma de uma República unitária.” (COLOMBIA, 1886; tradução nossa⁵²). A revista *Papel Periódico Ilustrado* – publicada entre os anos de 1881 e 1888 sob a direção de Alberto Urdaneta – consistiu em uma das maiores expressões midiáticas do centralismo dos intelectuais regeneradores, ressaltando a defesa dos regeneradores pela unificação sob a história, o território e os costumes católicos (JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, 2012).

⁵⁰ En Europa, efectivamente, el decenio 1860 concluye con una impresionante embestida del Estado-nación y de la República. La revolución española de 1868 parece abrir la puerta al republicanismo; la República está proclamada en Francia en 1870; la unidad italiana consagra la destrucción del poder temporal de Roma; la creación del Imperio Alemán, la unificación italiana demuestran que los Estados-naciones se crean a fuerza de trabajo por parte de los políticos. En otros términos, la evolución política de Europa vuelve a dar al Estado centralizado un prestigio, que había perdido en Colombia desde las reformas liberales del medio siglo. El Estado central comienza a aparecer como un vector más potente de la idea nacional de lo que el liberalismo clásico había dado a entender. (MARTÍNEZ, 1996, p. 120)

⁵¹ O *Motín del Pan* consistiu em um exemplo desta insatisfação dos artesãos com o sistema liberal. Foi um protesto promovido em janeiro de 1875 na capital colombiana de Bogotá, decorrente da elevação do preço da farinha de trigo e protagonizado pelos padeiros. O então presidente, Santiago Pérez, não interveio na precificação do produto com o intuito de manter sua fidelidade aos ideais do liberalismo. Os setores mobilizados acabariam se opondo não somente aos preceitos do *laissez-faire* – já postos em xeque no cenário internacional –, como também criticariam as medidas repressivas adotadas pelo governo diante do motim – as quais evidenciaram o descompasso entre o que havia sido defendido na carta de 1863 e as reais atitudes dos presidentes liberais. Assim, o setor dos artesãos seria um dos principais apoiadores da candidatura presidencial de Núñez em 1880. O *Motín del Pan* de 1875 exemplificaria satisfatoriamente o descontentamento da nascente burguesia colombiana frente os governos liberais. Sobre esse tema, ver: CRUZ RODRÍGUEZ (2010).

⁵² “La Nación Colombiana se reconstituye en forma de República unitaria.” (COLOMBIA, 1886).

PRESIDENTE	PERÍODO DE PRESIDÊNCIA
Rafael Núñez	1880-1882
Rafael Núñez	1884-1886
Rafael Núñez	1886-1894
Miguel Antonio C. Caro	1894-1898
Manuel Antonio Sanclemente	1898-1900
José Manuel C. Marroquín	1900-1904

A transição ideológica promoveu-se mediante a eleição presidencial de Rafael Núñez em 1880, estando sucedida por uma mudança constitucional inclinada ao centralismo político e ao intervencionismo estatal. O alvorecer do movimento regenerador esteve em consonância com as correntes antiliberais e se realizou em resposta a longevas demandas cuja continuidade temporal nos impulsiona a analisar a essência destas permanências: os dois maiores projetos experienciados na Colômbia oitocentista – moldados por liberais e regeneradores – possuíam em comum a necessidade de implementar a ordem estatal, conquistar a civilidade e afirmar a autonomia nacional, somente manuseando ferramentas distintas em prol de metas mútuas⁵³. A alternativa manuseada pelos regeneradores respaldava-se na estratégica aliança com a Santa Sé, cuja secular influência no território colombiano a convertia em uma interessante aliada no projeto em prol do domínio político e da civilidade. A ideia consistia em elaborar um discurso no qual o catolicismo tornar-se-ia o elemento protagonista para a construção da nacionalidade colombiana, proporcionando sua unidade e independência⁵⁴, bem como no usufruto do letrado

⁵³ Estas ponderações fundamentam nosso questionamento sobre se a ruptura de La Regeneración com o modelo liberal que a antecedeu foi tão profunda como muitos assinalaram. Esta hipótese acerca das continuidades pode ser facilmente reiterada em uma simples análise do sistema jurídico colombiano do século XIX: em 1872, se publicou o código jurídico da União; os professores Agustín Núñez e José Belver compilaram o código civil, o código penal, o código administrativo para instrução pública, o código militar e o código fiscal, os quais seriam adotados entre os anos de 1872 e 1874. A maior parte destes códigos elaborados no período liberal seria mantida pelos regeneradores, fato que reitera nossa hipótese de que a transição do liberalismo para La Regeneración não consistiu em uma ruptura profunda, mas que representou a adoção de novas ferramentas institucionais em prol de objetivos mútuos.

⁵⁴ Esta posição pode ser facilmente visualizada em uma afirmação de José María Samper (1995, p. 85): “[...] Si notoriamente falta en la población la unidad de la raza y en el territorio la unidad de la topografía y clima, al contrario, por lo tocante a la religión, como el idioma, la unidad social es completa. De aquí la necesidad y la justicia de reconocer a la religión única del pueblo colombiano, y por lo tanto, a su iglesia, todas las prerrogativas de independencia y dignidad, autoridad y respeto que le son propios; de ahí también la consiguiente posición privilegiada, aunque no oficial, de esa Iglesia, por cuanto es la de los colombianos.”. Nesta passagem, podemos observar o papel estratégico da aliança do Estado regenerador com a Igreja Católica, a qual não representou um momento de retrocesso intelectual, mas consistiu em uma ferramenta manuseada em prol do

corpo eclesiástico no ensino público da Colômbia – temas que serão pontualmente discutidos no próximo capítulo.

1.3 O ESTADO DA ARTE

Estas ponderações acerca das continuidades e do conceito de *ferramenta* nos conduzem a refutar as interpretações que tendem a abordar as alternâncias políticas enquanto expressões do fracasso e da omissão generalizada das autoridades colombianas em construir uma nação próspera e autônoma. Aos numerosos estudiosos que compartilham deste parecer, as sucessões presidenciais do século XIX haveriam desencadeado um longo conflito político responsável por vetar a unificação do país, encerrando a Igreja Católica e o catolicismo enquanto protagonistas da discórdia e do retrocesso da Colômbia. Para Fernán González (1997), o bipartidarismo acabou implicando na secessão da sociedade colombiana em duas subculturas políticas: os regeneradores – reunidos no Partido Conservador e na Igreja Católica – e os liberais – agregados no Partido Liberal –, cujos enfrentamentos terminariam impossibilitando o cultivo de uma nação homogênea que superasse seus conflitos internos na centúria seguinte. Esta linha interpretativa também seria partilhada e aprimorada pela historiadora Cristina Rojas (2001), para quem as elites dirigentes do século XIX foram incapazes de consentir em tarefas que seriam mutuamente benéficas – sobretudo a almejada construção da nação e da civilidade – e se visualizariam reciprocamente como adversárias, resultando em um “regime de representação” excludente que conduziria a vida política da Colômbia nos próximos séculos. Para a autora, ademais, a Igreja Católica e o catolicismo foram os elementos responsáveis por instigar a separação e o antagonismo.

Os trabalhos que tratam o catolicismo e a Igreja Católica enquanto fontes de retrocesso para a Colômbia não são ínfimos: William E. Plata (2001) defendeu que o triunfo eleitoral dos regeneradores sobre os liberais inaugurou um regime que conferiu amplos privilégios ao clero católico, em especial no campo da educação. La Regeneración haveria fortalecido a corrente mais intransigente e anti-moderna do catolicismo⁵⁵ – originária no país desde os anos 1870 –, inaugurando a aliança Estado-Igreja responsável por propagar uma cultura política intolerante que ainda estaria retardando política e culturalmente a sociedade colombiana no alvorecer do

alcançe das longevas pautas. Dada a autoridade do catolicismo na Colômbia, nada mais coerente do que usar esta influência para conquistar necessidades que não foram solucionadas com o liberalismo laico.

⁵⁵ O catolicismo intransigente corresponde a uma corrente da Igreja Católica originária no século XIX na qual os clérigos se posicionam como adversos às reformas liberais e às políticas anticlericais desenvolvidas ao longo daquele mesmo século. Uma das maiores expressões dessa corrente foi o papado de Pio IX (1846-1878), avesso ao *laissez-faire* e à laicização dos Estados Nacionais.

século XXI. Esta cultura política amparava-se no bipartidarismo – preservado em detrimento à democracia –, tornando-se a origem da *Violência Política* desencadeada no país a partir da década de 1940⁵⁶. Em sua própria dissertação de mestrado, William E. Plata (2001) ponderou:

A chegada de La Regeneración e o outorgamento, à instituição eclesiástica, de privilégios sem precedentes durante o período republicano, daria impulso a esta corrente [católica e intransigente], estabelecendo, durante os anos 80, 90 e inícios do novo século, uma época que poderíamos denominar, sem temor a exageros, como o “tempo da intransigência” e que seria funesto para o catolicismo, na medida em que obstruiu e impediu qualquer manifestação alheia aos preceitos tradicionais. [...] O catolicismo tradicionalista foi intolerante tanto para fora como para dentro. A partir de 1868-70 se mostrou intransigente frente aos liberais, às doutrinas racionais, aos protestantes e similares, e também tampouco tolerou as manifestações dissidentes ou sequer alternativas dentro da organização religiosa. Por isso realizou, em primeiro lugar, um processo de depuração de elementos maçônicos e pró-liberais dentro do clero e logo empreendeu um duro ataque contra os que pretendiam ser liberais e católicos ao mesmo tempo. Assim, nos atrevemos a sugerir que desde então, uma mentalidade intransigente – de mútua exclusão – começou a impregnar nossa cultura política, amparada no bipartidarismo, em detrimento da democracia. Deixamos levantada a hipótese que grande parte da violência experienciada pela Colômbia durante o século XX esteve muito vinculada à sobrevivência da dita mentalidade. Haveria que estudar o dito fenômeno a partir desta lógica para comprovar. (PLATA, 2001, p. 268-269; tradução nossa⁵⁷)

Uma década anterior a estas avaliações, Javier Guerrero Barón (1991) já havia tentado demonstrar como a mentalidade intransigente estruturada a partir do departamento de Boyacá transcenderia o período regenerador, delimitando as posturas intolerantes que caracterizariam a nomeada *Violência Política* entre os anos 1946 e 1964. Esta região, segundo o autor, estaria claramente em descompasso com a mentalidade capitalista que se desenvolvia a lentos passos no restante da Colômbia, sobretudo em função da ampla influência do clero católico naquele departamento. Guerrero Barón (1991) argumentaria que as autoridades regionais gozavam de mecanismos de mobilização política capazes de invadir os mais avançados caciques políticos

⁵⁶ A *Violência Política* refere-se a um período de ampla intransigência constitucional ocorrido ao longo dos anos 1940 e 1960, na qual perseguições e conflitos armados somar-se-iam a diversos golpes políticos – eventos que mencionamos nas ponderações que fizemos sobre a judicialização da política na “Introdução” deste trabalho. Este período inaugura-se com a secessão do Partido Liberal e com o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán em 1948. O *Bogotazo* (1948) foi um episódio de grande expressão da instabilidade do período, cujos conflitos prolongar-se-iam com a atuação de grupos armados e paramilitares. A pacificação seria parcialmente alcançada na década de 1960, a qual iria permitir o retorno das eleições e do regime constitucional.

⁵⁷ La llegada de la Regeneración y el otorgamiento, a la institución eclesiástica, de privilegios sin precedentes durante el período republicano, daría impulso a esta corriente, [católica y intransigente], estableciendo, durante los años 80, 90 e inicios del nuevo siglo, una época que podríamos denominar, sin temor a exagerar, como el “tiempo de la intransigencia” y que sería funesto para el catolicismo, en la medida que obstruyó y estranguló cualquier manifestación ajena a los estándares tradicionales. [...] El catolicismo tradicionalista fue intolerante tanto hacia fuera como hacia dentro. A partir del 1868-70 se mostró intransigente frente a los liberales, las doctrinas racionales, los protestantes y similares, y además tampoco toleró las manifestaciones disidentes o siquiera alternativas dentro de la organización religiosa. Por eso realizó, en primer lugar, un proceso de depuración de elementos masónicos y pro-liberales dentro del clero y luego emprendió un duro ataque contra los que pretendían ser liberales y católicos al mismo tiempo. [...] Asimismo, nos atrevemos a plantear que desde entonces, una mentalidad intransigente –de mutua exclusión- comenzó a impregnar nuestra cultura política, amparada en el bipartidismo, en detrimento de la democracia. Dejamos planteada la hipótesis que gran parte de la violencia experimentada en Colombia durante el siglo XX tuvo mucho que ver con la pervivencia de dicha mentalidad. Habría que estudiar dicho fenómeno desde esta lógica para verificarlo. (PLATA, 2001, p. 268-269)

mediante sermões e discursos religiosos moldados a fim de manipular o eleitorado. A Igreja Católica teria acentuado o conflito liberais-regeneradores e representado um retrocesso para a Colômbia, desviando-a de sua senda para o progresso material e cultural⁵⁸.

José David Cortés (1998) também partilhou da interpretação de que a Igreja Católica criou uma cultura política intransigente para os colombianos que seria a responsável pela intolerância durante a *Violência Política*. O autor buscou demonstrar o funcionamento desta mentalidade religiosa intransigente através dos sermões eclesiais das dioceses de Tunja, os quais foram usados para afirmar a ordem dos regeneradores e acentuar o conflito entre os partidos políticos nas décadas seguintes. Esta seria a mesma posição defendida por Rafael Rubiano Muñoz (2007) ao explicar as origens da intransigência constitucional do século XX. Como crítica a essas abordagens, respaldamo-nos nas palavras do pesquisador Forrest Hylton (2010):

Seja ao considerar as comparações com outros países da região ou a diferença entre os séculos XIX e XX, em geral os investigadores advertem sobre o erro de interpretar a violência do final do século XX como o resultado lógico dos padrões do século XIX. As provas históricas são insuficientes para respaldar a ideia de que uma “cultura de violência” explica a política colombiana. (HYLTON, 2010, p. 38)

Para além destas interpretações⁵⁹, a atual disposição da historiografia latino-americana sobre a história colombiana do século XIX encerra múltiplos interesses: os estudiosos tratam da criação dos espaços de sociabilidade política (MÚNERA, RODRÍGUEZ, 2009), dissertam sobre a legitimidade política das instituições estatais (POSADA, 2006; POSADA, 2003) e abordam as relações culturais (HERRERA ATEHORTÚA, 2013; HERRERA ATEHORTÚA, 2011). No rol dos periódicos selecionados – *Historia y Sociedad*, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, *Editorial de la Pontificia Universidad Javeriana* e a revista *Desafíos* –, acabamos observando a incidência da “Nouvelle Histoire” no exame do conjunto dos catálogos publicados entre os anos 2010 e 2020, haja vista a recorrência de artigos que transcendem as temáticas políticas e institucionais. Embora os artigos deste corte tenham sido

⁵⁸ Cabe, aqui, uma citação integral do pensamento de Javier Guerrero Baron (1991, p. 55 e 60): “En su conjunto estas manifestaciones son la expresión de un profundo y militante arraigo de las ideas religiosas confundidas con las doctrinas políticas, de manera maniquea y expresados por la ecuación del conservador igual a católico, ciudadano de bien; y liberal igual a masón, comunista, ateo, anticristiano, demoníaco, corrupto, etc. Mal que hay que extirpar a cualquier precio. En cierta forma una cosmovisión teocrática y moral de los comportamientos políticos. [...] se consolida la alianza estratégica entre el partido conservador y la Iglesia, impuesta por el Estado por dicho partido en la misma Constitución nacional y a través del Concordato. Alianza que por cuatro décadas de hegemonía conservadora moldeó la personalidad de la nación colombiana y ejerció un particular dominio sobre la población rural en los pequeños poblados y en importantes sectores de la población urbana pero de manera especial, en los departamentos de la zona Andina donde se establecieron las principales ciudades coloniales.”.

⁵⁹ Poderíamos categorizar estes pesquisadores tal como fez o historiador Armando Martínez Garnica (2013): seriam “violentólogos” que reduzem as experiências políticas da nação colombiana a um conjunto de perpétuas guerras civis.

virtuosos para esta pesquisa, nosso empenho nas relações política-religião acabaria por nos aproximar das abordagens de María Emma Wills Obregón (2000), Margarita Rosa Garrido (1983), Miguel Ángel Urrego (1997), Rodolfo Arango (2002) e Oscar Blanco Mejía (2009). Estes estudos convergem quando tratam a *Constitución Política de la República de Colombia* de 1886 enquanto o principal referencial para a construção nacional da Colômbia no final do século XIX, assim como quando buscam delinear aspectos da atuação da Igreja Católica no projeto regenerador.

María Emma Wills Obregón (2000) ressaltou o caráter católico da nação colombiana, inaugurado ao longo de La Regeneración e prolongado até a carta constitucional de 1991. Esta nação católica se sustentaria constitucionalmente no Artigo 38 da supracitada constituinte de 1886, a qual consagrou à Igreja Católica, Apostólica e Romana o epíteto de religião oficial da Colômbia, protegida pelos poderes públicos e reconhecida enquanto elemento essencial para a ordem. María Emma Wills Obregón (2000) não isentou esforços para ressaltar o traço católico da Colômbia e dos colombianos, categorizando o catolicismo como uma essência a partir da qual os regeneradores buscariam uniformizar ideias, crenças e línguas, bem como promover a centralização política do Estado⁶⁰. A autora também determinou que a Igreja Católica foi uma aliada fundamental para aplicar o projeto dedicado a civilizar a sociedade e os povos nativos – atribuição que pode ser vista na análise da documentação escrita, conforme discutiremos posteriormente.

Um trabalho mais aprofundado descende do ensaio de Margarita Rosa Garrido (1983), cujo viés econômico não a impede de anunciar a importância política do projeto nacional dos regeneradores. Para a autora, caso observemos as pautas políticas da Colômbia do século XIX – a demanda por construir a nação e por lograr sua soberania e inserção no palco internacional –, reconheceremos que La Regeneración foi uma proposta de organização estatal centralizada que, inscrita nestes desafios, se ocuparia em criar um pensamento nacional. Diante do modelo liberal-federal que fortaleceu as autoridades regionais e não priorizou um conceito nacional, o projeto regenerador surgiu enquanto alternativa para replanejar a construção da Colômbia, o qual se sustentou nesta tríade de elementos: unidade nacional centralizada; controle estatal do sistema produtivo e da moeda nacional; e coesão social em torno da Igreja Católica. Embora a relação entre o catolicismo e a construção nacional não tenha sido a principal preocupação de Margarita Rosa Garrido (1983), seu ensaio possui a qualidade de levantar as ambições sociais

⁶⁰ Embora o texto de María Emma Wills Obregón (2000) tenha considerações significativas para esse trabalho, não podemos deixar de ressaltar uma crítica parcial à sua abordagem: reconhecemos que as nações não se constroem unicamente com constituições ou instituições, mas resultam de complexas criações culturais provenientes de tradições e de elementos identitários criados de maneira mais ou menos espontânea.

e culturais manifestas pelos presidentes de La Regeneración: visavam encontrar uma coesão nacional que pudesse produzir na população um sentimento de pertencimento a uma entidade superior aos regionalismos, desenvolvendo uma cultura centrada na devoção à Igreja Católica e ao catolicismo através do aparato educacional e das missões civilizatórias aos nativos.

Uma perspectiva cultural foi representada por Miguel Ángel Urrego (1997), para quem La Regeneración compreendeu o período no qual se criou os fundamentos da nacionalidade: “Suas manifestações mais óbvias foram a oficialização do hino nacional, [...] a formação do exército nacional, o estabelecimento de uma cultura cafeeira, a proteção da Igreja – através da constituição de 1886 e o Concordato [...]” (URREGO, 1997, p. 13; tradução nossa⁶¹). O autor constata que esta nacionalidade idealizada pelas autoridades colombianas acabaria excluindo as demais manifestações culturais e religiosas que se encontravam à margem desta almejada cultura católica. São assinalados quatro aspectos essenciais do projeto político regenerador: a redação de leis civis a partir dos preceitos morais católicos; a substituição do cidadão liberal pelo cidadão católico; a instituição das práticas católicas como mitos fundacionais da nação, tal como o culto ao Sagrado Coração e o *Día de Acción de Gracias a la Divinidad*⁶²; e o clero como mediador entre a população, o executivo central e as pautas internacionais.

Além dos historiadores, os filósofos colombianos também exploraram o período de La Regeneración, interagindo sobretudo com a história intelectual. O trabalho de Rodolfo Arango (2002) propõe que o projeto nacional regenerador foi construído sobre três pilares: a república unitária, o idioma castelhano e a religião católica – ponderações que o aproxima em muito aos historiadores supracitados. A relevância deste filósofo pode ser vista na dedicação atribuída ao pensamento de Miguel Antonio Caro, presidente intelectualmente devotado ao catolicismo e à Santa Sé. A missão político-cultural incumbida ao clero católico pelas elites regeneradoras também pode ser observada na extensa pesquisa de Oscar Blanco Mejía (2009), redigida com um farto arcabouço documental e bibliográfico. Seu mérito consiste na elaboração do conceito de “modernização tradicionalista” para nomear as reformas promovidas em La Regeneración, haja vista a tentativa dos regeneradores em conciliar as tradições hispânicas com um conjunto de mudanças institucionais que buscavam realizar. A Igreja Católica seria incumbida do papel de mediar este processo.

⁶¹ Sus manifestaciones más obvias fueron la oficialización del himno nacional, [...] la formación del ejército nacional, el establecimiento de una cultura cafetera, la protección de la Iglesia- a través de la constitución de 1886 y el concordato [...]. (URREGO, 1997, p. 13)

⁶² À guisa de exemplificação, podemos observar o papel fundacional do catolicismo e da Igreja Católica para a identidade colombiana aos verificarmos os atuais feriados nacionais do país. Anualmente, o país conta com vinte festividades oficialmente resguardadas pelo Estado, das quais treze constituem comemorações católicas.

Os pesquisadores supracitados possuíram a virtude de suscitar a temática do projeto nacional regenerador e seu vínculo com o catolicismo através de campos e conceitos distintos. Tiveram o mérito de tratar o passado a partir de considerações da economia, do direito, da filosofia e da Nouvelle Histoire, mas são abordagens onde o desenvolvimento dos argumentos acaba sendo fragmentado e disperso. É nesse ponto que a importância de nossa pesquisa surge para sanar deficiências pontuais em torno do tema das relações entre o Estado e a Igreja Católica para o projeto de construção do Estado colombiano. Embora este capítulo não verse estreitamente do conteúdo-matriz a que nos propomos abordar, retomar noções geográficas da Colômbia e as lacunas remanescentes do pós-independência acaba sendo pertinente para balizar este estudo da *longa duração*. Suscitar estes temas converte-se em uma predisposição para fundamentar nossa hipótese de que as condutas ideológicas dos presidentes colombianos do século XIX seriam determinadas primeiramente pelas influências internacionais na América Latina e não consistiriam em uma tendência isolada e anômala de seus vizinhos latino-americanos.

É evidente que as discussões apresentadas neste capítulo inicial – que acabam convertendo-o em um desmembramento da “Introdução” – tornam-se condicionantes para que não tomemos La Regeneración como um movimento reacionário em descompasso com as demandas internacionais. Elas nos legitimam a versar que os regeneradores lidaram com dilemas que seriam remanescentes do processo de emancipação e que haviam igualmente preocupado as elites liberais, acabando por recorrer à centralização política, ao protecionismo econômico e à aliança com a Igreja Católica diante dos eventos internacionais do século XIX. Trataram-se, somente, de *ferramentas* manuseadas em prol da autonomia e da civilidade.

1.4 POR UMA DEFINIÇÃO DE *AUTONOMIA* E *CIVILIDADE*

A história cultural e política da Colômbia demonstra uma secular influência da Igreja Católica, expressa na autoridade atribuída ao catolicismo e ao clero católico na configuração das crenças e na manutenção da administração espanhola ainda no período colonial. Basta que miremos o papel da Igreja Católica como instrumento de controle e coesão social na fundação de instituições escolares e hospitalares, no amparo administrativo à metrópole espanhola e nas missões evangelizadoras aos povos autóctones. Este papel clerical no sistema administrativo daquele território não seria subtraído mediante a emancipação e tampouco com a laicização promovida pelos governos liberais: em 1857, por exemplo, os membros da associação católica *Academia Religiosa* acabariam por criar a *Sociedad de San Vicente de Paúl* inspirada no

modelo de caridade religiosa francesa (URIBE, 1907); o ano de 1870 marcaria a chegada dos padres Lazaristas franceses ao bispado do Cauca a fim de conduzirem aquele Seminário (BENIGNO PERILLA, 1969), sendo seguidos pelo advento das *hermanas de la Caridad* em 1873 para o zelo do *Hospital de San Juan de Dios* em Bogotá; ainda no ano de 1873, o padre jesuíta Manuel Gil demonstraria sua satisfação com a retomada do movimento católico na Colômbia⁶³.

Uma visível expansão do papel político da Igreja Católica, contudo, dar-se-ia com La Regeneración, a partir da qual o clero católico permaneceria encarregado do ofício social e educativo que, em longo prazo, fortaleceria a aprovação da sociedade às instituições estatais e promoveria a ordem social. A influência do catolicismo pode ser verificada na própria gênese do termo “La Regeneración”: a tradição cristã determina que a regeneração batismal equivale a um novo nascimento, a partir da qual o homem espiritualmente morto no pecado renasceria para uma nova vida e se tornaria partícipe do reino celeste. A longevidade deste significado – a partir da qual os escritos do apóstolo Paulo acabariam por incidir nas autoridades religiosas dos séculos posteriores⁶⁴ – alcançaria os intelectuais colombianos do oitocentos que, munidos do positivismo, agregariam um viés político ao ideal da “regeneração”: Rafael Núñez (1860) defenderia que, em semelhança à forma que o organismo humano conservava sua vida através da derrota dos elementos maléficos que ameaçavam sua existência, o corpo político combatia os aspectos mórbidos mediante a lei da renovação⁶⁵. A regeneração do sistema administrativo e econômico tornar-se-ia a chave para a sobrevivência da Colômbia, então ameaçada por um novo contexto que gerava incertezas nas décadas finais do século XIX. A ferramenta eleita pelos denominados “regeneradores” consistiu em uma aliança com a Igreja Católica – algo que reitera que a influência do catolicismo permeou tanto as origens do movimento quanto os instrumentos do projeto regenerador.

Tendo em pauta essa longeva autoridade, é evidente que as concepções de *autonomia* e de *civilidade* – substantivos relevantes para este trabalho e cuja importância instigou-nos a mencioná-los no título deste estudo – estariam relacionadas à influência da Igreja Católica nos

⁶³ Assim expressou o padre Manuel Gil em carta a M. Ospina em 1873: “Veo efectivamente que en Nueva Granada se va haciendo poco a poco una reacción religiosa la cual hará grandes progresos si los buenos salen de su apatía ordinaria, y trabajan eficazmente por todos los medios que las Asociaciones Católicas se proponen, principalmente en un país todo católico y tan bien dispuesto.”. Dessa forma, podemos considerar que a laicização do Estado não alterou a configuração das crenças católicas daquela sociedade.

⁶⁴ Para ilustrar a secularidade da percepção da regeneração batismal, basta observarmos a definição de batismo em *El Vocabulario Eclesiástico*, publicado em 1499 pelo clérigo espanhol Rodrigo Fernández de Santaella (BLANCO MEJÍA, 2009)

⁶⁵ Sobre a historicidade desta “regeneração” e sobre outros significados que o conceito recebeu no passado, consultar: *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo Americana* (1991).

ideais políticos da Colômbia do século XIX. Em ambos os termos, as definições partem da ideia – difundida entre as autoridades latino-americanas atentas às relações internacionais do século XIX – a partir da qual as potências estrangeiras⁶⁶ poderiam facilmente assumir uma postura de uma *faca de dois gumes*: ora ostentavam-se como nações culturalmente prósperas passíveis de converterem-se em modelo⁶⁷ e ora mostravam-se como países imperialistas com interesses militares e econômicos que deveriam ser cuidadosamente afastados do jogo político latino-americano. Para ambos os gumes desta relação, a Igreja Católica e o catolicismo tornar-se-iam mediadores que, direta ou indiretamente, auxiliariam o governo colombiano na busca por uma sociedade culturalmente civilizada e por um sistema administrativo autônomo diante das ingerências estrangeiras – temas que abordaremos posteriormente. Por ora, compete-nos delinear pontualmente os significados dos conceitos de *civilização* e *autonomia*, assim como apresentar suas conexões com a aliança política-religião na Colômbia regeneradora.

A definição de um *hombre civilizado* antecedeu os alvos do projeto regenerador e sua ideia remete à colonização espanhola nos territórios americanos. A expansão ultramarina da coroa espanhola acabou por conduzir colonos e missionários a fim de formar esferas de poder político e cultural na América, inaugurando um período no qual os espanhóis se sobreporiam aos povos nativos mediante a violência e segregação⁶⁸. Para além dos propósitos mercantis do contexto, esta senda colonizadora vinculou-se ao ofício civilizador dos espanhóis em propagar o catolicismo pelos cantos do mundo – papel que foi conferido ainda no alvorecer da colonização aos *Reis Católicos*⁶⁹. O ideal de civilidade estava visivelmente aliado às tradições e aos costumes católicos do homem espanhol, convertendo quaisquer elementos da vida

⁶⁶ Para este recorte do século XIX, consideramos como potências econômicas as seguintes nações: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos e Japão. O critério de escolha deve-se ao elevado poder de compra e venda destes países, bem como da influência de seus militares e diplomáticos na política interna de outros países que firmavam relações de dependência. Outro critério elencado corresponde ao grau de industrialização destas nações, que as tornavam detentoras de grande parte do ouro do planeta. Sobre o tema, ver: ALMEIDA (2015).

⁶⁷ As expressões desta ostentação de “civilidade” deram-se, primeiramente, entre as nações europeias através das exposições científicas – como as monumentais *Exposições Universais* do século XIX – e também em eventos artísticos – tal como as exposições de peças artísticas e históricas no museu de Versalhes. Este ideal de civilidade também se difundiria nos Estados Unidos do século XIX, especialmente a partir de uma forte tradição religiosa contida no missionário *Destino Manifesto* que reconhecia o caráter civilizado do homem americano. Estes países ostentavam um sentimento de superioridade que convertia seus ideais culturais em padrões que deveriam ser importados pelas nações vistas como inferiores. Basta lembrarmos das ostentações de civilidade representadas no período da *Belle époque*.

⁶⁸ Como havia expressado Jacob Burckhardt (1961), a violência sempre permeou a origem das novas formações de poder. As gêneses de um Estado sempre estariam permeadas pela ideia de dominar um submetido. Este ideal estaria na origem do processo de colonização espanhola, o qual se somou ao papel civilizatório que foi conferido aos colonos e aos missionários para a vinda do catolicismo naqueles novos territórios.

⁶⁹ Segundo Richard Konetzke (1978), fora o Papa Alexandre VI quem atribuiu aos reis da Espanha, Fernando e Isabel, o título de *Reis Católicos*, fato que atribuiu a estes monarcas o papel de condutores da expansão da Igreja Católica e do catolicismo nos novos territórios que estavam sendo descobertos. Assim, uma das principais metas da conquista e da colonização espanhola da América estava na expansão da doutrina católica para aqueles povos “sem Deus”.

nativa em sinônimos de barbárie e traduzindo a devoção à Igreja Católica como a principal expressão de civilidade para o território americano⁷⁰. Afinal, durante o período colonial – conforme atestam distintos dicionários europeus compilados no decorrer daquelas centúrias⁷¹ –, os termos “civilizado” e “civilidade” remetiam a *polidez e boas maneiras*, características que somente poderiam alcançar aquelas novas sociedades hispano-americanas através de uma educação clerical e da evangelização dos indígenas. É evidente que estas definições seriam mantidas durante a construção das nações latino-americanas no século XIX, sobretudo porque o processo de emancipação compreendeu mudanças institucionais que não substituiriam a herança cultural remanescente da colonização espanhola ou a legitimidade da Igreja Católica.

No cenário colombiano, a baliza para a almejada civilidade continuaria a ser o polido *hombre español* munido dos valores morais do catolicismo – conforme Miguel Antonio Caro dissertaria em seu curso de filosofia de 1872. O padrão de *civilização* continuaria a ser ditado pela Europa mesmo após a emancipação, a partir de onde os manuais de conduta, civilidade e etiqueta seriam produzidos para realçar a polidez do europeu e cultivar o desejo mundial pelo pertencimento a este *concerto das nações civilizadas*⁷². A educação e a evangelização católica estavam orientadas à conquista de valores polidos e ao domínio do conhecimento técnico – elementos que conduziriam a Colômbia para a civilidade e acabariam por desenvolver sua economia. É pontualmente neste momento em que a necessidade por autonomia manifestaria sua conexão com a Santa Sé: uma população catolicamente polida e munida dos saberes técnicos poderia facilmente se emancipar de sua secular dependência econômica. Afinal, a

⁷⁰ Sobre este ponto, basta observar as pinturas de Miguel Mateo Maldonado y Cabrera (1695-1768) – pintor ativo no Vice-Reino da Nova Espanha e grande defensor da Igreja Católica – sobre o papel missionário dos europeus no mundo. Sugerimos, para exemplificar, observar a obra *Las tramas de la creación*, na qual encontra-se Jesus Cristo sobre um globo terrestre e sobre uma faixa na qual se lê, em latim, “plenitude da redenção”. Em outras pinturas, o autor trata de aspectos do mundo colonial que demonstrariam uma vitória do homem católico espanhol sobre os aspectos nativos que induziriam à barbárie – tal como as obras *De español y mulata, morisca* (1763) e *De Mestizo y d’India; Coyote* (1763). A arte colonial compreendeu significativas representações da dicotomia entre o homem civilizado espanhol – exemplo para os habitantes do Novo Mundo que deveriam seguir seus costumes – e do homem bárbaro não-europeu.

⁷¹ Em francês e inglês, os termos *civil* e *civilidade*, empregados respectivamente desde os séculos XIII e XIV, cedo haviam remetido à polidez e aos bons modos. *Civilidade* apareceu no dicionário de Furetière (1690) como “Manière honnête, douce et polie d’agir, de converser ensemble!” (apud FEBVRE, 1930, p. 22). Outra aparição significativa ocorreu na última edição do *Dictionnaire universel françois et latin* de 1771, conhecido como *Dicionário de Trévoux* e compilado por padres jesuítas, na qual associou “civilização” à polidez. O *Diccionario Castellano* do jesuíta Esteban Terreros y Pando trouxe uma expressiva definição em espanhol: “termino Forense, acto de justicia, que hace civil una causa criminal [...] tambien se puede decír por la accion de civilizar, y domesticar algunos pueblos silvestres: la civilizacion de los Brasileños fue mui dificil para los Misioneros.” (TERREROS Y PANDO, 1786, p. 439-440). Percebemos o sentido religioso do termo naquele contexto de cristianização.

⁷² Sobre o tema, consultar: CAMPOS (2007), ELIAS (1994) e CHARTIER (1992). Desde já, ressaltamos que a civilidade católica promovida pelo clero ia ao encontro da civilidade política almejada pelo Estado colombiano.

disseminação⁷³ do conhecimento de múltiplas áreas – passando de saberes técnicos como engenharia e economia e priorizando também a alfabetização – possibilitaria à Colômbia desenvolver sua economia interna e participar do rol das nações economicamente dominantes. Estes aspectos educativos mediados pela Igreja Católica permitiriam que o país não ficasse à mercê das oscilações do sistema econômico internacional ou submisso às pressões estrangeiras, libertando-se do afiado gume imperialista daquela faca.

A recristianização e a implementação de um sistema educativo católico-moderno orientado ao controle e domínio da técnica são expostos como objetivos centrais dos governos conservadores e das congregações religiosas estrangeiras, em um contexto no qual se adota um *positivismo* orientado à ideia de *orden* e *progreso*, mas relacionado com uma função de instrução e formação técnica e católica que cumpriram missões especialmente francesas no país apoiadas pelos governos conservadores de La Regeneración. (ANDRADE ÁLVAREZ, p. 2011, p. 157; tradução nossa⁷⁴)

Direta ou indiretamente, a Igreja Católica tornar-se-ia a ferramenta eleita pelo projeto regenerador para atuar na conquista da autonomia colombiana e para trazer a civilidade aos colombianos. Os dirigentes de La Regeneración buscavam implementar uma dupla estratégia: estatal e eclesiástica, inscrevendo estas instituições – Estado e Igreja Católica – em objetivos complementares, formando uma aliança que esteve delineada na *Constitución Política de la República de Colombia* de 1886 e na Concordata de 1887. Conforme traçaremos no próximo capítulo, a Grande Depressão Econômica e o Imperialismo Europeu acabariam instigando esta aliança em prol da autonomia e da civilidade, a partir da qual a Santa Sé seria a ferramenta incumbida de acelerar este processo. Acreditamos que tratar destes eventos internacionais nos permitirá desenvolver nossa hipótese de que a citada aliança integraria um duradouro plano em prol da autonomia e da civilidade colombiana e não representou a gênese de um retrocesso ao país. Estes são os temas que abordaremos no capítulo seguinte.

⁷³ Faz-se necessário mencionar que o sistema educacional colombiano possui origens ainda no período colonial – basta lembrarmos, por exemplo, que a Universidad del Rosario teve sua fundação em 1653 –, mas o acesso à alfabetização e à formação superior era amplamente restrito a uma pequena camada da sociedade. No debate que estamos apresentando, os políticos regeneradores visavam facilitar e disseminar o acesso ao sistema educativo, tanto entre os habitantes de origem europeia quanto entre os povos indígenas.

⁷⁴ La recristianización y la implementación de un sistema educativo católico-moderno orientado al control y dominio de la técnica son expuestos como objetivos centrales de los gobiernos conservadores y las congregaciones religiosas extranjeras, en un contexto en el que se adopta un *positivismo* orientado a la idea de *orden* y *progreso*, pero relacionado con la función de instrucción y formación técnica y católica que cumplieron misiones especialmente francesas en el país apoyadas por los gobiernos conservadores de la Regeneración. (ANDRADE ÁLVAREZ, 2011, p. 157)

2. UM ESTUDO DA ALIANÇA ESTADO-IGREJA

À guisa da dicotomia *civilização e barbárie*, as contingências derivadas da *Grande Depressão Econômica* e do imperialismo estrangeiro conduziram os presidentes colombianos regeneradores a abraçar disposições que protegessem a economia e centralizassem a política diante da incidência dos acontecimentos internacionais. Em prol da *autonomia* e da *civilidade*: estes foram os propósitos almejados pelos dirigentes colombianos no decurso do século XIX. A incidência das peripécias estrangeiras e as falências do sistema liberal acabariam instigando o replanejamento das estratégias governamentais para acelerar a conquista da autonomia e da civilidade, bem como para suprir as lacunas oriundas do pós-independência. A alternativa eleita consistiu em uma aliança com a Igreja Católica ratificada na Concordata (1887), cujos termos permitem-nos caracterizá-la como uma aliança estratégica firmada a fim de usufruir da legitimidade do clero católico no alcance das citadas pautas administrativas.

Neste capítulo, visaremos dissertar sobre a incidência destes episódios internacionais na Colômbia, bem como relacioná-los à redação desta aliança política-religião nos decênios finais do século XIX. Fundamentaremos esta análise em um conjunto de fontes históricas que nos permitirão refletir sobre o primeiro questionamento suscitado na Introdução deste texto: “havia, de fato, coerência nesta aliança entre o governo colombiano e a Santa Sé durante de *La Regeneración*?”. Como hipótese a ser explorada, acreditamos que havia, sim, coerência política e estratégica nesta aliança.

2.1 AS RESSONÂNCIAS INTERNACIONAIS DA *GRANDE DEPRESSÃO ECONÔMICA* E DO IMPERIALISMO NA COLÔMBIA

“As tremendas crises que mais uma vez tem afligido aos povos têm sido tanto mais intensas e destrutoras quanto mais relacionadas têm estado com o problema econômico. [...] A política está, pois, unida indissolivelmente ao problema econômico”: assim declarara o então ex-presidente Rafael Núñez em 1882 no texto *La crisis mercantil* (NÚÑEZ, 1882, p. 579-580; tradução nossa⁷⁵). Munido de dados que tratam da redução das exportações e das importações colombianas nos anos imediatamente anteriores – revelando uma significativa queda das

⁷⁵ “Las tremendas crisis que más de una vez han afligido a los pueblos han sido tanto más intensas y destructoras, cuanto más relacionadas han estado con el problema económico. [...] La política esta, pues, unida indisolublemente al problema económico” (NÚÑEZ, 1882, p. 579-580). Citamos Rafael Núñez enquanto *ex-presidente* porque, entre 1882 e 1884, ele não estava liderando o executivo – período que incluí a data em que o referido texto foi redigido.

exportações de café e quina –, o autor constrói um interessante panorama acerca dos reflexos da instabilidade do comércio internacional na Colômbia. Embora suas preocupações nacionais não o tenham instigado a mencionar a amplitude do fenômeno, Rafael Núñez (1882) estava se referindo às reverberações da *Grande Depressão Econômica* no comércio colombiano – então dependente do sistema de exportações e importações para movimentar a economia⁷⁶. O evento consistiu em uma instabilidade sistêmica desencadeada pela desregulamentação do mercado, a qual revelaria as inseguranças do liberalismo e acabaria por reorientar as nações ocidentais a adotar condutas protecionistas. A forma de pensar e agir dos presidentes regeneradores esteve em consonância com esta reação internacional contra as instabilidades liberais, levando-nos a reiterar que La Regeneración não consistiu em um movimento desligado da cultura ocidental circunscrito às imaginações de Miguel Antonio Caro e de Rafael Núñez em seus gabinetes de Bogotá. Assim, a expressividade da *Grande Depressão Econômica* para a trajetória histórica da Colômbia nos instiga a tratar melhor dos elementos e dos desmembramentos deste evento.

O período situado entre 1873 e 1896 permaneceria nomeado como *Grande Depressão Econômica*. Embora esta nomenclatura aluda a uma crise prolongada, o evento consistiria em um conjunto de crises irrompidas em diversos países em momentos assíncronos, permitindo a Ekkehart Krippendorff (1979) categorizá-la como uma “instabilidade sistêmica”. Essa *Grande Depressão Econômica* desencadeou-se, inicialmente, em virtude do aumento das especulações financeiras alemãs e austríacas, as quais culminaram no colapso da bolsa econômica de Viena e na falência dos bancos alemães e austríacos⁷⁷. O decréscimo financeiro destas duas nações seria semeado pelas economias europeias seguindo a rota das locomotivas, afetando Holanda, França, Inglaterra, Rússia e, inclusive, Estados Unidos. Um cenário de pânico disseminar-se-ia: a maximização das especulações e dos custos somaram-se à redução das ofertas de mão de obra e das rentabilidades, culminando na falência de bancos e de sociedades ferroviárias. Esta

⁷⁶ Conforme expressaria Rafael Núñez (1882) neste mesmo artigo: “Por regla general puede decirse, si, que las importaciones, tarde o temprano, se pagan con las exportaciones, porque el comerciante que no exporta tiene que saldar sus compras en el Extranjero con las letras que le venden los exportadores. La deficiencia de exportaciones conduce, por tanto, inevitablemente, a la disminución proporcional de las importaciones, porque el crédito no significa más que aplazamiento, como es bien sabido.” (NÚÑEZ, 1882, p. 572). Nesta passagem, podemos observar a lógica da economia colombiana oitocentista traçada por um político atento às dinâmicas internacionais: negociam-se produtos primários de natureza tropical e compram-se matérias agrícolas subtropicais e produtos industrializados. No momento em que um dos lados dessa balança se desestabiliza, a economia colombiana permanece seriamente abalada. Outra expressão da importância do comércio internacional está nas próprias revistas e jornais: *El Reporter Ilustrado*, por exemplo, dedica uma sessão de suas edições a informar, semanalmente, as cotações das moedas americana, inglesa, francesa, espanhola, peruana e chilena, evidenciando a importância de divulgar tais informações para a sociedade civil. Estas fontes muito contribuem para a história política e econômica da Colômbia e permitem ao historiador observar a importância do sistema de exportação-importação para a Colômbia do século XIX – mesmo que seja pela visão de um político preocupado com os prejuízos causados por esse sistema.

⁷⁷ Conforme os números apresentados por Michel Beaud (2004), a produção do ferro fundido alemão registrou uma redução de 21% ainda no ano de 1874, enquanto seu preço diminuiu em cerca de 37%.

retração econômica suscitou a expansão do desemprego e a deflação dos preços, resultando na crise de superprodução e subconsumo que em tanto abalaria as exportações latino-americanas. As numerosas falências industriais e bancárias do período completam o palco de instabilidade sistêmica, cultivando um discurso generalizado favorável ao papel intervencionista do Estado e abalando amplamente a crença no liberalismo econômico inclusive entre os empresários.

A recuperação econômica da Europa dar-se-ia ainda em 1895 através de medidas de controle para regulamentar a equação de produção-consumo, instigando novas condutas protecionistas a serem adotadas pelas nações europeias e norte-americana que então estavam inseridas na dinâmica econômica global. A despeito da rápida recuperação, contudo, a *Grande Depressão Econômica* impactaria as tendências da trajetória econômica e política do ocidente: estas sucessivas crises revelaram o caráter instável do desregulamentado sistema *laissez-faire*, tanto para as nações industrializadas consumidoras de matérias-primas quanto para os países que forneciam produtos primários e subordinavam-se aos encaminhamentos destas economias industriais. Os impactos internacionais desta instabilidade sistêmica tiveram maior magnitude conforme o nível segundo o qual as nações estavam integradas ao sistema mundial: países muito dependentes do comércio internacional, tal como a Colômbia, permaneceriam muito afetados pelo período recessivo⁷⁸.

É evidente que poucos estadistas latino-americanos daquele contexto compreenderam se aquelas instabilidades haviam se tratado de uma crise única que oscilava de nação a nação ou haviam se tratado de crises isoladas – incertezas visualizadas no próprio texto de Rafael Núñez (1882) que mencionamos. Fato é, contudo, que a *Grande Depressão Econômica* afetaria a dinâmica de exportações-importações que compreendiam o arcabouço da economia colombiana naquele momento, prejudicando a produção agrícola das classes fundiárias e gerando um amplo temor diante de uma possível deslocação social gerada pelo desemprego no campo, nos portos e nos serviços⁷⁹. Estes medos reiteravam a necessidade de um Estado forte, que fosse centralizado e que controlasse a economia – reivindicações que refletiram os

⁷⁸ Uma interessante abordagem sobre as repercussões internacionais da *Grande Depressão Econômica* foi feita por Marcos Guedes Vaz Sampaio (2019). Neste artigo, o autor traçou os impactos desse evento na economia da Bahia – impactos que acabariam maximizando a crise da economia açucareira e dificultando uma recuperação mais acelerada do comércio da região. Ao contrário da Colômbia – que dependia em muito do comércio internacional para movimentar sua economia interna –, países com uma inserção mais discreta na dinâmica mundial, como era o Brasil oitocentista, seriam menos afetados, mas não deixariam de sofrer com os resultados internacionais da crise.

⁷⁹ Neste ponto, é importante lembrar que a escravidão foi abolida pelo governo colombiano em 1851. Assim, grande parte da mão de obra da segunda metade do século XIX vivia sob o regime de trabalho livre e dependia da oferta de empregos para sobreviver. Uma crise econômica internacional afetaria não somente os lucros das classes latifundiárias cafeeiras, mas também prejudicaria em muito a disponibilidade de trabalhos nos diversos ramos da então economia colombiana.

temores que preocupariam tanto os países industriais quanto os agrícolas. Falemos um pouco mais destes medos.

A Europa de fins do século XIX, permeada por antagonismos sociais expressos na luta da classe trabalhadora e na Comuna de Paris, passava a questionar as sequelas da civilização industrial e a crença de que a liberdade consistia na chave para resolver todas as vicissitudes humanas. O filósofo húngaro Karl Polanyi (1886-1964) dissertaria eficientemente sobre este problema antropológico decorrente dos excessos daquele liberalismo industrial: a despeito dos avanços tecnológicos, a revolução industrial inaugurou um novo período a partir do qual a economia de mercado deslocaria as estruturas sociais tradicionais e a nova classe trabalhadora originária da industrialização se viria reduzida à miséria⁸⁰. Este cenário internacional acentuaria ainda mais as preocupações em torno das consequências comerciais e sociais da *Grande Depressão Econômica*, deslocando a atenção das autoridades colombianas aos possíveis prejuízos que estes eventos suscitariam na senda nacional para a autonomia e civilidade. Para estas elites políticas, os princípios do *laissez-faire* que haviam sido defendidos pelos liberais na Colômbia desde o alvorecer da emancipação política acabaram por conduzir a nação a um desequilíbrio de recursos econômicos e prejudicava a prosperidade da economia interna do país. A miséria da condição humana que incitava a luta de classes na Europa era uma das grandes expressões da falência dos princípios liberais e tornar-se-ia catalizadora do recrudescimento dos sistemas políticos das nações latino-americanas naquele momento⁸¹. A *Grande Depressão Econômica*, assim, inaugurava uma etapa de temores que exigiram o replanejamento das condutas administrativas e econômicas dos políticos da Colômbia. Assim se manifestou Rafael Núñez em 1890 acerca deste tema:

⁸⁰ Segundo o referido filósofo, “[...] la gente trabajadora había sido abarrotada en nuevos lugares de desolación, las llamadas ciudades industriales de Inglaterra; los campesinos habían sido deshumanizados como moradores de inquilinatos; la familia estaba en el camino de la perdición; y grandes partes del país estaban desapareciendo rápidamente bajo las pilas de escorias arrojadas por los ‘molinos satánicos’. Escritores de todas las ideas y partidos, conservadores y liberales, capitalistas y socialistas invariablemente calificaron a las condiciones sociales bajo la Revolución Industrial de verdadera sima de la degradación humana. [...] No había sido ofrecida aún ninguna explicación completamente satisfactoria del acontecimiento. Los contemporáneos se imaginaron que habían descubierto la llave del infierno en las férreas regularidades que gobiernan la riqueza y la pobreza, que llamaron la ley de salarios y la ley de la población [...]” (POLANYI, 1992, p. 67-68).

⁸¹ O mosenhor colombiano Rafael María Carrasquilla (1857-1930) acreditava veementemente na ameaça real e crescente das correntes socialistas na Colômbia, que acabariam por abolir a propriedade e as diferenças sociais. Para o referido religioso, “Abolición de toda distinción y superioridad. No haya propiedad particular, porque la propiedad es el robo; todo sea de todos. Nada de gobierno: la anarquía es la perfección. No más matrimonios: ¡Viva el amor libre! El mundo debe convertirse en un inmenso taller, y todos seremos obreros que trabajaremos concienzudamente ocho horas diarias. Nada de patrones, nada de salarios; en cambio todos comeremos y beberemos, hasta hartarnos, de lo que trabajemos todos.” (CARRASQUILLA, 1919, p. 563). Vemos, através das palavras deste mosenhor, um processo de disseminação das incertezas e dos medos por todo o mundo ocidental: os temores que tanto preocupavam os governantes europeus e norte-americanos estavam sendo levados para diversas nações através de cartas e periódicos, cultivando entre os intelectuais colombianos os medos da insurgência social que aparentava ser iminente no velho mundo.

Não era estranho que os socialistas finalmente se organizaram em um partido independente do liberal, e até mesmo do republicano, em todos os lugares. Mais um século de provações desastrosas abriu os olhos para a multidão faminta, e o Imperador alemão ao fazer-se intérprete da urgente necessidade, dá ao problema econômico-social a preponderante atenção que exige. (NÚÑEZ, 1890, p. 215; tradução nossa⁸²)

A despeito deste “século de provações desastrosas”, nas definições de Rafael Núñez, é evidente que a substituição do liberalismo político pelo sistema centralizado regenerador não compreendeu um processo abrupto que seccionou a história da Colômbia – como buscamos defender anteriormente ao dissertarmos sobre as continuidades – ou que demarcou a anulação dos ideais da ortodoxia liberal, como a democracia e a liberdade. Afinal, a problemática social que começava a ser desencadeada no país não era suficiente para tornar o socialismo em uma ameaça significativa: o movimento socialista colombiano, de fato, ainda não existia no século XIX e seria preciso aguardar até o desenvolver da próxima centúria para que os patamares de industrialização e urbanização dessem validade para os argumentos da luta da classe operária⁸³. Contudo, a ciência sobre este cenário internacional seria relevante para maximizar os temores que já eram desencadeados pelas lacunas remanescentes da independência da Colômbia e para catalisar a eleição de políticos que priorizassem o projeto de autonomia e de civilidade. A substituição do liberalismo enquanto sistema político dar-se-ia pelas correntes que visavam instaurar uma administração política centralizada e interventora, a qual superaria as falhas ocasionadas pelos excessos do *laissez-faire* e continuaria esta longa senda em prol da autonomia e civilidade. A relevância dos acontecimentos internacionais tornava-se cada vez mais significativa no país governado pelos regeneradores – quadro que também seria pontuado por Rafael Núñez:

Esta situação anômala, complicada hoje pelas crises industrial e monetária mais graves que têm sofrido a República que se constituiu, pela redução da renda das Aduanas e pelas perturbações políticas, não pode se prolongar por mais tempo sem iminente perigo para a ordem social, e caso não se coloque prontamente solução veremos se desorganizarem todos os serviços administrativos e nós sumiremos no caos da anarquia. (NÚÑEZ, 1884, p. 1238; tradução nossa⁸⁴)

⁸² “No era extraño que los socialistas se hayan al fin organizado en un partido independiente del liberal, y aun del republicano, en todas partes. Más de un siglo de ensayos desastrosos ha abierto los ojos a la muchedumbre famélica, y el Emperador alemán al hacerse intérprete de la apremiante necesidad, da al problema económico social la preponderante atención que reclama.” (NÚÑEZ, 1890, p. 215)

⁸³ Basta observarmos que a criação do Partido Socialista colombiano ocorreria em 1919, mostrando que as ideias socialistas somente ganhariam vigor no país a partir do século XX. É evidente que lutas operárias e camponesas antecederam a criação deste partido – basta lembrarmos do mencionado *Motín del Pan* –, mas a formação de um movimento organizado e sistematizado estaria ligado a esse processo.

⁸⁴ Esta situación anómala, complicada hoy por la crisis industrial y monetaria más grave que ha sufrido la República que se constituyó, por la disminución de la renta de Aduanas y por las perturbaciones políticas, no puede prolongarse por mas tiempo sin inminente peligro para el orden social, y si no se le pone pronto remedio veremos desorganizarse todos los servicios administrativos y nos sumiremos en el caos de la anarquía. (NÚÑEZ, 1884, p. 1238)

Para além das repercussões comerciais e sociais da *Grande Depressão Econômica* na Colômbia, outro evento exógeno catalisaria a urgência em executar o projeto de autonomia e civilidade: os progressivos interesses imperialistas das nações europeias e dos Estados Unidos nas administrações latino-americanas, responsável por suscitar o temor da conquista política e territorial. O imperialismo oitocentista ao qual nos referimos, conforme categorizaria Sergio Pistone (1998), consistiu em um desdobramento do protecionismo econômico instaurado nos decênios finais daquela centúria – decorrente da mencionada “instabilidade sistêmica” –, a partir do qual “[...] prevaleceu a tendência a assegurar o controle político direto ou indireto de um território o mais amplo possível, isto é, a expandir a área protegida (que os teóricos alemães definem como ‘espaço vital’), subtraída, portanto, ao protecionismo de outros.” (PISTONE, 1998, p. 618). A agressividade deste processo de conquista difere-o do *imperialismo informal* que compreendeu os decênios imediatamente anteriores – caracterizados pelo ideal do *laissez-faire* e pelo *soft power*⁸⁵ –, expressando o modo como a ânsia pela *soberania estatal absoluta* converter-se-ia na motivação destas nações em impor militarmente seus interesses comerciais acima das administrações dos demais países⁸⁶. Assim dispôs as atas da Conferência de Berlim (1884-1885), nas quais visualizamos claramente os interesses europeus e norte-americanos na África:

Querendo regular num espírito de boa compreensão mútua as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico; desejosos, por outro lado, de prevenir os mal-entendidos e as contestações que poderiam originar, no futuro, as novas tomadas de posse nas costas da África, e preocupados ao mesmo tempo com os meios de crescimentos do bem-estar moral e material das populações aborígenes, resolveram sob convite que lhes enviou o Governo Imperial Alemão, em concordância com o Governo da República Francesa, reunir para este fim uma Conferência em Berlim, nomeando para seus plenipotenciários [...] Os mesmos, munidos de plenos poderes julgados de boa e devida forma, sucessivamente discutiram e adotaram:

- 1º Uma Declaração referente à liberdade do comércio na Bacia do Congo, em suas embocaduras e países circunvizinhos, com algumas disposições conexas;
- 2º Uma Declaração concernente ao tráfico dos escravos e às operações que, por terra ou por mar, forneçam escravos para tráfico.
- 3º Uma Declaração referente à neutralidade dos territórios compreendidos na bacia convencional do Congo; [...]

⁸⁵ Sobre o conceito de “soft power” e sua viabilidade para o estudo das Relações Internacionais do século XIX, ver: MARTINELLI (2016) e TORRES CASTILLO (2018).

⁸⁶ À guisa de exemplificação, cabe aqui uma citação do referido Sergio Pistone (1998, p. 611-612): “nas últimas décadas do século XIX (particularmente depois de concluída a unificação italiana e alemã, em 1870), se iniciou uma fase histórica marcada por uma especial intensidade e qualidade dos fenômenos imperialistas. Com efeito, entre 1870 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial, deu-se a repartição quase completa da África entre os Estados europeus e a ocupação (em que participou também o Japão e, em medida mais restrita, os Estados Unidos) de vastos territórios da Ásia, ou sua subordinação à influência europeia (China, Pérsia, império otomano).”.

6º Uma Declaração introduzindo nos relatórios internacionais, regras uniformes referentes às ocupações que poderão no futuro realizar-se nas costas do continente africano. (ATA, 1885, p. 2)

A despeito da agressividade do evento expressar-se nos continentes asiático e africano, este imperialismo enérgico também alcançou os países latino-americanos. O intervencionismo francês e o governo do imperador Maximiliano (1863-1867) nos territórios do México seriam expressões do gume imperialista da supracitada faca, atestando às demais nações daquela área que interesses estrangeiros poderiam justificar a substituição de seus governos por autoridades exógenas⁸⁷. Na Colômbia, os exemplos de intervenção internacional cultivavam temores que eram crescentemente aflorados com os graduais interesses da França no território panamenho, expressos em início nas tentativas do diplomata francês Ferdinand de Lesseps em conseguir a concessão do governo colombiano para a construção de um canal marítimo naquela região. Sabe-se que as tentativas da França em construir um canal do Panamá não tiveram êxito – tanto em função da proliferação de doenças tropicais entre os operários quanto por questões de engenharia – e seria necessária a intervenção direta das forças militares norte-americanas na emancipação do Panamá para que o canal viesse a ser inaugurado pelos EUA em 1914. Contudo, a insegurança esteve presente entre os políticos regeneradores diante de uma possível intervenção política, tal como ocorreu no México e como também permanecia ocorrendo em outros continentes⁸⁸.

Em 1895, um manifesto contido na primeira edição da revista “La Verdad” clamava aos colombianos que “sacudamos de uma vez por todas a perigosa tutela que nos coloca em situação ridícula aos olhos do mundo e que nos constituí nos únicos párias do continente

⁸⁷ Os interesses da França nas ricas minas mexicanas tornariam as autoridades francesas em apoiadoras da vinda da monarquia austríaca dos Habsburgo para o México. A força militar francesa seria fundamental para a derrota das forças do governo mexicano – comandadas por Ignacio Zaragoza – e para a ascensão de Maximiliano como Imperador do México. O poderio militar da França tornar-se-ia imprescindível para a estabilidade da monarquia Habsburgo e seus “deslizes” seriam responsáveis pela execução do monarca pelas forças leais ao ex-presidente Benito Juárez. Este episódio de intervenção francesa e austríaca esteve diretamente relacionado aos interesses econômicos destas nações no México. Roberto Narváez (2015) realizou um interessante estudo sobre o sistema criptográfico empregue pelo exército mexicano durante a intervenção francesa, demonstrando as preocupações daqueles militares com possíveis leituras não-autorizadas de suas informações de guerra. Ainda sobre o tema, Frédéric Martínez (1996, p. 119) realizou uma interessante observação: “[...] todo indicaba que se estaba reanimando el espectro dormido del imperialismo europeo em América: la expedición mexicana, las agresiones españolas en el Pacífico repetidas a lo largo de los años 1860 venían a confirmar que la amenaza europea seguía siendo real. [...] el ejemplo mexicano demuestra que las oposiciones internas en un régimen federal pueden inclusive terminar con una intervención extranjera, imperialista y *liberticida*.”

⁸⁸ Um interessante relato desse evento foi feito pelo próprio Miguel Antonio Caro (1867): “‘Cayó el Emperador! Méjico es libre! En patíbulo el trono se convierte; y allí do el cetro se ostentó de César, El puñal amenaza de la plebe. Triunfó la libertad! La ley impera! Hundióse el despotismo para siempre.’ Esto los ecos de la fama anuncian, y aplaude el Continente.” (CARO, 1867, p. 01).

descoberto pelo gênio italiano Colombo.” (LA VERDAD, 1895, p. 01; tradução nossa⁸⁹). O então ex-presidente Rafael Núñez também observaria os perigos destas nações que, apesar de serem símbolos almeçados de civilização e progresso, poderiam facilmente interferir na administração de outros países:

[...] mas nesse mesmo caso se encontra o ramo da Instrução pública e os canais de comunicação que não favorecem diretamente senão certas áreas do território, e muitas outras coisas que não há necessidade de catalogar de forma ordenada. O quadro de prosperidade visto no vasto território Norte-americano certamente causa espanto. Não há outro exemplo de tal prodígio, que só coincide na história com as conquistas militares de Roma. Águias por águias, tanta admiração despertam as que foram de bronze como as que são de ouro; porque tanto uma como a outra representam uma poderosa ação civilizatória em harmonia com os respectivos tempos. (NÚÑEZ, 1883, p. 599; tradução nossa⁹⁰)

Embora o supracitado ensaio objetive discorrer sobre o atraso comercial da Colômbia, esta passagem acaba por mencionar as ambições das nações desenvolvidas em expandir seus domínios para as áreas não-civilizadas, somando um sentimento de admiração à espantosa prosperidade estadunidense ao temor de ser alvo desta “poderosa ação civilizatória”. Em outro ensaio, Rafael Núñez (1874) já havia alertado aos intelectuais colombianos sobre as ameaças inerentes ao controle estrangeiro dos bens de infraestrutura do país, sobretudo as ferrovias que percorriam aquele agreste território. As preocupações se direcionavam à redução da qualidade comunicativa e à extinção de regulamentação por parte do governo central, comprometendo o fluxo de pessoas e a independência política da Colômbia – ponto que o referido autor trataria especificamente ao dissertar sobre a presença de empresas internacionais na administração das estradas de ferro do Panamá. Assim anunciou o então diplomata Rafael Núñez (1874) sobre a temática das ferrovias:

Faz mais ou menos um ano que devido ao entusiasmo pelas ferrovias na Colômbia e ao assunto em geral, me permiti aconselhar com o maior cuidado, ou a maior cautela melhor dizendo, sobre o tema das concessões. *Que se guardem bem os governos – esta foi a essência senão o teor literal de minhas palavras – de entregar o trânsito ao monopólio de indivíduos ou empresas privadas!* [...] Mas vejamos, antes de outra coisa, o que é uma de suas formas – e não certamente a mais grave –, o abuso do monopólio nesta vital matéria de trânsito. Os quadros de itinerários e preços que estão fixos nas estações de ferrovia proporcionam dados suficientes a esse respeito. Assim se vem com frequência, a propósito dos trens de terceira classe, notícias encaminhadas a alertar todas as demoras e dificuldades que encontra o viajante que

⁸⁹ “sacudamos de uña vez y para siempre la ominosa tutela que nos coloca en situación ridícula a los ojos del mundo y nos constituye en los únicos parias del continente descubierto por el genio del italiano Colón.” (LA VERDAD, 1895, p. 01).

⁹⁰ [...] pero en ese mismo caso se encuentran el ramo de Instrucción pública y las vías de comunicación que no favorecen directamente sino determinadas zonas de territorio, y muchas otras cosas más que no hay para que catalogar prolijamente. El cuadro de la prosperidad que se advierte en el dilatado territorio Norte-americano causa asombro, ciertamente. No hay otro ejemplo de semejante prodigio, que solo concuerda en la historia con las conquistas militares de Roma. Águilas por águilas, tanta admiración despiertan las que fueron de bronce como las que son de oro; porque tanto las unas como las otras representan una poderosa acción civilizadora en armonía con los respectivos tiempos. (NÚÑEZ, 1883, p. 599)

entra em um dos vagões dos ditos trens. (NÚÑEZ, 1874, p. 506, 508-509; grifos originais, tradução nossa⁹¹)

Diante dos supracitados fenômenos internacionais que comprometiam a estabilidade econômica e a independência política da Colômbia do final do século XIX, o projeto dos regeneradores – especialmente de Rafael Núñez e de Miguel Antonio Caro – consistia em convertê-la em uma nação economicamente autônoma através da criação de indústrias internas, da construção de ferrovias, da otimização da comunicação e da valorização de sua moeda interna. Os resultados acabariam por anular os medos: a economia tornar-se-ia autossuficiente e estável, a população empregada não teria motivos para se insurgir e a política interna fortalecida estaria apta em manter o país distante das ganâncias imperialistas. A ferramenta elencada para alcançar estas metas consistia em catalisar a vinda da *civilidade*: era fundamental acelerar a implementação do projeto educacional-missionário para amparar a população colombiana – tanto a de origem hispânica quanto a autóctone – com saberes morais e técnicos ditados pela Igreja Católica.

A conquista de uma Colômbia economicamente autônoma e culturalmente civilizada dependeria da educação católica e da evangelização dos nativos, simultaneamente munindo a população dos saberes técnicos e científicos necessários para a criação das indústrias internas e também dos valores católicos que trariam a polidez necessária para que a Colômbia entrasse no rol das *nações civilizadas*. Essa *civilidade católica* não se restringiu unicamente ao projeto regenerador colombiano, mas também foi utilizada por outros Estados Nação para promover o desenvolvimento moral de sua população. Na Colômbia, o clero católico tornar-se-ia no ator ideal para preencher as lacunas que atrasavam o avanço do país. Uma fonte que nos apresenta esse raciocínio dos regeneradores foi redigida por Rafael Núñez (1882):

As causas de nossa decadência econômica são muito complexas, porque são morais e materiais. Agora se advertem, além do atraso, os extensos perigos a ele inerentes, pelo desnível alarmante do comércio; mas o homens pensadores e patriotas haviam de antemão advertido e assinalado tais perigos como temas urgentes de discussão. Comparando o movimento comercial de outros países Hispano-americanos com o nosso, resulta que, em geral, estamos atrasados no dito movimento. A respeito de alguns destes países, não só estamos atrasados, mas quase os estamos perdendo de vista. As causas morais a que atribuímos nossa decadência econômicas são provavelmente as que se seguem numeradas:

1ª A educação em todos os níveis;

⁹¹ Hace un año más o menos que a propósito del entusiasmo por los ferrocarriles en Colombia i del asunto en jeneral, me permití aconsejar el mayor cuidado, o la mayor cautela mejor dicho, en cuanto a los términos de las concesiones. ! *Que se guarden bien los gobiernos* – esta fue la sustancia si no el tenor literal de mis palabras – *de entregar el tránsito al monopolio de individuos o compañías particulares!* [...] Pero veamos, antes de otra cosa, lo que es en una de sus formas – i no ciertamente la más grave, – el abuso del monopolio en esta vital materia del tránsito. Los cuadros de itinerarios i precios que están fijados en las estaciones de ferro-carriles proporcionan datos suficientes a este respecto. Allí se ven con frecuencia, a propósito de los trenes de tercera clase, noticias encaminadas a advertir todas las demoras i dificultades que encontrara el viajero que entre en uno de los vagones de dichos trenes. (NÚÑEZ, 1874, p. 506, 508-509; grifos originais)

2ª As tradições;

3ª O caráter. (NÚÑEZ, 1882, p. 581; tradução nossa⁹²)

Esta tríade de *factores retardadores* enumerados por Rafael Núñez (1882) – educação-tradição-caráter – poderia ser suprimida pela atuação do clero católico: a Igreja Católica seria encarregada de replanejar o sistema educacional nacional e privilegiar a edificação de tradições que moldassem o caráter da população colombiana. Esta era a essência da aliança do Estado colombiano com a Igreja Católica firmada através da Concordata de 1887: suprir as longevas demandas que urgentemente deveriam ser logradas diante dos acontecimentos internacionais do final do século XIX. A aliança predispôs a superioridade dos valores morais católicos e a legitimidade histórica daquela instituição no território colombiano, visando usufruir destes dois elementos para alcançar as metas que perduravam desde a emancipação e cujo logro esteve secularmente dificultado pelas adversidades daquele território. Os fins últimos da aliança Estado-Igreja eram políticos e estavam compreendidos na senda em prol da almejada autonomia e da desejada civilidade.

2.2 OS FINS DA ALIANÇA: INTERESSES DO ESTADO COLOMBIANO E DA IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DO SÉCULO XIX

Os estudos sobre a educação e a escolarização alcançam os interesses de historiadores e pedagogos, sobretudo porque a temática da educação permanece historicamente vista como uma ferramenta política. Divulgar valores ou saberes: a educação tornava-se um instrumento significativo para civilizar sociedades. A educação civilizadora tornava-se ainda mais urgente para as nações latino-americanas que se consolidavam no século XIX: os valores e saberes ali passados seriam importantes para criar sociedades fortes que cultivassem uma identidade una e que defendessem a prosperidade nacional. As escolas, assim, convertiam-se em instituições com elevado papel político para aqueles países em formação. Afinal, uma educação deficiente e com pouco alcance poderia ser um atraso para seu processo de integração interna.

⁹² Las causas de nuestra decadencia económica son muy complejas, porque son morales y materiales. Ahora se advierten, además del atraso, los extensos peligros a él inherentes, por el desnivel alarmante de los cambios; pero los hombres pensadores y patriotas habían de antemano advertido y señalado tales peligros como apremiante tema de discusión. Comparando el movimiento comercial de los otros países Hispano-Americanos con el nuestro, resulta en efecto, en general, que estamos a retaguardia en dicho movimiento. Respecto de algunos de esos países, no solo estamos a retaguardia, sino que casi los hemos perdido de vista. Las causas morales a que atribuimos nuestra decadencia económica, son probablemente las que en seguida enumeramos:

1.a La educación en todos sus ramos;

2.a Las tradiciones;

3.a El carácter. (NÚÑEZ, 1882, p. 581)

A historicidade da precariedade educacional da Colômbia “salta aos olhos” na medida em que observamos os estudos pedagógicos dedicados ao tema. A educação colonial, limitada ao método escolástico e restrita a poucos centros religiosos, foi objeto de críticas por parte dos intelectuais emancipadores. Em 1810, Ignacio de Herrera realizou as seguintes observações:

Desde a conquista, tem permanecido na barbárie, e nunca tem dado um passo que a conduza para fazer brilhar o talento de seus nativos, nem a enriquecer-se com os frutos que lhe oferecem suas terras abundantes: as artes se encontram em sua infância, não temos oficinas, desconhecemos as máquinas mais necessárias e apenas produzimos alguns tecidos grosseiros que mostram nossa ignorância. Por todas as partes, tropeçamos em finos algodões, as montanhas nos oferecem tintas e a terra oferece toda a espécie de minerais que nos causam trabalho. O labrador caminha sobre as pegadas que lhe deixaram seus antepassados. Em trezentos anos, não temos avançado nossos conhecimentos e parece que estes séculos têm passado unicamente para demonstrar nossa ignorância. (DE HERRERA, 1810, s/p; tradução nossa⁹³)

As deficiências da educação colonial foram assinaladas com insistência, tanto pelos que defendiam a emancipação quanto pelas autoridades locais que recomendavam uma maior atenção metropolitana para com aquele assunto. Para Myriam Báez Osario (2006), as críticas também tangenciavam os descuidos intelectuais dos mestres: alguns relatórios do *Seminario del Nuevo Reino de Granada* atribuem aos docentes “uma ignorância consumada [que] reúne muitas vezes os vícios e uma conduta vergonhosa [...]” (NOTICIA PATRIOTICA, 1942, p. 02; tradução nossa⁹⁴). A transição do sistema colonial para a dinâmica republicana liberal não eliminou diversas deficiências educacionais: embora as teorias pedagógicas de J. Lancaster tenham visado atingir os múltiplos setores da população, o acesso às instituições educacionais ainda continuaria limitado a poucas camadas da sociedade. A proposta educativa liberal, dessa forma, teorizou a ampliação quantitativa das escolas públicas e privadas, mas não idealizou o acesso efetivo de jovens não-abastados ao cotidiano escolar⁹⁵. A modernização do modelo de ensino não implicou uma conseqüente “popularização” do ensino, ocasionando a continuidade das debilidades e a persistência das lacunas do pós-independência. A educação dos indígenas consistia em um tema com ainda maior debilidade, sobretudo porque as missões de civilidade aos nativos foram secundarizadas por um Estado com pouco capital financeiro e humano.

⁹³ Desde la conquista ha permanecido en la barbarie, y nunca ha dado un paso que la conduzca a hacer brillar el talento de sus naturales, ni a enriquecerse con los frutos que le ofrecen sus abundantes tierras: las artes se hallan en su infancia, no tenemos talleres, desconocemos las máquinas más necesarias y apenas logramos unos tejidos groseros que publican nuestra ignorancia. Por todas partes tropezamos con finos algodones, los montes nos ofrecen tintes y la tierra toda especie de minerales que nos provocan el trabajo. El labrador camina sobre las huellas que le dejaron sus mayores. En trescientos años no hemos adelantado nuestros conocimientos, y parece que estos siglos únicamente han corrido para avergonzar con nuestra ignorancia. (DE HERRERA, 1810, s/p)

⁹⁴ “[...] una ignorancia consumada [que] reúna muchas veces los vicios y una conducta vergonzosa [...]” (NOTICIA PATRIOTICA, 1942, p. 02)

⁹⁵ Afinal, a aquisição de materiais escolares – como livros e cadernos – e a disponibilidade para frequentar as escolas com regularidade era uma tarefa difícil para as crianças e jovens que não eram filhos de autoridades estatais ou de famílias economicamente influentes.

Foi nesta lacuna que o clero católico apareceu como um interessante aliado para suprir a necessidade de civilizar a população colombiana – fosse ela rural, urbana ou nativa – e criar entre os habitantes daquele agreste território um sentimento de pertença capaz de encaminhar efetivamente a nação para o progresso. Foi somente no último quartel do século XIX que esse projeto educacional-civilizador respaldado na Igreja Católica passaria a ser aplicado através dos governantes de La Regeneración. Rafael Núñez e Miguel Antonio Caro foram estudiosos do catolicismo e conheciam o poder que a Igreja Católica poderia desempenhar para o projeto político regenerador. Miguel Antonio Caro havia sido um especial estudioso do catolicismo e da cultura espanhola, bem como sabia da importância da religião para a ordem política e institucional da Colômbia⁹⁶. Assim expressaria este político, autointitulado vice-presidente⁹⁷, acerca da importância da devoção cristã para a ordem e para a estabilidade das instituições nacionais em uma mensagem ao congresso em 1898:

A República está comovida e devemos reconhecer que se requerem hoje grandes amostras de virtude, sacrificios de amor próprio, vigorosa expressão de Cristianismo e Patriotismo, especialmente no seio da Representación Nacional, a fim de restabelecer a ordem moral perturbada e defende-la de novos assaltos ao império das instituições. [...] A duração das leis políticas, orgânicas do Estado, mantidas pelo acordo tácito e firme, pelo respeito dos povos, indica que uma nação está realmente constituída. A lei humana, a lei escrita é, por si só, ineficaz; somente é poderosa e santa quando sua origem é respeitável e respeitada, quando nos grandes acontecimentos da História se reconhece a ação de um poder divino que ensina, castiga e parabeniza as nações, e lhes concede ocasiões extraordinárias para se constituir e prosperar. Então a ordem legal é sólida, porque é apoiada na ordem moral e na fé religiosa da sociedade. (CARO, 1898, p. 07-08; tradução nossa⁹⁸)

⁹⁶ Miguel Antonio Caro manifestou, ao longo de sua vida política e intelectual, um grande compromisso com as transformações políticas do Estado colombiano. Sua estratégia estava expressa em produções editoriais, artigos, ensaios e livros, nos quais ele defendeu a moral católica como a base das mudanças político-administrativas da Colômbia. M. A. Caro foi um intelectual ativo que articulou suas ideias em diferentes publicações periódicas do país, particularmente o *El Tradicionalista* – periódico que o próprio M. A. Caro fundou e editou por muitos anos – *El Conservador*, *Anales religiosos de Colombia*, *La Unión Católica*, *La República*, *El Orden*, *La Defensa católica* e *La Nación*. Nestas publicações, a incidência do debate da importância política da moral católica acaba sendo recorrente (MOJICA VILLAMIL, 2016). Muitos destes jornais possuem algumas edições que se encontram digitalizadas na biblioteca virtual do “Banco de La República”.

⁹⁷ À guisa de curiosidade, Miguel Antonio Caro foi eleito para a vice-presidência em 1892 na mesma eleição em que Rafael Núñez foi reeleito como presidente. Contudo, a saúde debilitada de Rafael Núñez acabou por impedi-lo de assumir o cargo, competindo a M. A. Caro encarregar-se da presidência. A morte de Rafael Núñez em 1894 efetivou o cargo de M. A. Caro na cadeira presidencial até 1898 – data na qual a mencionada mensagem de M. A. Caro foi encaminhada ao Congresso colombiano. Contudo, M. A. Caro nunca utilizou o título de “presidente” em respeito a Rafael Núñez, preferindo continuar a se autointitular como “vice-presidente”. Esta opção aparece, inclusive, no título da própria mensagem mencionada.

⁹⁸ La República está conmovida, y debemos reconocer que se requieren hoy muestras grandes de virtud, sacrificios de amor propio, vigoroso concierto de Cristianismo y de Patriotismo, especialmente en el seno de la Representación Nacional, a fin de restablecer el orden moral perturbado y defender de nuevos asaltos el imperio de las instituciones. [...] La duración de las leyes políticas, orgânicas del Estado, mantenidas por acuerdo tácito y firme, por el respeto de los pueblos, indica que una nación está realmente constituída. La ley humana, la ley escrita, es, por sí sola, ineficaz; sólo es poderosa y santa cuando su origen es respetable y respetado, cuando en los grandes acontecimientos de la Historia se reconoce la acción de un poder divino que adoctrina, castiga y premia a las naciones, y les concede ocasiones extraordinarias para constituirse y engrandecerse. Entonces el orden legal es sólido, porque se apoya en el orden moral y en la fe religiosa de la sociedad. (CARO, 1898, p. 07-08)

Ambas as extremidades desta mensagem – tanto a autoria da interlocução quanto seus receptores congressistas – eram personalidades públicas partícipes daquele tabuleiro político colombiano e consentiam sobre o poder do catolicismo para aquela nação: Miguel Antonio Caro (1898) não isentou esforços para lembrar que a longevidade de um Estado dependia de leis apoiadas “na ordem moral e na fé religiosa da sociedade”, retomando uma temática que era bem conhecida pelos congressistas da Colômbia do final do século XIX. Afinal, fontes revelam que muitos dos políticos colombianos regeneradores também sabiam do poder político da religião, ressaltando constantemente seu respeito à Igreja Católica e ao clero⁹⁹. Uma das expressões deste reconhecimento estava implícita no décimo volume do periódico *La Iglesia del Tolima* de 1899, no qual o bispo de Tolina, Esteban Rojas, anuncia – veladamente – o modo como as autoridades políticas reconheciam a influência da Igreja Católica para a manutenção do poder político no país. Neste volume, o bispo traçaria um relato relativamente bajulatório àqueles congressistas diante das expressões de fidelidade promovidas pelo congresso: “[nosso valioso Congresso] tem feito anúncios explícitos de reconhecer a Jesus Cristo como seu Soberano legítimo, e tem tido muita honra ao se confessar em absoluta dependência d’Ele” (ROJAS, 1899, p. 147; tradução nossa¹⁰⁰). Estava claro que os políticos regeneradores – fossem eles presidentes ou congressistas – sabiam do poder da religião e da importância do apoio clerical para finalmente lograr as metas remanescentes da emancipação. Tratava-se, dessa forma, de instrumentalizar a religião e manter a aliança com o clero católico.

As discussões presentes na Concordata (1887) delimitaram formalmente os contornos gerais das atribuições dadas à Igreja Católica pelo aparato estatal colombiano: caberia ao clero católico ministrar o sistema educacional – regulamentando a formação moral e técnica – e protagonizar as missões destinadas a evangelizar os povos nativos. A aliança evidentemente pressupôs um poder inscrito no clero católico cuja força seria proveniente da *tradição*. Afinal, conforme seria sistematizado pela historiadora Mariana de Matos Ponte Raimundo (2019), “[...] a recorrência ao passado sempre esteve presente na história da Igreja ao tentar explicar sua missão no mundo. A tradição confere legitimidade [...], baseando-se em um passado que representa conservação e permanência.” (PONTE RAIMUNDO, 2019, p. 14). A longevidade

⁹⁹ O conhecimento do papel político da religião era consensual, inclusive, entre os políticos liberais que haviam precedido os regeneradores. Afinal, os liberais colombianos sabiam que não seriam capazes de apagar o passado cultural da Colômbia e construir uma nação sobre bases morais seculares. Embora a constituinte de 1863 tenha instaurado a laicidade do Estado da Colômbia, os políticos liberais reconheciam a importância do catolicismo como o fundamento da unidade nacional daquele momento. O líder liberal Rafael Uribe Uribe demonstraria já em 1912 a influência do catolicismo na sociedade e os perigos da intolerância para o jogo político.

¹⁰⁰ [nuestro benemérito Congreso] ha hecho profesión explícita de reconocer a Jesucristo como su Soberano legítimo, y ha tenido a mucha honra el confesarse en absoluto dependiente de El (ROJAS, 1899, p. 147).

temporal da presença da Igreja Católica no território colombiano¹⁰¹ seria um elemento que também legitimaria sua atuação no projeto político regenerador, maximizando a receptividade da população em aceitar a educação técnico-eclesiástica e em apoiar as missões que visavam “civilizar” os nativos. Assim, a execução do papel político da religião também basear-se-ia na tradição da Igreja Católica e na legitimidade de seu discurso na vida dos colombianos.

Desta forma, duas circunstâncias positivavam a realização desta aliança aos olhos das autoridades colombianas que integrariam La Regeneración: em primeiro lugar, as autoridades políticas consentiam sobre o poder da religião e das instituições religiosas no jogo político; em segundo lugar, o catolicismo e os clérigos católicos possuíam uma elevada legitimidade histórica e exerciam um poder tradicional entre a população civil daquela nação. A despeito destas pré-disposições, é evidente que esta aliança traria benefícios para ambas as instituições acordadas: para o Estado regenerador, a Colômbia finalmente lograria o sonho de autonomia e civilidade almejado pelos emancipadores e pelos liberais; para a Igreja Católica, um território americano passaria a estar diretamente subordinado à sua influência e novos membros seriam alocados para o rol de fiéis católicos. Os interesses da Santa Sé em firmar uma aliança com o Estado colombiano inscreveram-se no contexto ultramontano e romanizador do século XIX e estiveram em consonância com as tentativas da Igreja Católica em expandir sua mensagem e estender seu poder diante da pluralidade de ideias – inclusive religiosas – que estavam sendo divulgadas pelo mundo. Falemos melhor sobre esse contexto eclesiástico.

O historiador Ítalo Domingos Santirocchi (2010) realizou um estudo conceitual acerca dos significados de “ultramontano”, cujas observações são de elevada pertinência para nosso trabalho. A partir da leitura de suas observações, pode-se considerar que este conceito esteve vinculado à necessidade de posicionamento da Igreja Católica diante dos desafios ligados ao processo de laicização-secularização¹⁰² dos Estados nacionais: visava reforçar a autoridade da Igreja Católica em um contexto no qual a ideia de um afastamento de religião e política estava

¹⁰¹ Compete-nos lembrar que a Diocese de Santa Fé de Nova Granada – atual Arquidiocese de Bogotá – foi inaugurada em 1562. Além disso, muitas das principais basílicas e igrejas – como a *Basílica de Nuestra Señora del Rosario de Chiquinquirá*, a *Catedral de Cartagena* e a *Iglesia de San Francisco* – seriam construídas ainda nos séculos XVI e XVII, muitas das quais teriam grande importância religiosa e política na história da Colômbia pós-independência.

¹⁰² À guisa de elucidação, seria importante retomarmos os conceitos de “laicização” e “secularização”, os quais possuem características polissêmicas e multifacetadas. O processo de secularização da Europa é ora associado ao racionalismo dos séculos XVI e XVII e ora relacionado ao iluminismo e anticlericalismo dos séculos XVIII e XIX (CONGAR, 1990). O conceito de “secularização” possui relação com a ideia de separação entre a política e as forças religiosas que surgiria no século XIX, convertendo a religião em uma “categoria” (RANQUETAT JR, 2008). A secularização compreende a desapropriação das propriedades religiosas por parte do Estado. Quanto ao conceito de “laicização”, Eduardo Dullo (2012) definiu-o como o processo de emancipação política diante da interferência religiosa, geralmente motivado pelo anticlericalismo e pela necessidade de libertar o poder político do poder religioso.

muito presente. Segundo o pesquisador, o conceito de Ultramontanismo modificou-se desde seu surgimento durante a reforma protestante e passaria adquirir um sentido de reação a partir do século XIX: o Ultramontanismo tornou-se um “[...] movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna.” (SANTIROCCHI, 2010, p. 24). Este movimento se expressaria, sobretudo, no fortalecimento da autoridade papal sobre as igrejas locais e na delimitação de novos “perigos” que rondavam a Igreja Católica – como o galicanismo, jansenismo, regalismo, liberais, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil e liberdade de imprensa – na Encíclica *Quanta Cura* e no seu anexo *Silabo dos Erros* (1864). É evidente que tal contexto de reação ocasionaria, simultaneamente, o fortalecimento do poder eclesiástico em determinados países e conflitos internos em outros.

O choque entre o ultramontanismo e os outros “ismos” do século XIX era inevitável e se manifestou nos mais diversos âmbitos da sociedade ocidental. A luta, às vezes, assumiu aspectos de confronto violento, especialmente na Itália, onde o liberalismo se misturou com as aspirações italianas de unificação política. Pelo menos, em um país latino-americano (a Guatemala) as primeiras lutas entre o liberalismo e o ultramontanismo resultaram em guerra religiosa. (SANTIROCCHI, 2010, p. 25)

Uma interessante abordagem acerca da estratégia adotada pela Santa Sé foi realizada por Andrew Porter (2008) na aclamada enciclopédia “The Cambridge history of Christianity”. Conforme definiria o historiador, a Igreja Católica tentou converter-se em uma instituição que propagaria sua mensagem através da aliança com países ainda devotos e propensos a crescer economicamente. Afinal, a prosperidade material traria benefícios para a expansão da própria Igreja nas imediações daquela nação: acreditava-se que as basílicas e catedrais tornar-se-iam autofinanciáveis, autogerindo-se e, assim, conseguindo se disseminar para além dos territórios fronteiriços (PORTER, 2008). A encíclica *Quanta Cura* (1864) e seu anexo *Silabo dos Erros* (1864) – redigida pelo Papa Pio IX – já havia enumerado os erros relativos à relação da Igreja Católica com os Estados e já informava da necessidade de delinear uma reaproximação política-religião. Esta estratégia resultou em acordos com nações como Espanha¹⁰³, Polônia¹⁰⁴ e a própria Colômbia – países com um potencial crescimento econômico e tradicionalmente

¹⁰³ Na Espanha, o catolicismo consistiu na religião oficial do país até 1931. Durante o século XIX, o crescimento do anticlericalismo na Espanha não impediu que o Estado continuasse a subsidiar o clero justamente pela Igreja Católica majoritariamente ser a responsável por conservar o patrimônio histórico – como as basílicas e catedrais que ainda hoje permeiam o território do país – e pelo trabalho social do clero – que incluíam amparo cultural e até sanitário. No século XIX, a Santa Sé preocupava-se em muito em manter sua aliança com o Estado espanhol e não perder sua influência naquela nação.

¹⁰⁴ A Igreja Católica desempenha um papel importante na Polônia desde o século X. O território polonês possuía um especial significado estratégico para a Santa Sé, sobretudo porque atuaria no combate do luteranismo alemão e do cristianismo ortodoxo dos países localizado ao leste. Manter o poder e a influência da Igreja Católica na Polónia mostrava-se como uma necessidade naquele contexto do século XIX.

devotos ao catolicismo. Dessa forma, os interesses da Santa Sé em firmar uma aliança com o Estado de La Regeneración estavam inscritos no contexto religioso que marcou a história da Igreja Católica do século XIX.

A despeito dos interesses acordados por ambas as instituições – Estado colombiano e a Santa Sé –, as disposições deliberadas na Concordata (1887) estavam em consonância com as supracitadas ideias de *autonomia e civilidade*: a Igreja Católica consistia na única ferramenta eficientemente capaz de lograr a “polidez” ao homem colombiano, conferindo-lhe a civilidade necessária para sua prosperidade espiritual e sua conseqüente autonomia econômica-política. Afinal, a Igreja Católica compreendia um capital humano e financeiro capaz de preencher as lacunas institucionais deixadas por um Estado ainda débil: suas investidas poderiam suprir os vazios militares, governamentais e humanitários que se tornavam espaços privilegiados para implementar suas missões religiosas. O clero católico tornava-se uma ferramenta protagonista para o projeto de autonomia e civilidade de La Regeneración, tendo em vista que seu discurso de civilidade católica era condizente com as necessidades daquele Estado colombiano.

O projeto regenerador delineou a moral católica e a cultura espanhola como arcabouços para a introdução da Colômbia no rol das nações civilizadas, convertendo o clero católico em representante da cultura católica da Espanha. O catolicismo tornava-se a essência moral para a ordem social e a civilização, enquanto a cultura espanhola seria o modelo de civilidade para os intelectuais regeneradores. O logro da almejada autonomia demandava que aquele modelo de civilidade católica e espanhola fosse propagado entre toda a população colombiana – fosse mediante o sistema educacional ou através das missões de evangelização. Nada mais conivente do que promover um acordo com a instituição que melhor representava estes valores – a Igreja Católica. Miguel Antonio Caro expressou, em diversos momentos, sua preferência pela moral católica e sua defesa pela preservação da herança espanhola, alegando os grandiosos benefícios políticos e espirituais que estas medidas trariam para a prosperidade da nação. Uma interessante abordagem acerca desse argumento foi feita por Alejandro Mojica Villamil (2016), no qual se enuncia:

[...] o estado moral pressuposto por Caro é concebido como um processo no qual os humanos, mediante a razão e a orientação católica, progressivamente poderiam decidir se desprender de suas inclinações ao prazer e ao interesse pessoal. Isto permite que o dever se localize acima das paixões e da utilidade, logrando assim, inevitavelmente, que se acredite em uma relação com a ordem sobrenatural, com Deus, quem personifica as ideias de ordem, justiça e bem. Tal estado é a mais alta aspiração moral do homem. Deste entendimento da moral se obtém uma das maiores disputas de Caro na arena política: restabelecer as bases do dogma católico na formação das novas gerações de colombianos, em busca de suavizar o caminho para seguir as pegadas da moral natural legada pela Providência, para proporcionar seu progresso e segurança. Esta nova formação cristã não somente traria consigo a paz e a ordem no plano terreno, mas também que acarretaria a salvação eterna. Portanto,

seus argumentos sobre a moral mostraram um claro convencimento de que dentro da educação dos sujeitos, em particular, e dentro das políticas da sociedade, em geral, eram necessárias as tradições que respaldariam sua consolidação: a religião e a moral católicas. (MOJICA VILLAMIL, 2016, p. 321-322; tradução nossa¹⁰⁵)

Esta síntese acerca do *Estudio sobre el utilitarismo* (1869) acaba sendo precisa quanto o pensamento de Miguel Antonio Caro: cultivar o catolicismo traria benefícios para a jornada moral da sociedade e para o sistema administrativo colombiano. Foram com estas enunciações que o intelectual dispôs seu discurso político em prol de uma aliança com a Igreja Católica e advogou pelo retorno da educação clerical em detrimento ao utilitarismo de J. Bentham¹⁰⁶. A aliança política-religião refletiria as preocupações de Miguel Antonio Caro não somente com as circunstâncias que incidiam na Colômbia do final do século XIX, mas sobretudo com o futuro daquela nação cuja prosperidade demandava de uma moralização sob os preceitos católicos. O modelo para esta almejada civilidade católica estava associado à Espanha, cuja herança remanescente do período colonial deveria ser regenerada mediante a Igreja Católica¹⁰⁷. Para Miguel Antonio Caro, não havia outra religião válida que não constituísse o catolicismo, especialmente porque considerava seus ideais e sua representante – a Igreja Católica – como as ferramentas para regenerar a tradição e a moral herdadas da Espanha – aspectos que representavam “civilidade” aos regeneradores.

Conforme podemos observar no estudo da produção intelectual dos presidentes de La Regeneración, a aliança com a Igreja Católica aparecia como condição para a civilidade, a autonomia e a prosperidade da Colômbia. Assim reafirmou Miguel Antonio Caro em um

¹⁰⁵ [...] el estado moral propuesto por Caro es concebido como un proceso en el que los humanos, mediante la razón y la orientación católica, progresivamente pueden decidir desprenderse de sus inclinaciones por el placer o el interés personal. Esto permite que el deber se ubique por encima de las pasiones y la utilidad, logrando así, inevitablemente, que se cree una relación con el orden sobrenatural, con Dios, quien personifica las ideas de orden, justicia y bien. Tal estado es la más alta aspiración moral del hombre. De este entendimiento de la moral se desprende una de las más grandes disputas de Caro en la arena política: restablecer los lineamientos del dogma católico en la formación de las nuevas generaciones de colombianos, en procura de allanar el camino para seguir las huellas de la moral natural legada por la Providencia, para propiciar su progreso y afianzamiento. Esta nueva formación cristiana no solo traería consigo la paz y el orden en el plano terrenal, sino que acarrearía también la salvación eterna. Por lo tanto, sus argumentos sobre la moral esgrimieron un claro convencimiento de que dentro de la educación de los sujetos, en particular, y dentro de las políticas de la sociedad, en general, eran necesarias las tradiciones que respaldaran su consolidación: la religión y la moral católicas. (MOJICA VILLAMIL, 2016, p. 321-322)

¹⁰⁶ Sobre esta temática, assim expressou Miguel Antonio Caro no artigo “Los hermanos de las escuelas cristianas” publicado na revista *El Tradicionalista* em 1872: “[...] la lucha secular empeñada entre los hijos de Dios y los seguidores de Satanás, entre la verdad y el error, entre el bien y el mal, hoy se determina particularmente en el recinto de la escuela” (CARO, 1872, p. 07). Mencionamos a rejeição dos intelectuais regeneradores ao sistema educacional utilitarista ainda na “Introdução” deste trabalho.

¹⁰⁷ À guisa de complemento, Miguel Antonio Caro escreveu um livro denominado “Conquista y colonización de América por los españoles” (1885) no qual abordaria a história da Espanha nos territórios americanos. Também escrevera, anteriormente, um poema intitulado “La unidad católica y la pluralidad de cultos” (1869), no qual ele também trataria da fé do conquistador espanhol no alvorecer da história dos países latino-americanos. Percebe-se, mediante uma breve leitura destes textos, a admiração do intelectual pela cultura e pela devoção do homem espanhol ao catolicismo. A Espanha aparece como o modelo de polidez nas fontes daquele contexto.

discurso dirigido ao *Concejo Nacional de Delegatarios* (1885) acerca da importância desta aliança e da tradição da Igreja Católica na Colômbia antes mesmo de Rafael Núñez assinar a Concordata:

O catolicismo é a religião da Colômbia, não somente porque os colombianos a professam, mas também por ser uma religião valiosa da pátria e elemento histórico de nacionalidade, e também porque não pode ser substituída por outra. A religião católica foi a que trouxe a civilização ao nosso solo, educou a raça crioula, e acompanhou nosso povo com sabedoria e amizade em todos os tempos, em momentos de prosperidade e adversidade. [...] Caso a Colômbia deixe de ser católica, não seria para adotar outra religião, mas para cair na descrença, para retornar à vida selvagem. A religião católica foi a religião de nossos pais, é a nossa e será a única possível religião de nossos filhos. Ou ela ou nenhuma. (CARO, 1885, p. 137; tradução nossa¹⁰⁸)

Deve-se observar que a natureza política de La Regeneración estava respaldada sobre bases ideológicas pouco seculares – aspecto facilmente visualizável nos discursos de Miguel Antonio Caro que mencionamos, os quais empregam as doutrinas neotomistas para justificar o poder regenerador e a aliança do governo com o clero católico. Contudo, a lógica estratégica desta aliança Estado-Igreja estava clara: a entrada de investimentos estrangeiros e o avanço material interno – tanto das indústrias quanto das vias de comunicação – demandavam que a população fosse educada não somente para enquadrar-se na polidez do *mundo civilizado*, mas também com os saberes técnicos e científicos. A “civilidade católica” era uma condição para a autonomia e para a prosperidade da Colômbia e a aliança com a Igreja Católica tornava-se a ferramenta para alcançar essa meta: o clero traria os saberes e a polidez para o homem urbano e para o indígena incivilizado. É evidente que essa *vinda da civilidade* dependeria de agentes que mediassem a disseminação da moral católica, tal como os párocos e, em alguns casos, as mulheres, os quais conduziriam tais valores para dentro das aldeias e das casas. Dessa forma, ambos os lados desta aliança seriam beneficiados por este uso político do poder da religião.

2.3 A HIPÓTESE DA COERÊNCIA

Gostaríamos de reiterar nossa hipótese acerca da coerência da aliança entre política e catolicismo, adentrando com maior afinco na problemática que instigaria o presente capítulo: “havia, de fato, coerência nesta aliança entre o governo colombiano e a Santa Sé durante La Regeneración?”. Para além de nossas observações acerca dos acontecimentos internacionais e

¹⁰⁸ El catolicismo es la religión de Colombia, no sólo porque los colombianos la profesan, sino por ser una religión benemérita de la patria y elemento histórico de nacionalidad, y también porque no puede ser sustituida por otra. La religión católica fue la que trajo la civilización a nuestro suelo, educó la raza crioula, y acompañó a nuestro pueblo como maestra y amiga en todos tiempos, en prospera y adversa fortuna. [...] Si Colombia dejase de ser católica, no sería por adoptar otra religión, sino para caer en la incredulidad, para volver la vida salvaje. La religión católica fue la religión de nuestros padres, es la nuestra y será la única posible religión de nuestros hijos. O ella o ninguna. (CARO, 1885, p. 137)

dos interesses advogados por ambas as instituições acordadas, seria importante que também abordássemos os sujeitos que esta aliança visava impactar: a população civil da Colômbia. O pesquisador Marco Palacios (2015) traçaria um interessante panorama acerca da configuração social do país nos decênios finais do século XIX e no alvorecer da centúria seguinte mediante um estudo dos censos nacionais realizados neste íterim. No que concerne ao período de La Regeneración, o historiador apresentou um cenário de *dispersão geográfica*, segundo o qual a população encontrava-se majoritariamente dispersa pelas localidades rurais da Colômbia. Esta distribuição demográfica desigual contribuía para tornar a sociedade amplamente heterogênea em termos de classe social, origem étnica, ocupação, gênero e idade, assim como acentuava o atraso econômico, a desigualdade e a pobreza entre as regiões. Este cenário de dispersão era acentuado pela reduzida distribuição dos centros urbanos nas áreas andinas – conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho –, contribuindo ainda mais para maximizar a heterogeneidade dos habitantes daquele país. Segundo o citado autor, “Em 1880, mais de 80% dos habitantes vivia nas aldeias rurais e no campo propriamente dito [e] a porcentagem da população ativa era similar.” (PALACIOS, 2015, p. 201; tradução nossa¹⁰⁹). A vida rural e campesina era majoritária entre os colombianos.

A despeito das exíguas ferrovias que uniam os distritos cafeeiros à cidade portuária de Buenaventura, grande parcela dos homens e das mercadorias eram transportados por cavalos e mulas, encarecendo os artigos e incentivando uma economia de subsistência. As adversidades comunicativas desta *Colômbia rural* – nos termos de Marco Palacios (2015) – somavam-se à lentidão na difusão de novas técnicas produtivas: cerca de 70% das exportações agropecuárias haviam dependido da força humana e haviam usado métodos remanescentes do século XVII. A Colômbia de La Regeneración, assim, inscrevia-se em um panorama que reunia tradição e inovação que era ditado por uma “fronteira interna” e por longevas adversidades naturais. Neste cenário, as cidades representavam os centros de poder, riqueza e cultura, nas quais residiam as autoridades – civis, clericais e militares –, os aristocratas e os intelectuais da nação. Os colombianos citadinos tentavam importar a *civilidade* mediante o uso do estilo de vida europeu: frequentemente consumiam vinhos, conservas, mobílias, vestuários e revistas adotados pelo “mundo civilizado”¹¹⁰.

¹⁰⁹ En 1880, más del 80% de los habitantes vivía en poblados rurales y en el campo propiamente dicho [y] era similar el porcentaje de la población activa. (PALACIOS, 2015, p. 201)

¹¹⁰ A despeito destas tentativas de europeizar o estilo de vida urbano da Colômbia, as grandes cidades do país – especialmente Bogotá – não possuíam uma infraestrutura invejável. O professor Max S. Hering Torres (2018) – quem contatamos no início desta pesquisa – realizou um interessante estudo sobre as condições de higiene em Bogotá, descrevendo os maus odores imanados daquela cidade: “La fetidez era un ‘escarnio de la higiene’ porque provenía de los ‘excrementos públicos, de la descomposición de materias orgánicas, de las letrinas y

Contudo, estes poucos símbolos de civilidade do mundo urbano contrastavam-se com o atraso da vida campesina, caracterizada pelo analfabetismo e pelo atraso nos saberes técnicos que atrasavam a construção de fábricas e a aplicação de uma agropecuária moderna. Afinal, “[...] a indústria demandava preferencialmente de operários e operárias que soubessem ler e escrever.” (PALACIOS, 2015, p. 214; tradução nossa¹¹¹). Este cenário – somado aos impactos do contexto internacional que influenciavam a estabilidade do país – ressaltava a necessidade de acelerar o processo de escolarização na Colômbia e de catalisar a introdução do país no rol das nações civilizadas. Assim era a configuração social da Colômbia quando a Igreja Católica foi visualizada como uma ferramenta estratégica e tomada como aliada pelos presidentes regeneradores, cuja aliança não se delimitou unicamente ao projeto educacional, mas abrangeria também funções civis. Marco Palacios (2015) reiterou a importância do clero católico na esfera secular ao transcrever o documento histórico *Informe de la Junta del Censo de 1912*:

Em nosso país para este trabalho de levantamento do censo é necessária, indispensavelmente, a cooperação dos senhores párocos da Cúria. A população urbana das pequenas agrupações e a população rural em sua maioria, escassa de noções de instrução, ignorante das conveniências deste labor civilizatório, necessita, para não recebe-lo mal, de um conceito autorizado, de uma excitação patriótica por parte dos senhores párocos da Cúria para fazê-las compreender que é um bem ajudar a este trabalho, não opor-lhe resistência, nem ocultar uma informação verídica dos dados de que se necessitam. (COLOMBIA, 1912 *apud* PALACIOS, 2015, p. 202; tradução nossa¹¹²)

Este documento nos remete a uma interessante expressão da atuação secular da Igreja Católica: a construção de paróquias. As paróquias possuíam relevância não somente porque eram fundamentais para a propagação da moral católica e da cultura espanhola, mas também porque amparavam o Estado na demarcação de territórios, na organização da população e na criação de projetos missionários de amparo local. As paróquias eram capazes de alcançar os espaços “deixados” pelo Estado e auxiliar no preenchimento das lacunas institucionais que o poder civil não era capaz de suprir. Durante o período de *La Regeneración*, pudemos apurar a

excusados privados, del mal sistema de alcantarillas, de la proximidade de los cuarteles y del Hospital Civil [y] de los retretes públicos.’” (HERING TORRES, 2018, p. 19). Dessa forma, as cidades também não eram exemplos idôneos de civilidade e prosperidade na Colômbia regeneradora. Um interessante estudo sobre esse tema também foi feito por Álvaro Acevedo Tarazona (2010), no qual o autor apresentou os projetos feitos para civilizar a cidade de Pereira. Há um significativo relato da violência na cidade de Bogotá na quarta edição da já mencionada revista “*La Verdad*” (1895), na qual narra-se um ataque físico sofrido por dois transeuntes em uma localidade nobre da cidade.

¹¹¹ [...] la industria demandaba de preferencia obreros y obreras que supieran leer y escribir. (PALACIOS, 2015, p. 214)

¹¹² En nuestro país para este trabajo de levantamiento del censo es necesaria, indispensable, la cooperación de los señores Curas párrocos. La población urbana de las pequeñas agrupaciones y la rural de todas, escasa de nociones de instrucción, ignorante de las conveniencias de esta labor civilizadora, necesita, para no recibirla mal, de un concepto autorizado, de una excitación patriótica por parte de los señores Curas párrocos para hacerlas comprender que es un bien ayudar a este trabajo, no oponerle resistencia, ni ocultar una información verídica de los datos que se necesitan. (COLOMBIA, 1912 *apud* PALACIOS, 2015, p. 202)

construção de diversas paróquias e basílicas: somente nos arredores de Bogotá, surgiriam a *Basílica del Sagrado Corazón de Jesús* – cuja construção iniciou-se em 1881 – e a *Iglesia San Antonio Padua* – cuja construção começou em 1902. A diocese de Popayán – cidade na qual se sediava a capital do departamento do Cauca – foi elevada à condição de Arquidiocese em 1900 e esteve acompanhada pela construção das paróquias de *San Bernabé* (1907) e *Nuestra Señora del Carmen* (1913) no seu interior. A criação de paróquias na Colômbia – sobretudo em regiões geograficamente distantes dos tradicionais centros de poder, tal como a região do Cauca – foi ao encontro da necessidade de preencher os vazios institucionais que o Estado da Colômbia se encontrava financeiramente impossibilitado de ocupar. O catolicismo e a Igreja Católica iriam desempenhar um duplo papel de colaboração e liderança na senda civilizadora que a Colômbia percorria (ECHEVERRY PÉREZ, ABADÍA QUINTERO, 2014).

Os interesses políticos no poder do clero tornavam a aliança cada vez mais importante para promover as metas administrativas remanescentes da emancipação e que não haviam sido logradas pelos presidentes liberais com a federalização e laicização do Estado. A Igreja Católica – munida pela autoridade legitimada pela tradição – se tornava uma aliada potencial para obter o apoio daquela sociedade dispersa e para auxiliar no projeto político em prol da autonomia e civilidade: era uma instituição que detinha recursos econômicos e capital humano, sendo capaz de percorrer a agreste topografia colombiana para civilizar os nativos e conduzir o ensino técnico. A Santa Sé possuía potencial para mediar um povoamento mais homogêneo do território, uma comunicação eficiente entre aquelas regiões, a construção de um homem colombiano civilizado e a criação de fábricas que abastecessem as necessidades internas da Colômbia. Percebe-se, assim, que a aliança política-religião compreendia amplos objetivos estratégicos que visavam conciliar os interesses da Colômbia e da Igreja Católica, vindo ao encontro de longevas necessidades que foram acentuadas pelos acontecimentos internacionais daquela Europa de fins do século XIX. Consideramos que essa aliança não buscava trazer obscuridade para o país, mas inscrevia-se em um projeto político que havia observado as falências do sistema liberal.

O conceito de *coerência* permanece definido como “Ligação de um conjunto de ideias ou de fatos cujo resultado é lógico.”. A hipótese de que a aliança Estado-Igreja inscreve-se em um propósito coerente poderia ser confirmada com base nas ideias dissertadas ao longo destes últimos capítulos: as longevas dificuldades para otimizar a administração do país – oriundas da dispersão demográfica, da topografia diversificada e da presença das tribos indígenas, as quais preocupavam os políticos colombianos desde a emancipação da Espanha – tornaram-se mais perceptíveis nos decênios finais do século XIX diante dos acontecimentos internacionais

que demonstravam como aquele cenário estava prejudicando o desenvolvimento da Colômbia. O Estado colombiano, inscrito em falências financeiras oriundas da desvalorização da moeda interna, demandava de uma forte instituição que fosse capaz de ampará-lo na solução destes desafios e que não fosse uma ameaça para sua autonomia política. A forte orientação católica da população colombiana – expressa por diversos intelectuais ali influentes, como Miguel Antonio Caro – demonstrava que era a Igreja Católica quem poderia auxiliar a lograr estas metas. Tratava-se de usar do poder da religião e da autoridade que o clero tradicionalmente desempenhava na Colômbia para fins institucionais.

A hipótese da coerência acaba tornando-se plausível quando já possuímos em mente as discussões sobre as ideias das continuidades e das *ferramentas*, assim como quando temos conhecimento sobre o contexto externo e sobre o pensamento dos políticos que lograram a aliança. Tratava-se de uma aliança coerente diante das necessidades daquele contexto e do poder que o clero católico possuía naquela sociedade para lograr estas demandas.

A aliança da Igreja Católica com o Estado colombiano regenerador não se inscreveu em um projeto político idealizado por intelectuais recuados das demandas e das ideias de seu contexto. Categorizá-la como a “gênese do obscurantismo” – conforme advogaram diversos pesquisadores – tornar-se-ia uma percepção anacrônica que discrimina os outros aspectos que culminariam neste posterior “retrocesso” e que desconsidera o repertório de ideias disponível naquele contexto. Esta aliança compreendeu uma resposta às demandas da Colômbia do final século XIX, prejudicada por históricas adversidades e temerosa dos acontecimentos que passavam a incidir no país. Dessa forma, optamos por empregar o substantivo “coerência” justamente em função do caráter *lógico* que a aliança representava naquele contexto – e não por nosso julgamento contemporâneo baseado nos desdobramentos destes fenômenos. Discutiremos as minúcias do papel da Igreja Católica na Colômbia regeneradora no próximo capítulo.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO CIVILIZATÓRIO DE LA REGENERACIÓN

Especialistas no tema da história da Colômbia, como o supracitado historiador Alfonso Múnera (2005), têm argumentado que o alvorecer da emancipação inaugurou a formulação de grandes relatos para reunir um país de guerras e heróis, de governos federalistas e governos centralistas, de culturas “superiores” e “inferiores”, de sociedades civilizadas e bárbaras. Tais relatos da nação arquitetaram um cenário europeizado no qual não estavam compreendidas as diferenciações e somente havia uma cultura superior em detrimento das demais inferiores. O termo “raça” se assentou para legitimar as relações de dominação na construção dos Estados Nacionais latino-americanos – embora hoje saibamos que categorizar uma população ou um grupo humano com este termo acaba sendo um eufemismo. Na passagem do século XIX para o século XX, nações como a Colômbia, o México e a Argentina¹¹³ compreenderam o conflito entre as “raças” como partícipe dos discursos políticos promovidos pelos periódicos e por intelectuais. A questão racial na origem do Estado colombiano se manifestaria em textos que edificaram fronteiras entre os *civilizados* e os demais habitantes bárbaros e inferiores das costas e dos vales inter-andinos. Quaisquer territórios que circunscreviam as cidades ou vilas – a citada *fronteira interna* – recebiam esta conotação.

A elite colombiana do período, majoritariamente situada em meios urbanos, conforme categorizou James D. Henderson (2006), compreendia a “massa social” rural como inferior¹¹⁴. As autoridades políticas desse momento imaginaram um Estado Nacional baseado nas teorias do organicismo europeu, segundo as quais a sociedade era análoga a um organismo vivo com capacidade de evolução¹¹⁵. Caso os colombianos se dedicassem veementemente a estudar e a difundir as ideias científicas, a nação introduzir-se-ia na senda do progresso, da civilidade, do desenvolvimento científico e tecnológico, da paz, da liberdade e da autonomia e da ordem. A função das elites políticas não seria outra que não consistisse em conduzir os demais para alcançar esse almejado progresso. Com base nesta meta, o projeto educacional e civilizatório

¹¹³ No que tange ao discurso racial no mundo argentino do século XIX, basta lembrarmos da *Conquista do Deserto*, a qual consistiu em um conjunto de campanhas militares conduzidas pelo Estado argentino entre as décadas de 1870 e 1880 a fim de “conquistar” os territórios patagônicos sob o domínio das “raças inferiores” indígenas. Realizamos alguns estudos sobre esse tema em 2018.

¹¹⁴ Esta concepção era compartilhada ainda na década de 1920 por um amplo setor de intelectuais e políticos, o que haveria culminado, inclusive, na aprovação de uma lei pelo Congresso que visava desestimular a imigração das chamadas “raças degeneradas” – como os povos de origem chinesa, hindu e turco-otomana – e que buscava privilegiar a imigração europeia (HENDERSON, 2006).

¹¹⁵ Basta lembrarmos que Rafael Núñez (1890) já havia realizado comparações entre o corpo humano e o corpo político: da mesma forma que o corpo humano preserva sua vida combatendo as doenças, o corpo político combate os elementos mórbidos que comprometem sua sobrevivência. Para ambos os casos, pequenas mudanças seriam suficientes para melhorar sua condição (NÚÑEZ, 1890).

das autoridades regeneradoras contava com a Igreja Católica, incumbida a conduzir o sistema escolar público colombiano e a maximizar a conversão dos indígenas àquele mundo civilizado em construção. Neste capítulo, buscaremos dissertar sobre a segunda e a terceira pergunta que também instigaram este trabalho: “Em que medida a Igreja Católica foi convocada para atuar no projeto de construção de uma cultura nacional e de uma identidade para o país?” e “A Igreja Católica foi de fato um elemento de retrocesso e atraso para a vinda dos novos ares do progresso?”.

Desde já, cabe-nos reiterar que a Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República da Colômbia (1887) será um ponto de partida para muitas das observações que realizaremos para tentar solucionar tais questões. O documento atribuiu um relevante papel ao catolicismo no campo da instrução e da civilidade dos camponeses¹¹⁶. As discussões, contudo, basearam-se substancialmente no estudo de outras fontes que remetem à atuação da Igreja Católica nos governos regeneradores, tendo destaque os documentos jornalísticos disponíveis para consulta virtual. No que se refere ao caráter pejorativo atribuído à aliança, podemos adiantar que estas percepções se originam principalmente pelo papel do Partido Conservador como partícipe do sistema político de La Regeneración. Acreditamos que esta noção se vincula sobretudo à atual conotação que compreende o conceito de “conservadorismo” na América Latina, o qual vem sendo associado a atitudes reacionárias e contrárias às liberdades. Tais temas, contudo, serão melhor discutidos ao longo deste capítulo.

Desde já, gostaríamos de salientar que diversas fontes selecionadas para a construção deste capítulo tendem a transcender o recorte de 1905. A razão é quantitativa: grande parte dos documentos referentes à educação católica e ao exercício missionário foram publicados após a assinatura da Concordata. Acreditamos essa condição revela que a implementação das disposições acordadas em 1887 levou alguns anos para serem, de fato, aplicadas. No entanto, essa ampliação do recorte temporal não prejudicou nossas análises, mas nos permitiu refletir ainda mais sobre a temática.

3.1 A IGREJA CATÓLICA NO SISTEMA EDUCACIONAL COLOMBIANO: O AMPARO MORAL E ADMINISTRATIVO

¹¹⁶ Segundo Margot Andrade Álvarez (2011, p. 161), “El restablecimiento del Concordato en 1887, sirve para reforzar las relaciones entre el estado colombiano y la Iglesia católica, al establecer a la religión católica como religión nacional y otorgarle la facultad de actuar libre e independientemente por todo el territorio bajo la protección del Estado pero lejos del control de este.”. Esta reaproximação consta explicitamente nos Artigos 1 e 4 do documento desta aliança.

Ninguém imagina que nosso cristão há de fazer milagres ou ser um herói, nada disso; tudo se resume a ser simples e francamente o que significa o título com que honra e tem aqui como:

1º Ao passar diante de uma Igreja se descobre respeitosamente, a fazer com respeito o sinal da Cruz.

2º Quando se encontra com um eclesiástico o saúda, considerando que é um ministro de Nosso Senhor Jesus Cristo.

3º Não se intimide de acompanhá-lo publicamente, mas antes observe com respeito o que ele aceita neste momento.

4º Durante uma viagem, no mesmo momento em que partir o trem ou a carroça, faça o sinal da Cruz [...].

5º Antes e depois de comer, [...] faça o sinal da Cruz sem extravagância, mas não furtivamente como quem se envergonha, mas com naturalidade e facilidade.

6º Caso saiba que a um enfermo ninguém se atreve a lhe falar os sacramentos, nosso cristão o visita, e com prudência e maneiras educadas que ditam a boa educação e a caridade em Cristo, lhe fala de Deus que acalma, fortalece e cura, e da Virgem nossa Mãe, consoladora dos que sofrem e saúdo dos enfermos, lhe dispõe para que receba sem demora a visita de um sacerdote e lhe fale com confiança; vá para ele e a ele acompanha, quantos infelizes morreriam no beijo do Senhor, se estivessem com eles um cristão como os nossos!

7º Não deixa passar sem correção ou protesto, qualquer palavra contra a Religião, a Igreja e os sacerdotes.

8º Quando for viajar, se seus recursos o permitirem, forneça folhas e livretos de propaganda católica, que esquece oportunamente, ou intencionalmente esquece no vagão, no alojamento etc., são uma isca lançada que alguém felizmente morderá.

9º Se abstém de leituras más ou perigosas [...].

10º Afirma sua fé diante de tudo e todos; em casa não omite as práticas piedosas tradicionais, como a oração diária em família do Santo Rosário; não permite a entrada de revistas ou escritos irreligiosos ou imorais; não aprovando ornamentos, imagens, impressões ou outros objetos capazes de provocar paixões. [...] afirma sua fé na rua com seu continente grave e modesto, afirma-se na Igreja com silêncio e recolhimento de votos; afirma na irmandade que é membro, na associação católica ou de caridade da qual pertence, portando-se sempre e em todos os locais como quem sabe que um cristão é feito espetáculo do mundo, dos anjos e dos homens e que vive sob a vista de Deus.

11º Nosso cristão se veste conforme sua posição social e idade, mas modestamente [...].

12º Nosso cristão, e sobretudo nossas cristãs, não se deixa dominar pela tirania da moda, nem fica deslumbrado pelo fascínio do luxo. O primeiro é uma frivolidade indigna de uma cristã, o segundo chega a ser a ruína de muitas famílias e caso se trate de modas indecentes, não a adotam nem para si, nem para suas filhas, nem as permite em seus dependentes.

13º Nosso cristão sabe bem que não poderia sê-lo, sem a ajuda do alto, e que isto só é obtido mediante a oração contínua e fervorosa. Ore, então, e acompanhe suas orações de boas obras. (LA UNIDADE CATÓLICA, 1901, s/p; tradução nossa¹¹⁷)

¹¹⁷ Nadie imagine que nuestro cristiano ha de hacer milagros o ser un héroe, nada de eso; todo se reduce a ser sencilla y francamente lo que significa el nombre con que se honra y he aquí como:

1º Al pasar delante de una Iglesia se descubre respetuosamente, a hacer con gravedad la señal de la Cruz.

2º Cuando se encuentra con un eclesiástico saluda, considerando que es un ministro de Nuestro Señor Jesucristo.

3º No rehúye acompañarlo públicamente, antes mira con honor el que él acepte este obsequio.

4º Hallándose de viaje, en el mismo momento de partir el tren o el coche, hace la señal de la Cruz [...]

5º Antes y después de comer, [...] hace la señal de Cruz sin afectación, pero no a hurtadillas como quien se avergüenza, sino con naturalidad y desembarazo.

6º Si se sabe que a un enfermo nadie se atreve a hablarle de sacramentos, nuestro cristiano le visita, y con la prudencia y corteses maneras que dicta la buena educación y la caridad de Cristo, le habla de Dios que alivia, fortalece y sana, y de la Virgen nuestra Madre, consoladora de los que sufren y salud de los enfermos, le dispone para que reciba sin prevención la visita del sacerdote y le hable con confianza; va por él y le acompaña, ¡cuántos infelices morirían en el ósculo del Señor, si diera con ellos un cristiano de los nuestros!

7º No dejar pasar sin correctivo ni protesta, palabra alguna contra la Religión, la Iglesia o los sacerdotes.

A conduta do *cristão virtuoso* idealizada pelo periódico *La Unidad Católica* em 1901 apresenta-nos os parâmetros comportamentais que eram esperados deste católico colombiano: devoto às instituições e às autoridades e protagonista de boas condutas que demonstrem sua devoção. O caráter religioso das qualidades enumeradas pela fonte não nos impede de observar sua aplicabilidade no mundo secular: esperava-se que o homem colombiano também reproduzisse esta conduta catolicamente virtuosa no respeito às instituições e às autoridades políticas, agindo em benefício da nação. Publicações instrutivas vinculadas à Igreja Católica possuíam objetivos não somente religiosos, mas compreendiam conteúdos que também se aplicavam no projeto civilizador de La Regeneración. A passagem acaba por sintetizar o modelo de *homem civilizado* almejado pela Colômbia regeneradora, enumerando o padrão de polidez que seria religiosa e politicamente atraente para ambas as instituições inscritas neste projeto – o Estado colombiano e a Igreja Católica.

Através desse periódico, podemos observar a construção do que o pesquisador Oscar Blanco Mejía (2009) categorizou como *comunidade católica imaginada*: a herança católica espanhola seria usufruída como a base moral da identidade nacional da Colômbia de fins do século XIX, empregando-se o duradouro caráter devoto daquela população em um projeto político que não cogitava importar modelos de conduta estrangeiros. O historiador Andrés Jiménez Ángel (2016) discorre sobre um grupo de intelectuais católicos que, direta ou indiretamente, estavam inseridos na vida eclesiástica e foram encarregados de definir um conjunto de valores políticos e de promover sua instituição coletiva. Tais escritores visavam contribuir para a formação de uma comunidade nacional que conciliasse os interesses do Estado e da Igreja Católica. Dentre os intelectuais abordados pelo autor, encontra-se o escritor

8° Cuando ha de viajar, si sus haberes lo permiten, se prevé de hojas y libritos de propaganda católica, que regala oportunamente, o de intento olvida en el vagón, en el alojamiento etc., son un cebo echado a la ventura que alguno morderá a su salud.

9° Se abstiene de lecturas malas o peligrosas, [...].

10° Afirma su fe en todo y por todo; en casa no omitiendo las prácticas piadosas tradicionales, como el rezo diario en familia del Santo Rosario; no permitiendo la entrada de impresos y escritos irreligiosos o inmorales; no consiéndolo adornos, cuadros, estampas, u otros objetos capaces de provocar pasiones. [...] afirma su fe en la calle con su continente grave y modesto, afirma en la Iglesia con silencio y recogimiento de voto; afirma en la cofradía de que es miembro, en la asociación católica o caritativa a que pertenece, portándose siempre y en todas partes como quien sabe, que un cristiano es hecho espectáculo del mundo, de los ángeles y de los hombres y que vive bajo la vista de Dios.

11° Nuestro cristiano viste conforme a su posición social y a su edad, pero modestamente [...].

12° Nuestro cristiano, y sobre todo nuestras cristianas, no se dejan dominar por la tiranía de la moda, ni deslumbrar por la fascinación del lujo. Lo primero es frivolidad indigna de una cristiana, lo segundo llega a ser la ruina de muchas familias y si se trata de modas indecentes, no las adoptan ni para sí, ni para sus hijas, ni las consiente en sus dependientes.

13° Nuestro cristiano sabe bien, que no puede serlo, sin el auxilio de lo alto, y que este no se obtiene sino por medio de la oración continua y fervorosa. Ora, pues, y acompaña su oración con buenas obras. (LA UNIDADE CATÓLICA, 1901, s/p)

católico José Manuel Groot (1800-1878), quem escreveu para diversos periódicos e redigiu diversos livros religiosos que objetivavam auxiliar na construção de um modelo de nação católica.

Assim, não é surpreendente que Miguel Antonio Caro tenha se dedicado a tratar filosoficamente do tema da moral católica e a estudar a história da Espanha: seus esforços orientaram-se para contribuir com o projeto civilizador. E nessa empreitada para a construção de colombianos devotos às instituições, as escolas seriam relevantes para cultivar o domínio da técnica e da moral que eram almejados pela Colômbia finissecular. Afinal, como apresentou o nono volume do jornal *La Aspiración* (1898): “[...] a base da cultura está na educação e a exemplifica, não procurando as sociedades, mas o fim único e último da humanidade, que é Deus. Ah Virtude: o dever mais bonito e mais grato da vida” (LA ASPIRACIÓN, 1898, p. 34; tradução nossa¹¹⁸). A temática da instrução pública tornava-se cada vez mais urgente para La Regeneración conforme as demandas por autonomia e civilidade eram acentuadas.

A Concordata firmada pelo Papa León XIII e Rafael Núñez em 1887 apresentaria as preocupações do governo colombiano com a educação moral e civilizadora, sistematizando as atribuições da Igreja Católica para o bom funcionamento do sistema educacional. Conforme é definido nos artigos 11 e 12 do citado documento:

ARTIGO 11. A Santa Sé prestará seu apoio e cooperação ao Governo para que se estabeleçam na Colômbia institutos religiosos que se dediquem com preferência ao exercício da caridade, às missões, à educação da juventude, ao ensino em geral e a outras obras de utilidade e benefícios públicos.

ARTIGO 12. Nas universidades e nos colégios, nas escolas e nos demais centros de ensino, a educação e instrução pública será organizada e dirigida em conformidade com os dogmas e a moral da Religião Católica. O ensino religioso será obrigatório em tais centros, e se observarão neles as práticas piedosas da Religião Católica. (CONCORDATA, 1887, p. 02; tradução nossa¹¹⁹)

Para além do amparo administrativo-financeiro, a passagem reitera a importância que a Igreja Católica desempenharia enquanto modeladora daquele homem católico civilizado: o documento encarregou-a de recristianizar a nação através do culto e da educação, outorgando-lhe o controle e o monopólio do ensino primário e secundário. Na prática, o clero católico iria

¹¹⁸ “[...] la base de la cultura está en la educación y la ejemplifica, no mirando las sociedades, sino el fin único y último de la humanidad, que es Dios. Ah LA VIRTUD: el deber más hermoso y más grato de la vida” (LA ASPIRACIÓN, 1898, p. 34)

¹¹⁹ ARTICULO 11. La Santa Sede prestará su apoyo y cooperación al Gobierno para que se establezcan en Colombia institutos religiosos que se dediquen con preferencia al ejercicio de la caridad, a las misiones, a la educación de la juventud, a la enseñanza en general y a otras obras de pública utilidad y beneficencia. ARTICULO 12. En las universidades y en los colegios, en las escuelas y en los demás centros de enseñanza, la educación e instrucción pública se organizará y dirigirá en conformidad con los dogmas y la moral de la Religión Católica. La enseñanza religiosa será obligatoria en tales centros, y se observarán en ellos las prácticas piadosas de la Religión Católica. (CONCORDATA, 1887, p. 02)

adquirir autoridade legal para eleger os livros da religião e da moral cristã para todos os níveis de ensino, assim como receberia a faculdade de suspender e denunciar os instrutores e mestres que não respeitassem a doutrina católica. É evidente que estas outorgas estiveram em sintonia com uma reforma educativa promovida pelos presidentes de La Regeneración, a qual também visaria expandir a educação mediante a massiva edificação de escolas municipais submetidas aos governadores departamentais. Em cada município ou distrito, as escolas eram monitoradas por um inspetor local – cargo que muitas das vezes era ocupado por um sacerdote (SOLIPA PADILLA, 2002). Alinhados ao texto da Concordata, o Estado colombiano e a Igreja Católica financiaram a emissão de revistas orientadoras.

Nas últimas décadas do século XIX, seriam publicados diversos manuais-revistas para instruir os mestres do sistema educacional: *El Maestro de Escuela* (1899), *La Escuela Normal* (1871-1872), *Repertorio Escolar* (1889-1892) e *Revista de Instrucción Pública de Colombia* (1893-1916). Gostaríamos, desde já, de justificar nosso critério para a escolha destas revistas educacionais mencionadas. É evidente que muitas das revistas e publicações periódicas impressas durante os governos regeneradores não se encontram mais disponíveis – tanto pela ação natural do tempo quanto pelo descarte. Muitos, ademais, não estão disponíveis para consulta virtual – condição que impossibilita abordá-los neste contexto pandêmico. A escolha, portanto, levou em conta o material disponível em bibliotecas virtuais, dentre as quais está o *Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía*. Estas revistas, portanto, foram selecionadas por conterem as disposições do Estado colombiano acerca da educação civilizadora e justamente porque alguns de seus volumes encontram-se digitalizados no site do mencionado Centro. Os manuais evidenciam a importância que a educação passaria a ter para trazer autonomia e civilidade para a Colômbia.

Os manuais impressos visavam orientar os professores e diretores – tanto das escolas normais ou eclesiásticas, fossem elas urbanas ou rurais – acerca de como o sistema educacional deveria promover o projeto civilizatório regenerador. Enquanto periódicos, estas fontes exigem um trato especial do historiador na medida em que seu discurso busca criar o *efeito do real* (MOTTA, 2004) e na medida em que detém uma força política (CAPELATO, 1988). Como expressão de interesses, cabe ao historiador indagar ao periódico: “Quais são os seus proprietários?”, “A quem se dirige?”, “Quais seus objetivos?”, e “Quais são os recursos usados para a conquista dos corações e mentes?”. Buscaremos abordar os manuais com base nessas propostas metodológicas.

O papel regulamentador do clero católico afirmado na Concordata de 1887 reaparece no segundo volume do manual *El Maestro de Escuela* que circulou em Cundinamarca em

1899, no qual o então Secretário de Instrução Pública – o geógrafo Francisco Javier Vergara y Velasco – organizaria as *Comisiones de Vigilancia para las Escuelas* dedicadas a inspecionar o conteúdo ministrado nos centros de ensino. Este periódico estava subordinado ao governo colombiano e representava a preocupação do Estado em zelar o papel dos mestres enquanto exemplos de boa conduta moral e católica. As preocupações com a conduta dos professores também apareceriam no próprio subtítulo da revista *Repertorio Escolar*¹²⁰ – *Órgano Oficial de la Inspección General de Instrucción Pública* –, bem como nas instruções conferidas aos inspetores para monitorar aqueles mestres que “cometam falta grave contra a moralidade ou a decência pública, ou deem ensinamentos contrários à Religião Católica” (REPERTORIO ESCOLAR, 1889, p. 04; tradução nossa¹²¹). A função reguladora da Igreja Católica tornava-se cada vez mais urgente para as escolas: ainda no mencionado volume da revista *Repertorio Escolar* (1889), seriam listados os requisitos para realizar a contratação dos docentes, dentre os quais estava a obrigatoriedade do professor em “Ser católico, apostólico e romano, a julgamento das autoridades eclesiásticas.” (REPERTORIO ESCOLAR, 1889, p. 03; tradução nossa¹²²).

No manual *Repertorio Escolar* – também subordinado ao governo colombiano –, a importância do ensino católico se apresentava, inclusive, na quantia de páginas diretamente orientadas a temáticas religiosas. Embora esta porcentagem visivelmente oscile ao longo das publicações quinzenais, as laudas dedicadas à religião evidenciam o espaço que o ensino da moral católica possuía no sistema escolar subordinado à Igreja Católica e ao projeto de La Regeneración:

VOLUME	PÁGINAS DEDICADAS À “SECCIÓN RELIGIOSA” EM <i>REPERTORIO ESCOLAR</i>	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PÁGINAS DO VOLUME
1889, ano 1, n. 1	6	19%
1889, ano 1, n. 2	4	25%

¹²⁰ É interessante notar, em especial, que os números desta revista eram encaminhados aos inspetores escolares de cada departamento da Colômbia, os quais deveriam informar ao governo quais as escolas de sua jurisdição que deveriam receber o impresso – evitando-se, assim, a impressão demasiada do periódico. Percebemos, assim, que estas orientações acerca da educação católica eram fornecidas às instituições de ensino, as quais seriam as responsáveis por aplicar tais instruções e, assim, contribuir para o logro do projeto civilizatório civilizador.

¹²¹ Cometan falta grave contra la moralidad o la decencia pública, o den enseñanzas contrarias a la Religión Católica (REPERTORIO ESCOLAR, 1889, p. 04)

¹²² Ser católico, apostólico y romano, á juicio de la autoridad eclesiástica. (REPERTORIO ESCOLAR, 1889, p. 03)

1889, ano 1, n. 3	3	19%
1889, ano 1, n. 4	3	20%
1889, ano 1, n. 5	2	13%
1889, ano 1, n. 6	2	13%
1889, ano 1, n. 7	2	13%
1890, ano 1, n. 8	3	19%
1890, ano 1, n. 9	2	13%
1890, ano 1, n. 10	2	13%
1890, ano 1, n. 11	2	13%
1890, ano 1, n. 12	3	19%
1890, ano 1, n. 13	1	7%
1890, ano 1, n. 14	3	19%
1890, ano 2, n. 15	1	7%
1890, ano 2, n. 16	1	7%
1890, ano 2, n. 17	2	13%
1891, ano 2, n. 18	2	13%
1891, ano 2, n. 21	5	32%

Fonte: REPERTORIO ESCOLAR (1889-1893). Os volumes analisados para integrar a presente tabela encontram-se no repositório virtual do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía”, cujo endereço eletrônico encontra-se na sessão “Referências Bibliográficas” deste trabalho.

A redução e a subsequente extinção da citada *Sección Religiosa*, em 1891, devem-se à reorientação adotada pelo periódico: a revista *Repertorio Escolar* gradualmente privilegiaria temáticas burocráticas em torno da gestão educacional – dedicando-se a enumerar nomeações e a transcrever decretos –, secundarizando o debate dos conteúdos escolares – os quais seriam traçados por outros impressos. Sabe-se, contudo, que a temática católica também era abordada em outras seções da revista, tal como na *Sección Oficial*. É evidente que a posterior extinção do *Repertorio Educacional* em 1893 não significaria o término das preocupações do Estado com a função civilizadora da educação e com a relevância do catolicismo para a educação moral almejada pelos presidentes regeneradores. Outro periódico passaria a desempenhar este papel: a *Revista de Instrucción Pública de Colombia*, a qual era subordinada ao “Ministerio de Instrucción Pública” e na qual se defendia, em seu primeiro volume de 1893, a prioridade de uma “[...] educação social, moral e religiosa.” (REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA

DE COLOMBIA, 1893, p. 13; tradução nossa¹²³). Esta foi a principal expressão de como seria aplicado o papel da religião advogado por Miguel Antonio Caro enquanto defensor do ensino moral católico como condição para o avanço da Colômbia.

Na *Revista de Instrucción Pública de Colombia* – que circularia entre 1893 e 1916 –, passariam a ser discutidos os programas educacionais a serem abordados no ensino primário, secundário e profissional: discutem-se temas do programa de direito, as fórmulas matemáticas para o estudo no *Observatório Astronômico Nacional*, tratados de botânica, as metodologias pedagógicas e alguns assuntos religiosos. O segundo volume deste impresso dedica-se a falar, inclusive, dos *Delitos contra la religión y el culto* (REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA DE COLOMBIA, 1893, p. 125), tema precisamente orientados para a formação profissional nas *Facultades de Derecho y Ciencias Políticas*. Essa harmonia do ensino moral com as demais modalidades de ensino técnico também apareceria posteriormente em uma simples observação das matérias ministradas nas escolas secundárias feita no segundo volume da revista *El Maestro de Escuela* (1899):

[...] as classes de Religião (Catequese, Moral e História Sagrada), Leitura, Escrita e Aritmética serão diárias; em todas as Escolas se ensinarão Urbanidade, [...] Canto, a Geografia do Município, Noções da História da Pátria, Noções de Agricultura ou de Indústria, segundo seja a ocupação dominante do Município. (VERGARA Y VELASCO, 1899, p. 29; tradução nossa¹²⁴).

Muitos destes conteúdos já haviam sido apresentados no volume inicial do supracitado impresso *Repertorio Escolar* (1889), no qual também seriam listadas as disciplinas dedicadas a “[...] propagar conhecimentos úteis ao progresso” (REPERTORIO ESCOLAR, 1889, p. 01; tradução nossa¹²⁵): o ensino religioso, literário, matemático, natural – dentre os quais estavam localizadas as disciplinas de física, química e zoologia – e pedagógico – nos quais se inseriam história, lógica e psicologia¹²⁶. Para além da visível importância do catolicismo como baliza moral para o sistema educacional colombiano, podemos observar as funções atribuídas ao Estado e à Igreja enquanto instituições: competiria ao Estado fornecer amparo material para o ensino – a revista *Repertorio Escolar* (1889) passaria longas páginas de seu primeiro volume

¹²³ [...] educación social, moral y religiosa. (REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA DE COLOMBIA, 1893, p. 13)

¹²⁴ [...] las clases de Religión (Catecismo, Moral e Historia Sagrada), Lectura, Escritura y Aritmética serán diarias; en toda Escuela se enseñará Urbanidad, [...] Canto, la Geografía del Municipio, Nociones de Historia Patria y Nociones de Agricultura o de Industria, según sea la ocupación dominante del Municipio. (VERGARA Y VELASCO, 1899, p. 29)

¹²⁵ [...] propagar conocimientos útiles al progreso (REPERTORIO ESCOLAR, 1889, p. 01)

¹²⁶ Gustavo Adolfo Parra León (2017) escreveria um interessante artigo sobre o ensino das “matemáticas” na segunda metade do século XIX na Colômbia. O autor nos fala da importância dos conteúdos técnicos para o projeto da nação colombiana, a qual visava formar não somente um homem civilizado, mas um homem dotado dos saberes científicos e práticos. Esta importância inseria-se na necessidade de incentivar a autonomia industrial e econômica da Colômbia, visando substituir o histórico de dependência comercial – temas que tratamos neste trabalho. Havia, portanto, uma utilidade estratégica no ensino técnico e moral.

listando o inventário das escolas masculinas e femininas localizadas nas cidades e no campo – enquanto caberia aos clérigos fiscalizar os conteúdos e fornecer referencial moral aos alunos. Este tema reapareceria no segundo volume da revista *El Maestro de Escuela* (1899), na qual o então Secretário de Instrução Pública – Francisco Javier Vergara y Velasco – definiria que o Estado proporcionaria recursos financeiros para prover a alimentação, a moradia dos alunos, o mobiliário e a remuneração dos professores.

Estas incumbências inseriram-se na meta de construir indivíduos virtuosos, católicos e benevolentes às autoridades, inscrevendo-se no complexo dispositivo educacional idealizado pelos políticos regeneradores. Este projeto civilizatório condicionante da autonomia nacional também seria traçado por William Malkún Castillejo e José Wilson Márquez Estrada (2015) – autores que também se debruçariam sobre os dispositivos policias que visavam desmontar os ideais que prejudicavam a construção do homem nacional, tal como a vingança, jogos de azar e a transgressão. Os níveis de desemprego e analfabetismo que compreendiam a Colômbia – cenário deveras oriundo da citada instabilidade econômica internacional que afetava tanto a população quanto os recursos do Estado – traçariam uma estratégia para civilizar a população fundamentado no projeto pedagógico tutelado pela Igreja Católica. William Malkún Castillejo e José Wilson Márquez Estrada (2015) acabariam por categorizar o *professor* como um dos principais catalizadores daquele projeto civilizador de La Regeneración. A educação – e, mais especificamente, a educação moral católica – mostrava-se como uma interessante ferramenta conivente com as longevas pautas da Colômbia e que beneficiaria tanto o Estado colombiano quanto a Santa Sé. Esta mesma educação católica também ia ao encontro da credibilidade do catolicismo entre a população, convertendo-a na base da formação do homem colombiano civilizado. Estava claro que a formação do homem colombiano dependia de uma educação religiosa mediada por manuais escolares.

À guisa da Lei 89 de 1892 e do Decreto 349 de 1892, o sistema educativo colombiano passou a ser composto pela instrução pública departamental primária e pela instrução pública nacional secundária e profissional – ambos os níveis orientados pela moral católica. A Lei 39 de 1903 seria a que melhor delimitaria as incumbências administrativas do clero neste sistema educacional, sobretudo no que tange à educação primária: as escolas localizadas em territórios missionários passariam a estar sob a tutela direta dos clérigos (CABRERA BECERRA, 2010). Ainda sobre a função administrativa clerical, a Concordata de 1887 também havia assinalado o ingresso de ordens católicas estrangeiras – tal como as congregações dos padres Eudistas¹²⁷,

¹²⁷ Uma interessante abordagem sobre esta temática foi feita por Margot Andrade Álvarez (2011), para quem “El Concordato al conceder a la Iglesia católica importantes prerrogativas, civiles, jurídicas y financieras por todo el

Maristas e Jesuítas –, as quais acabariam por desempenhar um importante papel na educação moral condicionante da autonomia e civilidade almejadas pela Colômbia de La Regeneración. Estas congregações estrangeiras auxiliariam a implementar o sistema educativo católico sob o pretexto de civilizar a população colombiana (MARTÍNEZ, 1996; ANDRADE ÁLVAREZ, 2011). É evidente que a “importação” das ordens eclesiásticas estava em consonância com as expectativas do poder político com o poder da religião: a vinda de numerosas congregações capazes de difundir o ensino católico tornava-se a melhor garantia de consolidar o princípio da autoridade e do respeito às instituições na nação¹²⁸ – tal como seria aludido na mencionada passagem da revista *La Unidad Católica* (1901) no início deste item.

O pontífice Leão XIII, mediante uma sugestão do Cardeal do Vaticano – cargo então ocupado por Eminence Miecislav Ledóchowski –, nomearia o clérigo Eugène Biffi como Bispo de Cartagena, quem assumiria a missão de recristianizar Cartagena, que segundo o Cardeal do Vaticano “[...] corria o risco de cair na incredulidade e na corrupção por falta de clérigos” (LEDÔCHOWSKI apud CHEVROLLIER, 1968, p. 09; tradução nossa¹²⁹). Seria o Cardeal E. M. Ledóchowski quem encaminharia a congregação *Jesus e Maria na França* – um grupo de padres Eudistas – para auxiliar no cumprimento do projeto civilizatório regenerador. O Bispo Eugène Biffi escreveria ao clérigo superior da congregação dos padres Eudistas manifestando os benefícios daquela ordem para “regenerar” a civilidade da população colombiana: “Meu coração me disse que os Eudistas estão destinados a regenerar meu rebanho proporcionando-me de bons pastores” (BIFFI apud CHEVROLLIER, 1968, p. 11; tradução nossa¹³⁰). No ano de 1884, seria reaberto o antigo Seminário de Cartagena – nomeado por *San Pedro Claver* –, o qual se converteria no mais importante centro eclesiástico para a então formação do clero colombiano. Neste seminário, o clero era instruído de acordo com os princípios do Vaticano e dos governos de La Regeneración – ambos desejosos de religiosos ilustrados e devotos que

país, abre las puertas del territorio a las congregaciones religiosas extranjeras, que bajo el control de un superior eclesiástico obtienen la facultad de administrarse libremente. Colombia aparece entonces como la solución a diferentes congregaciones de religiosos extranjeros que amenazadas por un movimiento de separación entre la Iglesia y el Estado en sus propios países son obligadas de expatriarse de sus países de origen.” (ANDRADE ÁLVAREZ, 2011, p. 162). Percebemos, assim, que esta aliança da Santa Sé com o Estado colombiano também visou atender os interesses estratégicos da Igreja Católica para lidar com o crescente processo de laicização dos Estados nacionais. No período das reformas políticas que visaram laicizar o Estado francês, as congregações masculinas e femininas dedicadas à educação e caridade se exilaram na Colômbia, onde seriam fundamentais para consolidar o projeto regenerador.

¹²⁸ Somado ao vínculo Estado-Igreja promovido pela Concordata de 1887, as ajudas financeiras do governo facilitariam consideravelmente as negociações para a vinda das congregações estrangeiras. Nas duas últimas décadas do século XIX, se multiplicariam a entrada das congregações religiosas europeias – principalmente as francesas – dedicadas ao ensino, à caridade e às missões.

¹²⁹ “[...] corre el riesgo de caer en la incredulidad y la corrupción por la falta de clérigos” (LEDÔCHOWSKI apud CHEVROLLIER 1968, p. 09)

¹³⁰ Mi corazón me dice que los Eudistas están destinados a regenerar mi rebaño proporcionándome de buenos pastores (BIFFI apud CHEVROLLIER, 1968, p. 11)

auxiliassem a lograr o projeto civilizatório católico. Em 1888, o governo colombiano conferiu aos padres Eudistas a direção do Seminário de Medellín, cuja inauguração contaria com um encontro do então presidente Rafael Núñez com o diretor incumbido a conduzir o seminário, Théodore Hamon. Assim se pronunciaria o diretor acerca da importância dos clérigos para o sistema político e educacional regenerador:

Nós fomos recebidos pelo presidente da república, homem com idade, mas de aparência enérgica, quem com muita gentileza expressou seus melhores desejos para que nossa empresa seja exitosa, ele se mostrou decidido a nos ajudar e, enquanto ele esteve no poder, até 1892, não havia nada a temer contra a religião católica, sobretudo porque é ele quem firmou a Concordata com o Papa Leão XIII. (HAMON apud CHEVROLLIER, 1968, p. 65; tradução nossa¹³¹)

É evidente que a presença das congregações estrangeiras correspondia às intenções do governo de Rafael Núñez – e também dos demais presidentes que iriam integrar o movimento regenerador – em recristianizar a Colômbia e lograr suas longevas metas. Conforme visamos abordar neste trabalho, o projeto educativo de La Regeneración baseava-se em uma instrução cristã que ia ao encontro dos interesses civilizatórios das autoridades políticas e do propósito missionário das congregações religiosas em recristianizar aquele mundo em laicização através de uma educação católica. São por estes interesses que a aliança Estado-Igreja tinha coerência diante dos eventos que inscreviam aquele contexto: ambas as instituições acordadas visavam formar uma sociedade civilizada baseada nos princípios da religião e da nação. O catolicismo, assim, tornava-se um importante elemento de coesão social e de unidade para aquele território que tanto almejava ser “civilizado” e se emancipar das ingerências externas. Afinal, pertencer ao *rol das nações civilizadas* significaria deter o domínio da técnica, possuir ordem interna e se libertar das influências estrangeiras – cenário que somente seria alcançado mediante aquela educação católica que representasse os interesses do Estado colombiano. A educação católica e a evangelização dos nativos foram as ferramentas usadas pelos governos regeneradores para lograr metas que respingavam na política colombiana deste o alvorecer da república. Essa é uma abordagem que somente pode ser feita quando contemplamos as continuidades e a *longa duração* da história da Colômbia.

3.2 A IGREJA CATÓLICA NAS MISSÕES

Quer ver a Deus? Fiz esta pergunta convencido de que me responderia de um modo afirmativo, e eu, por sua vez, poderia responder que se não se batizasse não poderia

¹³¹ Nosotros fuimos recibidos por el presidente de la república, hombre entrado en años, pero de apariencia enérgica, quien con mucha gentileza expreso sus mejores deseos para que nuestra empresa sea exitosa, él se mostró decidido ayudarnos y, mientras que él este en el poder, hasta 1892, no hay nada de que temer en contra de la religión católica, sobre todo porque es él quien firmo el Concordato con el Papa León XIII. (CHEVROLLIER, 1968, p. 65)

vê-lo. Mas a resposta desestabilizou por completo meu plano, porque sem nenhum constrangimento disse:

- Isso sim que será trabalhoso! Muito distante! Nunca chegarei!

Supôs então o pobrezinho que para ver a Deus era necessário pegar uma canoa e navegar pelas águas acima. Compreendi que ele quis dizer isto quando se explicava por sinais, ao mesmo tempo em que nos mostrava o rio.

Depois do que disse, começou uma espécie de diálogo; porque o índio para tudo tinha dúvidas e objeções.

Disse-lhe então: - Filho meu, a Deus se vê depois de que se tem morrido.

- Eu não quero morrer.

- Também seus antepassados não quiseram e apesar disso morreram.

- Depois de morto nada me importa ver ou não a Deus. (Não acreditavam na imortalidade da alma).

- Nós, filho, não somos como os macacos, papagaios e peixes, para quem com morte acaba com tudo. Temos uma coisa dentro do corpo, que se chama alma, e esta nunca morre; e caso seja batizado irá para o céu quando o corpo morrer.

- Eu certamente irei ao céu.

- Se não te deixa ser batizado, não; e ainda que não queira, irá para o lugar dos tormentos. (Os Güitotos possuem uma ideia bastante clara de um lugar de prêmios e outro de castigos).

- Não sou tão tonto, afirmou, para chegar a me perder neste lugar de tormentos.

- Se não for batizado se perderá neste caminho que leva para o céu, e então?

Depois de uma risada completou:

- Aqui nestas montanhas que existem tantos caminhos e eu que ando de noite e não me perco; e irei me perder lá que, como me disse, somente existem dois caminhos?

Confesso, Padre, que já não me ocorreriam argumentos tão materiais como os ditos para vencer ao meu adversário. (DE QUITO, 1908, p. 40-41; tradução nossa¹³²)

Quem era o indígena-interlocutor responsável por inquietar o padre capuchino Jacinta María de Quito (1908) em sua missão evangelizadora na selva colombiana? Como se esculpia seu rosto e como se constituiu sua trajetória de vida? De sua existência, de fato, somente nos restaria o supracitado relato, cuja fala aparece mediada pelo olhar daquele clérigo e inscrita na

¹³² ¿Quieres ver a Dios? hice esta pregunta persuadido de que me contestaría de un modo afirmativo, y yo, a la vez, poder añadir, que si no se bautizaba no podía verlo. Mas la respuesta desconcertó por completo mi plan; porque sin ningún ambaje dijo:

- ¡Eso sí que está trabajoso! ¡Muy lejos! ¡Nunca llegaré!

Supuso pues el pobrecito que para ver a Dios era necesario tomar una canoa y navegar aguas arriba. Esto comprendí que quiso decir cuando se explicaba por señas, al mismo tiempo que nos mostraba el río.

Después de lo dicho, pasó entre los dos una especie de diálogo; porque el indio para todo tenía dudas y objeciones.

Díjele pues: - Hijo mío, a Dios se ve después de que uno ha muerto.

- Yo no quiero morir.

- También tus mayores no quisieron y no obstante se murieron.

- Después de muerto nada me importa ver ó no a Dios. (No creía en la inmortalidad del alma).

- Nosotros, hijo, no somos como los monos, loros y peces, para quienes con la muerte se acaba todo. Tenemos una cosa dentro del cuerpo, que se llama alma, y ésta nunca muere; y si es bautizada irá al cielo cuando haya muerto el cuerpo.

- Yo me he de ir al cielo.

- Si no te dejas bautizar, no; y aunque no quieras, irás al lugar de tormentos. (Tienen los Güitotos idea bastante clara de un lugar de premio y otro de castigo).

- No soy tan tonto, añadió, parairme a perder a ese lugar de tormentos.

- Si no fueres bautizado te perderías de ese camino que lleva al cielo, y ¿entonces?...

Después de una risotada añadió:

- Aquí en estos montes que hay tantos caminos y yo que ando de noche no me pierdo; ¿y me voy a perder allá que, como me dijiste, hay solo dos caminos?

Confieso, Padre, que ya no se me ocurrían argumentos tan materiales como los dichos, para vencer a mi adversario. (DE QUITO, 1908, p. 40-41)

obra *Relación de viaje em los ríos Putumayo, Caraparaná y entre las tribos güitotas* (1908). Embora não tenhamos ciência da face ou da história de vida deste nativo uitoto, ao menos nos permaneceria sua risada com a qual desestabilizou o diálogo feito pelo missionário capuchino no alvorecer do novecentos. Esta risada nos conduz para o ambiente no qual se instauraram as missões católicas civilizadoras na Colômbia de La Regeneración. Neste item, visaremos tratar com maior precisão a atuação da Igreja Católica e das ordens religiosas na evangelização dos indígenas que preenchem o agreste território colombiano.

As ferramentas conjuntamente manuseadas pela Santa Sé e pelo Estado colombiano – firmadas nos acordos institucionalizados na Concordata de 1887 e em convênios missionários – idealizaram missões evangelizadoras-civilizadoras orientadas para a converção dos nativos em católicos virtuosos, em trabalhadores eficientes e bons cidadãos – aspectos almejados para o “homem colombiano” traçado pelos regeneradores. A *Constitución Política de la República de Colombia* de 1886, a Concordata de 1887 e uma série de leis e decretos¹³³ permitiriam o ingresso dos missionários católicos nas comunidades indígenas com o fim de civiliza-los e de evangeliza-los. Essa normatização das atividades missionárias promovida no decorrer de La Regeneración regularizou a intervenção nas comunidades indígenas e converteu os religiosos em agentes do Estado colombiano na medida em que adentravam naquela “fronteira interna” pouco controlada pelo governo. Apesar da relevância estratégica do clero, os presidentes da Colômbia prontamente se prontificariam a relembrar sua soberania diante da Igreja Católica: o próprio procedimento para a entrada dos religiosos nas missões passava a ser diretamente controlado pelo Estado. Dessa forma, para que uma congregação ingressasse em determinado povoado indígena, a autorização do governo era necessária – tanto para a criação quanto para a manutenção das missões (REYES, 2016). Afinal, o Estado colombiano não poderia perder sua autonomia em sua busca por autonomia.

Os relatórios da *Junta Arquidiocesana de Misiones* – publicados entre 1910 e 1920 – consistem em fontes relevantes para nossa compreensão sobre o projeto evangelizador. Cabe-nos citar que estes documentos se inserem no espaço discursivo dos missionários e recriam o imaginário dessa categoria sobre os índios. Apesar dessa limitação, os relatórios nos remetem ao contexto de inserção dos religiosos na vida nativa: nos territórios atribuídos, competia-lhes conduzir a construção de aldeias, induzir a sedentarização das famílias e realizar a edificação escolas para as crianças. A função lhes atribuída pelo Estado colombiano, em suma, era a de leva-los para a vida civilizada através de suas ações. A fundação da Junta Arquidiocesana de

¹³³ Dentre os principais, cabe destacar a Lei 35 de 27 de fevereiro de 1888, o Decreto 86 de 21 de setembro de 1888, a Lei 103 de 1890, a Lei 76 de 1892 e o Decreto 728 de 1902.

Misiones no começo do século XX esteve em consonância com as conferências episcopais de 1908, na qual se estabeleceram mecanismos para auxiliar as missões – tal como a fundação de juntas para a coleta de dinheiro e a criação de uma junta central em Bogotá e outras anexas em cada diocese ou paróquia.

Com a formação da Junta Arquidiocesana de Misiones, a atuação das ordens religiosas tornou-se melhor sistematizada: os capuchinos ocupariam a Goajira, o Caquetá e o Putumayo; os agostinhos preencheriam o Casanare; os missionários Monfortianos estavam na planície de San Martín; os padres Lazaristas no Arauca e no Tierradentro; os padres da ordem Coração de Maria no Chocó; e os carmelitas no Urabá (LAS MISIONES EM COLOMBIA, 1912). Nos relatórios da Junta, a construção discursiva dos religiosos representava a cosmovisão católica e tentava atender ao projeto colombiano: o frei Benigno de Canet del Mar (1919) nos fala que as principais atribuições do missionário estava em “favorecer aos índios e prestar um serviço à Colômbia”, representado a si mesmo como um agente do progresso do país através de sua tarefa civilizadora nos “territórios selvagens” (CANET DEL MAR, 1919). Podemos observar que o ingresso dos religiosos na “fronteira interna” não se limitava somente à evangelização, mas objetivava a inserção dos indígenas na sociedade nacional através da criação de escolas, casas de missão, de estradas e fazendas. Dessa forma, os missionários tornavam-se agentes da Igreja Católica e do Estado colombiano, preenchendo as lacunas institucionais oriundas dos limites da administração do governo.

A *domesticação* dos índios seria eventualmente lograda mediante o controle da vida social das regiões entregues aos missionários e através do monopólio clerical da educação nativa. Nos territórios de La Guajira e da Sierra Nevada, as crianças foram colocadas em orfanatos, nos quais – além de separá-las de suas famílias – lhes era proibido falar a língua nativa e onde se ensinava a doutrina católica, a história da pátria e os símbolos nacionais, colocando-as para trabalhar no campo ou no artesanato – como na carpintaria (CÓRDOBA-RESTREPO, 2015). No vale do Sidunboy – atualmente localizado no departamento de Putumayo – os frades capuchinos, as freiras marianas e os padres maristas eram incumbidos de ensinar os jovens nas instituições de ensino: haviam classes de música, agricultura e carpintaria, instruindo-os a declamar em público e os instigando a participar dos concursos da história da pátria. Esta evangelização civilizadora configurava-se sob uma etapa de “ridicularização do outro”: os costumes nativos de seus antepassados eram inferiorizados diante do modelo de homem civilizado cultivado nas missões¹³⁴. A ideia, dessa forma,

¹³⁴ Essa visão de um índio selvagem e inferior somava-se à curiosidade cultivada pelos colombianos sobre aquela vida rudimentar. A historiadora Aura Lisette Reyes (2016) nos trouxe uma interessante visão sobre o *Museo de*

consistia em garantir o fim das particularidades dos povos indígenas com o objetivo de incorporá-los à cultura nacional, à comunidade católica e ao sistema urbano idealizado pelos regeneradores. Visava-se converter “[...] estas enormes extensões selvagens, de grande potencial econômico e incapazes de governarem a si mesmas por estarem povoadas por tribos selvagens [em] territórios de missão” (SERJE, 2005, p. 04; tradução nossa¹³⁵).

Nos relatórios dos religiosos, a *fronreira interna* era descrita como um espaço propício para a economia extrativa, destacando o potencial dos rios para o comércio e a urgência de se construir estradas para a extração dos recursos naturais daquelas localidades. Estas descrições, por exemplo, aparecem no relatório de Juan Anzona Martínez (1924):

[...] a finalização do caminho para Putumayo fomentará extraordinariamente o comércio da Colômbia e em especial o de Pasto, facilitará o fornecimento de mercadorias às inúmeras colônias de seringueiros na bacia do Amazonas, contribuirá grandemente para civilizar as numerosas tribos selvagens disseminadas naquela vasto país e, por último, finalizará a anarquia que hoje reina naquelas fábricas, onde não impera nada além que a força. (ANZOLA MARTÍNEZ, 1924, p. 225; tradução nossa¹³⁶).

Nas missões realizadas na Goajira, Sierra Nevada e Motilones, o frei Atanasio Vicente Soler y Royo (1919) mencionou que as estratégias dos missionários estavam focadas na evangelização, na criação e manutenção de escolas para meninas e meninos, no enfrentamento da maçonaria e do protestantismo e na promoção de escolas e orfanatos. Para o religioso, as missões indígenas seguiam “[...] nacionalizando-os (as crianças) e semeando em seu coração as fecundas sementes do patriotismo” (SOLER Y ROYO, 1919, p. 136; tradução nossa¹³⁷). As missões, dessa forma, respaldavam-se não somente na proposta evangelizadora da Santa Sé,

Historia Natural y Escuela de Minas, o qual contava com coleções sobre curiosidades indígenas. Os objetos que buscavam retratar as “enormes extensões selvagens” – nas mencionadas palavras de M. Serje (2005) – reiteravam aos intelectuais e aos letrados da Colômbia o contraste da vida urbana com a vida selvagem, cultivando o sentimento de aprovação sobre a necessidade de civilizar aquelas comunidades. Em 1881, Fidel Pombo enumerou o catálogo da coleção “objetos y curiosidades indígenas”, no qual se encontravam: Manto da Rainha de Atahualpa [...]. Colcha de penas, fabricada pelos índios de Cuzco. Ídolos e recipientes de barro. Um cinzel e um osso de pedra. Caixa para guardar flechas e setas. Zarabatanas, ou armas para a caça de cervos. Arcos para disparar flechas. Flechas armadas com pontas ferro, bastão e guadua. Dardos e instrumentos de músicas. Quatro recipientes que contêm curare, ou veneno para as flechas. Pentas muito curiosos. Colas de coco esculpido. Id. de sementes. Braceletes com dentes de peixe. Adorno de ossos de aves, que as índias têm nas costas. Plumas. Cesta de palha. Cetro de um cacique. (POMBO, 1881, p. 12-13; tradução nossa). A instrumentalização desse conhecimento sobre o passado indígena estava orientada a demonstrar a inferioridade dos povos nativos e a testemunhar como o projeto missionário dos evangelizadores auxiliaria na transformação daquelas sociedades para a ocidentalidade.

¹³⁵ [...] estas enormes extensiones selváticas, de gran potencial económico e incapaces de gobernarse a sí mismas por estar pobladas por tribus salvajes [en] territorios de misión (SERJE, 2005, p. 04)

¹³⁶ [...] la terminación del camino al Putumayo fomentará extraordinariamente el comercio de Colombia y en especial el de Pasto, facilitará la provisión de víveres a las innumerables colonias caucheras de la cuenca del Amazonas, contribuirá grandemente a civilizar las numerosas tribus salvajes diseminadas en aquel vasto país y por último, concluirá con la anarquía que hoy reina en aquellas factorías, donde no impera más que la fuerza (ANZOLA MARTÍNEZ, 1924, p. 225).

¹³⁷ “[...] nacionalizándolos (a los niños) y sembrando en su corazón las fecundas semillas de patriotismo” (SOLER Y ROYO, 1919, p. 136)

mas simultaneamente atendiam o projeto dedicado à introdução dos indígenas na dinâmica da civilidade. Rafael María Carrasquilla (1912) nos fala sobre o duplo papel – religioso e político – atribuído àquelas missões:

A cooperação às missões é um trabalho em favor da civilização universal, do progresso da linhagem humana, e é obrigação sagrada que nos impõe o patriotismo, porque há que tornar cidadãos os selvagens de hoje, preciso é que flutue o tricolor glorioso em todas as regiões da nação, que sejam povoados os limites da Colômbia para lograr defender nossas fronteiras (CARRASQUILLA, 1912, p. 25; tradução nossa¹³⁸)

Com esta fonte, podemos observar a maneira como as missões foram discursivamente legitimadas em determinadas zonas da Colômbia, especialmente nas localidades onde haviam conflitos territoriais ou a presença de agentes que não estavam diretamente subordinados ao Estado¹³⁹. É evidente que a tentativa de introduzir os indígenas na “dinâmica da civilização” não foi exclusiva à Colômbia: no Brasil imperial, escritores como Karl Von Martius (1845) haviam se dedicado a descrever o significativo papel que os nativos poderiam desempenhar na proteção das fronteiras daquele país; o Diretório formulado em 1755 pela Coroa portuguesa já havia apontado para essa função ainda no Brasil colonial; na República do Peru, os indígenas passaram a ser considerados cidadãos a partir de 1854 com o intuito de aproximá-los à vida da República. Na Colômbia, a política empregue pelo Estado regenerador para civilizar os índios respaldou-se em uma educação evangelizadora capaz de muni-los com os saberes necessários para introduzi-los no mundo civilizado. A educação missionária que adentrou no interior do território colombiano foi um desmembramento do projeto político em prol da autonomia e da civilidade. Dessa forma, o missionário integrou o projeto regenerador através da invenção de identidades que estavam em consonância com o modelo de civilidade espanhol que era visado pelos presidentes regeneradores.

É evidente que estas tentativas não foram isentas de contestações – muitas das quais eram subjetivas, como buscou tratar a historiadora Amada Carolina Pérez Benavides (2016). Um dos frades encarregado das missões, o frei Fidel de Montclar, falaria das dificuldades em transformar os costumes dos índios do vale do Sidunboy no livro *Las misiones católicas en el Caquetá y Putumayo* (1911):

A reabilitação completa de uma raça não se consegue facilmente, senão apoderando-se da infância. Tão aferrados estavam a seus ridículos e selvagens costumes os índios do Caquetá, sobretudo os do Vale do Sidunboy, que era quase impossível arrancar seus hábitos inveterados. A suprema razão que alegavam para descartar

¹³⁸ La cooperación a las misiones es trabajo en favor de la civilización universal, del progreso del humano linaje, y es obligación sagrada que nos impone el patriotismo, porque hay que hacer ciudadanos de salvajes de hoy, preciso es que flote el tricolor glorioso en todas las regiones de la nación, que estén poblados los límites de Colombia para lograr defender nuestras fronteras (CARRASQUILLA, 1912, p. 25)

¹³⁹ Neste caso, podemos mencionar os caucheiros no Caquetá e no Putumayo, os protestantes na costa atlântica e os comerciantes venezuelanos na Guajira (REYES, 2016).

qualquer coisa que lhes impunham era: não existe costume. Se opunham com veemência a qualquer inovação por mais favorável que ela aparentava. A obstinação dos índios era para desesperar os Missionários e para apressar a paciência do mais fleumáticos. O que fazer nestas circunstâncias? Atrair as crianças com todos os meios imagináveis para formar uma nova geração. (MONTCLAR, 1911, p. 30; tradução nossa¹⁴⁰)

Como o frade assinala, os indígenas do Sidunboy se opunham aos ensinamentos que Fidel de Montclar considerava como inovação de uma maneira que os missionários acabavam por utilizar estratégias que desestruturavam a vida social e que recorriam à violência física para alcançar seus objetivos de domesticar os indígenas – inclusive com o uso de chicotes¹⁴¹. Na região de La Guajira, o Custódio¹⁴² dos frades capuchinos se queixava das dificuldades em evangelizar e civilizar os indígenas daquele território mesmo após uma década de instauração das Missões. Sua descrição nos remete ao caráter incivilizado que os indígenas adquiriam nos discursos vinculados ao projeto regenerador que buscavam *formar uma nova geração*:

A condição irreduzível do índio guajiro, o tráfico escandaloso e imoral dos civilizados, que fomentavam o roubo, a compra de indígenas e a poligamia entre os selvagens, eram outras tantas causas que faziam impossível a civilização do guajiro, e que também faziam estéreos os trabalhos e sacrifícios dos missionários, até o ponto de não encontrar em toda a Guajira, dos oito mil indígenas guajiro batizados, um só que vivesse cristianamente, nem que soubesse seu nome. (VALENCIA, 1924, p. 130; tradução nossa¹⁴³)

A “imoralidade” descrita pelos missionários, na verdade, mascarava o fracasso das estratégias de evangelização dos séculos XIX e XX em civilizar os índios nos parâmetros que atraíam a comunidade católica. Neste ponto, relembremos da risada do índio uitoto que havia desestabilizado o padre capuchino Jacinta María de Quito (1908). Os clérigos encarregados de civilizar aqueles povos “selvagens” acreditavam deter a verdade sobre Deus e sobre o mundo, supondo que a única civilidade verdadeira era aquela que portavam em prol da Igreja Católica e do Estado colombiano. Como consequência, as crenças e formas de vida dos nativos foram

¹⁴⁰ La rehabilitación completa de una raza no se consigue fácilmente, sino apoderándose de la niñez. Tan aferrados estaban a sus ridículas y salvajes costumbres los indios del Caquetá, sobre todo los del Valle del Sibundoy, que era punto menos que imposible arrancarles sus inveterados hábitos. La suprema razón que alegaban para desechar cualquier cosa que les imponían, era: no hay costumbre. Se oponían tenazmente a cualquier innovación por favorable que se les presentase. La terquedad de los indios era para desesperar a los Misioneros y apurar la paciencia del más fleumático. ¿Qué hacer en esas circunstancias? atraer a los niños por todos los medios imaginables para formar una nueva generación. (MONTCLAR, 1911, p. 30)

¹⁴¹ O pesquisador Miguel Triana, em seu livro *Por el sur de Colombia* (1907), nos fala de um missionário que mandou castigar com três chicotadas a um indígena que não estava se comportando como o esperado em uma das festas religiosas que se celebrava. O autor nos relata seu diálogo com o missionário a esse respeito, no qual ele diz que as chicotadas eram uma prática comum para lidar com os indígenas, pois “Los azotes mantienen entre los indios el principio de autoridad, la docilidad de carácter y la pureza de costumbres; son, pues, la base de las mismas costumbres” (TRIANA, 1907, p. 350).

¹⁴² O Custódio correspondia a um frade que era responsável por substituir a autoridade provincial na ausência deste.

¹⁴³ La condición irreductible del indio guajiro, el tráfico escandaloso e inmoral de los civilizados, que fomentaban el robo, la compra de indios y la poligamia entre los salvajes, eran otras tantas causas que hacían imposible la civilización del guajiro, y a la vez hacían estériles los trabajos y sacrificios de los misioneros, hasta el punto de no encontrar en toda la Guajira, de los ocho mil o más indios guajiros bautizados, uno solo que vivese cristianamente, ni que supiese su nombre. (VALENCIA, 1924, p. 130)

categorizadas como errôneas. No entanto, podemos observar através dos relatos que os índios desestabilizavam seus argumentos na medida em que não foram agentes passivos dessa etapa de evangelização: os questionamentos abalavam os missionários em sua senda civilizatória. O registro – mesmo que breve – da risada do indígena uitoto nos permite refletir sobre os limites desse projeto: as estratégias de evangelização da Colômbia do final do século XIX não compreendeu um processo exitoso de assimilação cultural ou permitiria uma “aculturação”. Estes povos criaram suas estratégias de sobrevivência e de preservação – mesmo sob tentativas de submissão.

3.3 UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA: A IGREJA CATÓLICA SERIA A GÊNESE DO “OBSCURANTISMO”?

O presente item se dedicará a trabalhar a última questão apresentada na Introdução da pesquisa: “A Igreja Católica foi de fato um elemento de retrocesso e atraso para a vinda dos novos ares do progresso?”. É evidente que os termos “retrocesso” e “atraso” somente existem quando olhamos para o passado da Colômbia e o julgamos com base nos eventos posteriores a La Regeneración. Em outras palavras, estas expressões resultam de uma análise *a posteriori* dos acontecimentos que integraram a aliança Estado-Igreja. No entanto, diversos historiadores tendem a empregar essas expressões para buscar algum indício de um suposto *obscurantismo* colombiano na aliança de La Regeneración com a Igreja Católica. Estes “violentólogos” – na expressão de Armando Martínez Garnica (2013) – tendem a reduzir a história da Colômbia à uma inumerável sucessão de conflitos que se originam na relação política-religião traçada no período regenerador. É sobre este tema que iremos tratar neste item.

Conforme nos debruçamos anteriormente, historiadores como William E. Plata (2001), J. Guerrero Barón (1991), José David Cortés (1998) e Rafael Rubiano Muñoz (2007) tentaram compreender os conflitos sócio-políticos da Colômbia do século XX à luz da aliança Estado-Igreja. Para esses estudiosos, La Regeneración inaugurou uma cultura política intolerante que culminava no atraso da sociedade colombiana ainda no século XXI, sobretudo porque a Igreja Católica teria acentuado os conflitos internos. É evidente que a Colômbia não compreendeu uma história isenta de conflitos: guerras civis, conflitos sociais, ditaduras militares e disputas rurais preencheram o horizonte daquele país no novecentos. Contudo, seria adequado buscar as origens de todos estes conflitos em um denominador comum? Poderia a presença política e ideológica da Igreja Católica ser a fonte destes acontecimentos? Acreditamos que seria muito pretencioso avaliar tantos eventos à luz de uma única aliança. Afinal, as provas históricas são

insuficientes para respaldar a ideia de que uma “cultura de violência” supostamente originária na presença da Igreja Católica possa explicar esse “obscurantismo” colombiano dos séculos posteriores. Diante da incongruência dessas explicações, haveriam outros temas que poderiam levar os historiadores a julgar *La Regeneración* como um período de “retrocesso” e “atraso”? Consideramos que o “obscurantismo” que nos falam estes estudiosos não se deve unicamente à aliança Estado-Igreja, mas conjuntamente ao papel do Partido Conservador Colombiano em *La Regeneración* e aos significados que ele remete.

Com base nas leituras realizadas nesta pesquisa, suspeitamos que essa classificação de uma *La Regeneración* obscura e retrógrada também surge da presença do Partido Conservador Colombiano e aos julgamentos que o conservadorismo evoca em muitos pesquisadores atuais. O conceito “conservadorismo” adquiriu uma carga pejorativa na América Latina das últimas décadas: a chamada *onda conservadora* não é bem vista por muitos membros da comunidade acadêmica – cujos motivos aparentam ser justos para vê-la com essa desconfiança¹⁴⁴. Afinal, o conservadorismo do século XXI pode ser categorizado como uma postura retrógrada que não suporta as mudanças na sociedade e que remete a um momento obscuro¹⁴⁵. No renomado livro organizado por Felipe Demier e Rejane Hoeveler (2016), os termos “conservadorismo” e “tempos sombrios” – presentes no título da obra – possuem uma relação causa-consequência, evidenciando a aproximação que ambos os conceitos possuem na atualidade. Ana Lole e Inez Stampa (2018) nos falam de momentos obscuros e de uma onda conservadora que marcam o contexto latino-americano no pós-2010. No mesmo ritmo argumentativo, Sabrina Aparecida da Silva (2021) problematiza as “pautas obscuras” que se originam dessa onda conservadora.

Contudo, esta associação conservadorismo-obscurantismo poderia ser eficientemente transplantada para a Colômbia regeneradora? Consideramos ser um equívoco – ou podemos até arriscar dizer, um anacronismo – observar *La Regeneración* a partir dos significados que o conservadorismo possui no contexto político latino-americano do século XXI. O pensamento conservador que se desenvolveu no ocidente no século XIX esteve em consonância com as mudanças políticas ocasionadas pelo fim do absolutismo – diferindo substancialmente do que é entendido como conservadorismo na atualidade. O conservadorismo que circunscrevia o Partido Conservador da Colômbia era uma resposta às demandas daquela época e às falhas

¹⁴⁴ À guisa de curiosidade, realizamos uma busca no “Google Acadêmico” dos termos “onda conservadora”. Na primeira página resultante da busca, haviam dez arquivos disponíveis para consulta, nos quais sete apareciam os termos “tempos sombrios”, “fundamentalismo”, “militarização”, “reacionária”, “traços fascistas” e “segmento religioso” associados ao atual conceito de conservadorismo. Essa breve pesquisa nos revela a carga pejorativa que a atual conduta conservadora adquire nos meios acadêmicos da América Latina.

¹⁴⁵ Essa definição pode ser adquirida através da leitura dos textos de Tiziano Bonazzi (1998) e Leila Escorsim Netto (2013). Ela também pode ser obtida através dos estudos que mencionamos na “Nota” anterior.

dos governos liberais. Não se tratava de uma postura obscura alheia aos acontecimentos da Colômbia e às crises socioeconômicas que surgiam no final do século XIX. Estes “presidentes conservadores” de La Regeneración – título que se deve à filiação inicial destes políticos ao Partido Conservador Colombiano – defenderam a prosperidade da Colômbia e lançaram mão a uma aliança com a Igreja Católica para alcançar esse propósito. Conforme analisamos nesse trabalho, os regeneradores defenderam que uma centralização aliada ao catolicismo poderia finalmente lograr as metas que o liberalismo laico não foi capaz de promover.

Categorizar os “presidentes conservadores” de La Regeneración a partir dos ideais dos conservadores atuais seria transpor para o século XIX valores que ainda não existiam no rol político da época. Quando Rafael Rubiano Muñoz (2016) nos falou de uma elite conservadora instaurada em 1885 e apoiada “[...] em ideais hispânicos medievais e em uma ordem social ultra religiosa” (RUBIANO MUÑOZ, 2016, p. 15; tradução nossa¹⁴⁶), ele basearia essa noção a partir de julgamentos *a posteriori*. Suas classificações de uma La Regeneración medieval e ultra religiosa acabam desconsiderando os significados do Partido Conservador Colombiano e da aliança Estado-Igreja para alcançar a autonomia-civilidade almejadas naquele contexto. Poderíamos concluir que muitos historiadores tendem a ver La Regeneración como obscura devido ao papel do Partido Conservador Colombiano e a aliança política-religião.

Acreditamos que julgar a Igreja Católica como a gênese de um suposto obscurantismo da Colômbia é tão somente uma visão anacrônica do movimento de La Regeneración e dos sentidos que a aliança Estado-Igreja possuía diante dos eventos e das lacunas que existiam naquele país.

¹⁴⁶ “[...] en los ideales hispánicos medievales y en un orden social ultrareligioso” (RUBIANO MUÑOZ, 2016, p. 15)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-cultural promovido por La Regeneración se respaldou em uma elite cujo ideal civilizatório foi “importado” da Espanha e mediado pela Igreja Católica. Esta elite observou a “barbárie” da Colômbia como um obstáculo para construir uma nação civilizada: as diferenças internas – fossem elas regionais ou de etnia – deveriam acabar para a construção de uma unidade nacional que permitisse ao país se emancipar das amarras do imperialismo e se inserir no rol de nações desenvolvidas. As particularidades deveriam ser excluídas: o ideal de homem colombiano descartava as diversidades de seu projeto de nação. Sabe-se, contudo, que tais tentativas de excluir as particularidades não foram plenamente eficientes. Fosse pelas barreiras geográficas ou pelos mecanismos de resistência, a Colômbia nunca se constituiu em uma nação culturalmente una: a diversidade de culturas, etnias e valores torna esse país em um palco para a multiplicidade. Apesar disso, a presença da Igreja Católica ainda compreende uma característica marcante da sociedade colombiana e – podemos arriscar – uma herança do período de La Regeneración.

Nossa pesquisa dividiu-se em três capítulos, os quais se debruçaram sobre a aliança do Estado colombiano de La Regeneración com a Igreja Católica. No capítulo inicial, realizamos a discussão de conceitos como *ferramentas*, *coerência*, *lacunas*, *autonomia* e *civilidade*. Essas expressões foram analisadas em consonância com o contexto colombiano e internacional do século XIX. No segundo capítulo, nos debruçamos com maior veemência sobre a temática da aliança Estado-Igreja e sua conexão com os acontecimentos anteriores a La Regeneración. No item, buscamos compreender os impactos da Grande Depressão Econômica e do Imperialismo para a emergência do movimento regenerador, bem como realizamos a análise dos interesses da Igreja Católica em auxiliar a Colômbia em busca por autonomia e civilidade. Finalmente, o último capítulo se debruçou a abordar os mecanismos usados pelo Estado regenerador e pela Igreja Católica na aplicação do projeto de La Regeneración. Dessa forma, analisamos o papel do clero católico no sistema educacional colombiano e nas missões aos povos indígenas.

Esta pesquisa foi motivada por três questionamentos: “Havia, de fato, coerência nesta aliança entre o governo colombiano e a Santa Sé durante La Regeneración? Em que medida a Igreja Católica foi convocada para atuar nesse projeto de construção de uma cultura nacional e de uma identidade para o país? A Igreja Católica foi, de fato, um elemento de retrocesso e atraso para a vinda dos novos ares do progresso?”. As possíveis soluções para estas questões foram propostas ao longo dos capítulos enumerados com base no estudo de uma bibliografia especializada e na análise de fontes históricas. Podemos considerar que a presente dissertação

lançou um olhar mais equilibrado para a história da Colômbia e para a aliança Estado-Igreja. Nessa medida, o estudo da documentação nos permitiu questionar uma historiografia consolidada e instigar abordagens baseadas na longa duração do tempo.

Esta dissertação não objetivou exaurir o tema, mas tenta urgir pela continuidade deste estudo *a posteriori*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO TARAZONA, Álvaro. Pereira. Sociabilidades, raza y prohombres en la génesis de una ciudad. **Historiolo**, Revista de Historia Regional y Local, v. 02, n. 04, julio-diciembre 2010, p. 134-158.

ALCOCER, Paulina. Un siglo de estudios sobre la literatura y los cantos rituales uitotos. **Latinoamérica**, México, n. 02, 2015, p. 185-202.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 58, n. 01, 2015, p. 127-141. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v58n1/0034-7329-rbpi-58-01-00127.pdf> Acesso em: 28/05/2021.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE ÁLVAREZ, Margot. Religión, política y educación en Colombia. La presencia religiosa extranjera en la consolidación del régimen conservador durante la Regeneración **HiSTOReLo**, Revista de Historia Regional y Local, v. 3, n. 6, julio-diciembre, 2011, p. 154-171.

ANTONIO BEJARANO, Jesús. Guía de Perplejos: Una mirada a la historiografía colombiana. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, n. 24, 1997, p. 283-329.

ANZOLA MARTÍNEZ, Juan. **Congreso y exposiciones nacionales de misiones católicas**. Bogotá: Tipografía Minerva, 1924.

ARANGO, Rodolfo. La construcción de la nacionalidad. In: SIERRA MEJIA, Rubén. (Org.) **Miguel Antonio Caro y la Cultura de su época**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

ARIZA ARIZA, Nectalí. Los Wilches Calderon: red familiar y poder político en el Estado de Santander (1857-1886). **ACHSC**, v. 41, n. 02, jul-dic 2014, p. 23-64.

ARÓSTEGUI, Julio. **La Investigación Histórica: Teoría y Método**. Barcelona: Editora Crítica, 1995.

ATA. **Ata Geral Redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885**. Trad. de Luiz Arnaut (Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de História). Disponível em: https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf Acesso em 16/06/2021.

BÁEZ OSARIO, Myriam. **La educación en los orígenes republicanos de Colombia**. Tunja: Uptc, 2006.

BARBOSA, Maria Lucia Victor. **América Latina: Em busca do paraíso perdido**. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BENIGNO PERILLA, José. Carta de José Benigno Perilla a Angel et Rufino Cuervo (1887). In: **Epistolario de Rufino José Cuervo con Luis María Lleras y otros amigos y familiares**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1969.

BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA. **Comisión Corográfica**. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/colecciones/grafica/publicacion/comisi%C3%B3n-corogr%C3%A1fica> Acesso em 14/03/2021.

BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA. **Regeneración y catástrofe**. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo8.html> Acesso em 03/05/2021.

BLANCO MEJÍA, Oscar. **Fe y Nación en Colombia. La Regeneración y el proyecto de una nación católica, 1885-1920**. Universidad Industrial de Santander (Trabajo de grado para obtener el título de maestría en historia), 2018.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Dois mundos em revista: visões e influências da historiografia francesa para a escrita da história do Brasil oitocentista. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, ano 06, n. 11, maio 2014, p. 11-38.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** (v. 01). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRADLEY, William M. **Map of the Republic of Colombia**. Filadélfia, 1891. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/11318/> Acesso: 03/03/2021.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A longa duração. **Revista de História**, n. 62, v. XXX, ano XVI, abril-junho, 1965, p. 261-294.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BRUIT, Héctor H. A Invenção da América Latina. **Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**, Belo Horizonte, 2000.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Trad. de Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

CABRERA BECERRA, Gabriel. Los manuales escolares colombianos y la Amazonia, 1880-1940. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 18, enero-julio 2010, p. 83-106.

CAIXETA, Thayse Cristine, MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado. **O narcotráfico na Colômbia e a implementação do Plano Colômbia no início dos anos 2000**. Universidade Federal de Uberlândia (Monografia para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais), 2018.

CAMPOS, Daniela Queiroz. Garotas, Modos e Modas: A civilidade e a estética feminina na coluna Garotas nos Anos Dourados. In: **X Simpósio Internacional Processo Civilizador**, Unicamp, 2007. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Daniela_Queiroz.pdf Acesso em 25/05/2021.

CANÇÃO NOVA. **Vaticano divulga estatísticas sobre a Igreja Católica na Colômbia**. Publicado em: 29/08/2017. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/mundo/vaticano-divulga-estatisticas-sobre-igreja-catolica-na-colombia/> Acesso: 15/01/2021.

CANET DEL MAR, Frei Benigno de. **Informe del Caquetá**. Orden Agustinos Recoletos (OAR). In: Historia de la Orden de los Agustinos Recoletos, Orden de Agustinos Recoletos, documentos, 15 de mayo de 1919.

CAPELATO, Maria Helena. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

CARO, Miguel Antonio. Conquista y colonización de América por los españoles. In: **Boletín de la Real Academia de la Historia**, tomo 06, 1885, p. 182-200. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/boletin-de-la-real-academia-de-la-historia--65/html/0257fc34-82b2-11df-acc7-002185ce6064_65.html#I_67 Acesso: 29/05/2020.

CARO, Miguel Antonio. **Curso de Filosofía**. Dictado por Don Miguel A. Caro como profesor de Filosofía en el Seminario de Bogotá en 1872. Archivo del doctor Francisco J. Zaldúa. Seminario Conciliar de Bogotá. Digitalizado por la Biblioteca Luis Ángel Arango del Banco de la República. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/curso-de-filosofia-dictado-por-don-miguel-a-caro-como-profesor-de-filosofia-en-el-seminario-de-bogota-en-1872-914539/> Acesso: 19/04/2021.

CARO, Miguel Antonio. Discurso al Concejo Nacional de Delegatarios (1885). In: **Antecedentes de la Constitución de Colombia de 1886**. Bogotá: Editorial Plaza y Janés, 1983.

CARO, Miguel Antonio Caro. **Estudio sobre el utilitarismo**. Bogotá: Imprenta a cargo de Foción Mantilla, 1869.

CARO, Miguel Antonio. **La Caída de Maximiliano**. Bogotá, 1867. Disponível em: https://catalogoenlinea.bibliotecanacional.gov.co/client/es_ES/search/asset/79715/0 Acesso: 23/06/2021.

CARO, Miguel Antonio. **La unidad católica y la pluralidad de cultos**. Bogotá: Imprenta de Echeverría Hermanos, 1869.

CARO, Miguel Antonio. Los hermanos de las escuelas cristianas. **El Tradicionalista**, Bogotá, may. 8, 1872.

CARO, Miguel Antonio. **Mensaje del Vicepresidente de la República Encargado del Poder Ejecutivo al Congreso de 1898**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1898.

CARRASQUILLA, Rafael María. Sobre las misiones en Colombia predicada en la Catedral de Bogotá el 20 de octubre de 1912. In: **Obra de los misioneros capuchinos de la delegación Apostólica, del Gobierno y de la Junta Arquidiocesana Nacional en el Caquetá y Putumayo**. Bogotá: Imprenta La Cruzada, 1912.

CARRASQUILLA, Rafael María. Sobre Socialismo (1919). In: EUSEBIO RICAURTE, José. **Obras Completas**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1961.

CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In: **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHEVROLLIER, François. **Histoire des Eudistes en Colombie, première partie 1883-1894**. Paris: s/e, 1968.

COLOMBIA. **Concordato celebrado entre la Santa Sede y la Republica de Colombia 1887**. Disponible no seguinte endereço eletrônico com livre acesso: https://www.cec.org.co/sites/default/files/WEB_CEC/Documentos/Documentos-Historicos/1973%20Concordato%201887.pdf Acesso: 15/12/2020.

COLOMBIA. **Constitución de Rionegro** (1863). Departamento Administrativo de la Función Pública. Disponible no endereço: <https://www.funcionpublica.gov.co/> Acesso em: 22/03/2021.

COLOMBIA. **Constitución Política de Colombia de 1991**. Disponible: <https://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/colombia91.pdf> Acesso: 23/01/2021.

COLOMBIA. **Constitución Política de la República de Colombia (1886)**. Diario Oficial, Bogotá, n. 6758-6759, 1886, p. 801-807.

CONGAR, Yves. **Diálogos de Outono**. São Paulo: Loyola, 1990.

CÓRDOBA-RESTREPO, Juan Felipe. **En tierras paganas**. Misiones católicas en Urabá y la Guajira, Colombia 1892-1952. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2015.

CORTÉS, José David. **Curas y Políticos**. Mentalidad religiosa e intransigencia en la Diócesis de Tunja. Bogotá: Mincultura, 1998.

COTIZACIONES. **El Reporter Ilustrado**. Direc. Antonio de Narvaéz y Antonio Rodríguez. Bogotá, Colombia, n. 01, año 01, serie 01, junio 1890.

CRUZ RODRÍGUEZ, Edwin. La nación en Colombia del Radicalismo a la Regeneración (1863-1889): Una interpretación política. **Pensamiento Jurídico**, n. 28, mayo-agosto, 2010, p. 69-104.

DE HERRERA, Ignacio. **Reflexión de un Americano Imparcial**. Sobre la legislación de las colonias, 1810.

DE QUITO, Jacinto María. **Relación de viaje en los ríos Putumayo, Caraparaná y Caquetá y entre las tribus güitotas**. Bogotá: Imprenta de la Luz, 1908.

DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. VIII (suplemento), 2001, p. 823-838.

DULLO, Eduardo. Artigo bibliográfico após a (antropologia/sociologia da) religião, o secularismo? **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 02, 2012, p. 379-391.

DUQUE-MUÑOZ, Lucía. Geografía y cartografía en la Nueva Granada (1840-1865): producción, clasificación temática e intereses. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, n. 33, 2006, p. 11-30.

ECHEVERRY PÉREZ, Antonio José, ABADÍA QUINTERO, Carolina. Las diócesis del Valle del Cauca (Colombia) en el siglo XX: Hacia el fortalecimiento de la modernización. **HiSTOReLo**, Revista de Historia Regional y Local, v. 06, n. 12, Medellín, julio-diciembre 2014.

EL PAÍS. **O papa Francisco, a paz e a divisão da Igreja na Colômbia.** Publicado na data de: 07/09/2017. Disponível no seguinte endereço eletrônico com acesso gratuito: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/07/internacional/1504752541_375899.html Acesso: 15/01/2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** (v. 1). Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENCICLOPEDIA **Universal Ilustrada Europeo Americana.** Tomo 50. Madrid: Espasa Calpe, 1991.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica.** São Paulo: Editora Cortez, 2013.

FEBVRE, Lucien. Civilisation. Évolution d'un mot et d'un groupe d'idées. In: BERR, Henri (org.) **Civilisation – le mot et l'idée.** Exposés par Lucien Febvre, Émile Tonnelat, Marcel Mauss, Adfredo Niceforo et Louis Weber. Paris: la Renaissance du livre, 1930.

FIGUERÔA, Silvia F. de M., SILVA, Clarete Paranhos da, PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, n. 03, set.-dez, 2004, p. 713-729.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830).** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. La Proclama. Por un país al alcance de los niños. In: **Colombia al filo de la oportunidad.** Misión de ciencia, educación y desarrollo. Bogotá: Magisterio, 1994.

GARRIDO, Margarita Rosa. **La Regeneración y la cuestión nacional Estatal en Colombia**. Bogotá: Banco de la República, 1983.

GIL, Manuel. Carta de Manuel Gil a M. Ospina (1873). In: **Fondo Mariano Ospina Rodríguez**. Medellín: FAES, s/d.

GONZÁLEZ, Fernán. Para leer la política. Tomo II: **Ensayos de historia política colombiana**. Bogotá: CINEP, 1997.

GONZÁLEZ ECHEVERRY, Rui Bibiana. Relates de viaje por Colombia, 1822-1837. Cochrane, Hamilton y Steuart. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 32, enero-junio de 2017, p. 317-351.

GUERRERO BARÓN, Javier. **Los años del olvido**. Boyacá y los orígenes de la violencia. Bogotá: Tercer mundo, 1991.

GUILLÉN MARTÍNEZ, Fernando. **Los “Frentes Nacionales”**. La Regeneración – un estudio de caso. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Centro de Investigaciones para el Desarrollo (CID), 1974.

HENDERSON, James D. **La modernización en Colombia**: Los años de Laureano Gómez (1889-1965). Medellín: Universidad de Antioquia, 2006.

HENDERSON, James D. **Las ideas de Laureano Gómez**. Bogotá: Tercer Mundo, 1985.

HERING TORRES, Max S. **1892**: Un año insignificante. Orden policial y desorden social en Bogotá de fin de siglo. Colombia: Editorial Planeta Colombiana, 2018.

HERRERA-ÁNGEL, Marta. **Ordenar para controlar**: ordenamiento espacial y control político en las llanuras del Caribe y en los Andes centrales neogranadinos, siglo XVIII. Medellín: La Carreta - Universidad de los Andes, 2007.

HERRERA ATEHORTÚA, Cenedith. De retretas, prestidigitadores, circos, transformistas, cinematógrafos y toros. Notas para una historia de las diversiones públicas en Medellín, 1890-1910. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 24, enero-junio, 2013, p. 161-188.

HERRERA ATEHORTÚA, Cenedith. Zarzuela en Medellín. El caso de la compañía hispanoamericana Dalmau-Ughetti, 1894-1895. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 20, enero-junio, 2011, p. 133-150.

HOBSBAWM, Eric. A grande expansão. In: **A Era do Capital**. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HYLTON, Forrest. **A revolução colombiana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

JIMÉNEZ ÁNGEL, Andrés. Intelectuales, política y religión en Colombia en el siglo XIX: José Manuel Groot y los *escritores católicos*. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 31, julio-diciembre 2016, p. 293-321.

JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Wilson Ferney. El *Papel Periódico Ilustrado* y la configuración del proyecto de la Regeneración (1881-1888). **Historia Crítica**, Bogotá, n. 47, mayo-agosto 2012, p. 115-138.

JÚNIOR, Airton Ribeiro da Silva. **Civilização e Barbárie na ciência do Direito Internacional**: Discursos e representações de conceitos entre os séculos XVI e XIX. 170 p. Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

KALMANOVITZ, Salomón. **Economía y nación**: Una breve historia de Colombia. Bogotá: Editorial Norma, 2003.

KONETZKE, Richard. **América Latina II**. La época colonial. Madrid: Editora Siglo Veintiuno, 1978.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **História das relações internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.

LA ASPIRACIÓN. **Educación es Instrucción**. Periódicos Moral, Religioso, Literario y Noticioso. Santana, Serie I, n. 09, octubre de 1898.

LA UNIDAD CATÓLICA. **Un cristiano como ha de ser y que necesita**. Pamplona, n. 333, 16 nov. 1901.

LA VERDAD. **Colombianos y españoles**. Drama Sangriento. Agresión Cobarde. Semanario de Información. Política Exterior, Literatura, Comercio, Industrias y Variedades. Barranquilla, Colombia, año 01, n. 04, 8 de diciembre de 1895. Disponible: https://catalogoenlinea.bibliotecanacional.gov.co/client/es_ES/search/asset/88760/0 Acceso: 02/10/2021.

LA VERDAD. **“Cuba” a los cubanos**. Semanario de Información. Política Exterior, Literatura, Comercio, Industrias y Variedades. Barranquilla, Colombia, año 01, n. 01, 14 de noviembre de 1895. Disponible: https://catalogoenlinea.bibliotecanacional.gov.co/client/es_ES/search/asset/88760/0 Acceso: 02/10/2021.

LAS MISIONES EN COLOMBIA. **Obra de los misioneros capuchinos de la delegación apostólica, del gobierno y de la Junta Arquidiocesana Nacional en el Caquetá y Putumayo**. Bogotá: Imprenta de la Cruzada, 1912.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LOLE, Ana, STAMPA, Inez. Estado, Hegemonia e Conservadorismo no Brasil Contemporâneo. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 01, 2018. Disponible em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22586> Acceso em: 26/12/2021.

MALKÚN CASTILLEJO, William, MÁRQUEZ ESTRADA, José Wilson. Educar y Castigar. Dispositivos de control social en la estrategia de formación del ciudadano en

Cartagena (Colombia): 1880-1900. **Memorias, Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, año 11, n. 26, Barranquilla, mayo-agosto 2015, p. 213-249.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Ney. **Conjuntura Global**, v. 05, n. 01, jan./abr., 2016, p. 65-80.

MARTÍNEZ, Frédéric. En busca del Estado Importado: de los Radicales a la Regeneración (1867-1889). **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, n. 23, 1996, p. 115-142.

MARTÍNEZ-BOTERO, Sebastián, BETANCOURT-MENDIETA, Alexander. Representaciones geográficas de un territorio de frontera: el centro occidente colombiano, 1850-1905. **Hist.Soc.**, v. 39, Julio-diciembre, 2020, p. 241-271.

MARTÍNEZ GARNICA, Armando. Resenha. Historia y Sociedad, Medellín, Colombia, n. 23, julio-diciembre 2013, p. 219-223. Resenha de: MAYORGA GARCÍA, Fernando. **Historia de la organización electoral en Colombia (1888-2012)**. Vicisitudes de la consolidación democrática en un país complejo. Bogotá: Universidad del Rosario, Facultad de Jurisprudencia, 2013.

MOJICA VILLAMIL, Alejandro. La moralización de la república en Miguel Antonio Caro. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, ACHSC, v. 43, n. 02, jul.-dic. 2016, p. 307-333.

MONTCLAR, Fidel de. **Misiones católicas en el Caquetá y Putumayo dirigidas por los R.R. P.P. Capuchinos**. Bogotá: Imprenta de la Cruzada, 1911.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis** (1748). São Paulo: Martin Fontes, 1996.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina, SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

MORENO MILLÁN, Franklin. El Concepto de Paz en la Constitución Política de Colombia de 1991: Reconstrucción Dialéctica de su Significado a partir de la Jurisprudencia de la Corte Constitucional. **Revista de Derecho**, Universidad Católica del Norte, Sección: Estudios, año 21, n. 02, 2014, p. 305-346.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da História do Presente. **Revista eletrônica da E-Compós**, n. 01, 2004.

MÚNERA, Alfonso. **Fronteras imaginadas**. La construcción de las razas y de la geografía en el siglo XIX colombiano. Bogotá: Planeta, 2005.

MÚNERA, Leopoldo; RODRÍGUEZ, Nathaly (orgs.). **Fragmentos de lo público-político Colombia siglo XIX**. Medellín: Universidad Nacional-La Carreta, 2009.

NARVÁEZ, Roberto. Algunos ejemplos de criptografía militar mexicana (1860-1879). **Historia mexicana**, v. 65, n. 02, oct/diez. 2015, p. 841-866.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Após décadas nas mãos das Farc, floresta colombiana está aberta para exploração.** Publicação finalizada em 05/11/2020. Disponível no endereço: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/10/apos-decadas-nas-maos-das-farc-floresta-colombiana-exploracao-colombia> Acesso em 14/03/2021.

NEVES, Fátima Maria. **O método lancasteriano e a formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889).** UNESP/Assis, Programa de Pós-graduação em História (Tese de Doutorado), 2003.

NOTICIA PATRIÓTICA. **Semanario del Nuevo Reino de Granada.** Hace referencia especial a la Escuela Patriótica de primeras letras de Popayán y sobre las labores de esta institución. Biblioteca Popular de Cultura Colombiana. Bogotá: Ed. Kelly, 1942.

NÚÑEZ, Rafael. El Ferro-carril del Norte: un ponto cardinal del problema (1874). In: **Escritos económicos de Rafael Núñez** (vol. 1). Selección de escritos y prólogo de Roberto Junguito. Bogotá: Banco de la República, 2014, p. 501-526.

NUÑEZ, Rafael. **El nuevo piloto.** El Porvenir, Cartagena, n. 632, 1890. Reproducido en La Reforma (Tomo III), 1945.

NÚÑEZ, Rafael. **Ensayos de Critica Social.** Rouen: Imprimiere de E. Cagniard, 1874.

NÚÑEZ, Rafael. **Escritos económicos de Rafael Núñez** (2 volúmenes). Selección de escritos y prólogo de Roberto Junguito. Bogotá: Banco de la República, 2014.

NÚÑEZ, Rafael. Frases y hechos. Enero 23 de 1887. In: NÚÑEZ, Rafael. **La Reforma política en Colombia.** Tomo II. Bogotá: Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1945.

NÚÑEZ, Rafael. La crisis mercantil. Cartagena, 24 de diciembre de 1882. In: **Escritos económicos de Rafael Núñez** (vol. 1). Selección de escritos y prólogo de Roberto Junguito. Bogotá: Banco de la República, 2014, p. 571-580.

NÚÑEZ, Rafael. Laboremus. Cartagena, 1 de abril de 1883. In: **Escritos económicos de Rafael Núñez** (vol. 1). Selección de escritos y prólogo de Roberto Junguito. Bogotá: Banco de la República, 2014, p. 595-603.

NÚÑEZ, Rafael. Mensaje sobre la situación fiscal de la República en 1884. In: **Escritos económicos de Rafael Núñez** (vol. 2). Selección de escritos y prólogo de Roberto Junguito. Bogotá: Banco de la República, 2014, p. 1235-1239.

NÚÑEZ, Rafael. Remedios Heroicos. Cartagena, 31 de diciembre de 1882. In: **Escritos económicos de Rafael Núñez** (vol. 1). Selección de escritos y prólogo de Roberto Junguito. Bogotá: Banco de la República, 2014, p. 581-588.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel dos intelectuais e Think Tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX.** 368 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018.

ORLANDO MELO, Jorge. El periodismo colombiano del siglo XIX: colecciones, conservación, digitalización. **World Library and Information Congress 70th IFLA General Conference and Council**, Buenos Aires, Argentina, Agosto de 2004. Disponible em: <http://www.jorgeorlandomelo.com/bajar/periodismocolombiano.pdf> Acceso em: 03/10/2021.

PALACIOS, Marco. Colombia: población y sociedad (1880-1930). In: POSADA CARBÓ, Eduardo (Org.). **Colombia**. Tomo III, 1880-1930. La apertura al mundo. Madrid: Fundación Mapfre, 2015, p. 201-263.

PANI, Erika, PI-SUÑER LLORENS, Antonia. Tiempo de Definiciones: Maximiliano en México. **Historia Mexicana**, El Colegio de México, v. LXV, n. 02, octubre-diciembre, 2015, p. 535-540.

PAOLO SOLANO, Sergio et al. Ganaderos y comerciantes: el manejo del poder político en el Estado Soberano de Bolívar (Colombia), 1857-1886. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 18, enero-junio, 2010, p. 15-42.

PARRA LEÓN, Gustavo Adolfo. Matemáticas como saber escolar en Colombia (1845-1906): gobierno, razón y utilidad. **Pedagogía y Saberes**, Universidad Pedagógica Nacional, n. 47, 2017, p. 95-106.

PAZ REVEROL, Carmen, LEAL JEREZ, Morelva, ALARCÓN PUENTES, Johnny. Identidad-alteridad wayuu. Imágenes de lo diverso en la prensa del siglo XIX. **Opción**, año 21, n. 48, 2005, p. 09-33.

PELUSO, Luis Alberto. Jeremy Bentham e seus críticos. In: **Ética e utilitarismo**. Campinas: Alínea, 1998.

PÉREZ BENAVIDES, Amada Carolina. Estelas de trayectorias esparcidas: las tácticas indígenas en el contexto de las misiones. Colombia, 1880-1930.

PIO IX. **Syllabus** (1864). Associação Cultural Montfort. Disponible no seguinte endereço eletrônico: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/#S9> Acceso em 29/06/2021.

PISTONE, Sergio. Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PLATA, William E. **El Catolicismo y sus corrientes en la Colombia decimonónica. 1850-1880**. Tesis (Maestría en Historia) – Departamento de Historia, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2001.

POLANYI, Karl. **La Gran Transformación**. México: F.C.E, 1992.

POMBO, Fidel. **Breve guía del Museo Nacional**, 20 de Julio. Bogotá: Imprenta de Colunje i Vallarino, 1881.

PONTE RAIMUNDO, Mariana de Matos. **Concílio Vaticano I (1869-1870): textos e contextos, tradição e representação**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Programa de

Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

PORTER, Andrew. Missions and empire, c. 1873-1914. In: GILLEY, Sheridan, STANLEY, Brian (Org.). **The Cambridge history of Christianity** (vol. 8). Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

POSADA, Eduardo. **El desafío de las ideas**. Bogotá: Universidad EAFIT-Banco de la República, 2003.

POSADA, Eduardo. **La nación soñada**. Violencia, liberalismo y democracia en Colombia. Bogotá: Norma, 2006.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. Anticolonialismo, anti-imperialismo; Constituição das oligarquias; A América Latina é livre? Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

PRADO, Maria Ligia, PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

RANQUETAT JR, Cesar Alberto. Laicidad, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 01, 2008, p. 67-75.

REPERTORIO ESCOLAR. **Órgano Oficial de la Inspección General de Instrucción Pública**. Bogotá, año 01, n. 01, agosto 1889. Disponível no endereço eletrônico do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía” em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20Repertorio%20Escolar.%20A%20C3%B1o%20I.%20N%20C3%BAmero%20I.pdf Acesso em: 14/07/2021.

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA DE COLOMBIA. **Tomo I**. Bogotá, Topografía de La Luz, año 1, n. 1, 1893. Disponível no endereço eletrônico do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía” em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1893%20-%20Revista%20de%20la%20Instrucci%C3%B3n%20P%C3%BAblica%20de%20Colombia.%20Tomo%20I.pdf Acesso em: 16/07/2021.

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA DE COLOMBIA. **Delitos contra la religión y el culto**. Tomo I. Bogotá, Topografía de La Luz, año 1, n. 2, 1893, p. 125-127. Disponível no endereço eletrônico do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía” em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1893%20-%20Revista%20de%20la%20Instrucci%C3%B3n%20P%C3%BAblica%20de%20Colombia.%20Tomo%20I.pdf Acesso em: 19/07/2021.

REYES, Aura Lisette. “De la colección al futuro ciudadano”. Lo indígena en la republica colombiana durante el intersticio de finales del siglo XIX e inicios del XX. **Revista SURES**, n. 08, año 2016, p. 85-106.

ROJAS, Cristina. **Civilización y violencia**. La búsqueda de la identidad en la Colombia del siglo XIX. Bogotá: Norma, 2001.

ROJAS, Esteban. **Carta Pastoral del Ilustrísimo Señor Obispo del Tolima sobre la Consagración de la República al Sagrado Corazón de Jesús**. La Iglesia del Tolima. Órgano Oficial de la Diócesis, año II, n. 10, enero de 1899.

ROMA. **Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII a todos os nossos veneráveis Irmãos, os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos de Orbe Católico, em Graça e Comunhão com a Sé Apostólica**. Sobre a Condição dos Operários. 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html Acesso em 14/04/2021.

RUBIANO MUÑOZ, Rafael. Colombia de un Siglo a Otro: a Modernidad Elusiva, Revolución, Contrarrevolución y Procesos Políticos Inconclusos (1853-1953). In: QUINTEROS, Marcela Cristina, MOREIRA, Luiz Felipe Viel. **As revoluções na América Latina Contemporânea**. Maringá: UEM-PGH-História, 2016.

RUBIANO MUÑOZ, Rafael. Miguel Antonio Caro y la regeneración en Colombia a finales del siglo XIX. **Opinión Jurídica**, v. 06, n. 12, p. 2007, p. 141-162.

SAMPER, José María. **Derecho público interno de Colombia** (1886). Tomo II. Bogotá: Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1995.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 02, n. 02, agosto-dezembro de 2010, p. 24-33. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387/pdf> Acesso: 04/10/2021.

SARMIENTO, Domingo F. **Facundo: civilização ou barbárie** (1845). Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SERJE, M. **El revés de la nación, territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie**. Bogotá: Uniandes-Ceso, 2005.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, n. 24, v. 01, jan-abr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/?format=html&lang=pt> Acesso: 26/12/2021.

SOLER Y ROYO, Atanasio Vicente. **Las misiones católicas en Colombia**. Labor de los misioneros en el Caquetá y Putumayo, Magdalena y Arauca. Informes, años 1918 – 1919. Bogotá: Imprenta Nacional, 1919.

SOLIPA PADILLA, Israel. **Formación profesional en Cartagena: 1885-1900**. Visión de la política educativa de la Regeneración. Tesis (Licenciado en Historia), Programa de Historia, Universidad de Cartagena, 2002.

STUART, Ana Maria. **O Bloqueio da Venezuela em 1902**. Suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TERREROS Y PANDO, Esteban. **Diccionario Castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana**. Tomo I. Madrid: En la imprenta de la viuda de Ibarra, Hijos y Compañía, 1786.

TORRES CASTILLO, Francisco Guadalupe. **El poder blando como herramienta generadora de influencia en un mundo globalizado**. Tesis (Licenciado en Relaciones Internacionales) – El Colegio de San Luis, Potosí, 2018.

TRÉVOUX. **Dictionnaire universel françois et latin, vulgairement appelé Dictionnaire de Trévoux**: contenant la signification et la définition des mots de l'une et de l'autre langue. Paris: Compagnie des libraires associés, 1771.

TRIANA, Miguel. **Por el sur de Colombia**. Excursión pintoresca y científica al Putumayo (1907). Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 1950.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. **Revista Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012, p. 517-553.

UPRIMNY YEPES, Rodrigo. A Judicialização da Política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos. **SUR., Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, vol. 04, núm. 06, 2007, p. 52-69.

URIBE HANABERGH, Verónica. La Comisión Corográfica colombiana y la Mission Héliographique francesa: dos empresas nacionales a luz del positivismo del siglo XIX. **Historia y Sociedad**, Medellín, Colombia, n. 30, enero-junio, 2016, p. 171-197.

URIBE, Antonio José (org.). **Sociedad central de San Vicente de Paúl de Bogotá, Celebración del quincuagésimo aniversario (1857-1907)**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1907.

URIBE URIBE, Rafael. **De cómo el Liberalismo Político colombiano no es pecado** (1912). Bogotá: Planeta, 1994.

URREGO, Miguel Ángel. **Sexualidad, matrimonio y familia en Bogotá, 1880-1930**. Bogotá: Ariel/Universidad Distrital, 1997.

VALENCIA, Eugenio. **Historia de la Misión Guajira, Sierra Nevada y Motilones a cargo de los Padres Capuchinos de la Provincia de la preciosísima Sangre de Cristo**. Valencia: A. López, 1924.

VAZ SAMPAIO, Marcos Guedes. A crise de 1873 na Província da Bahia: efeitos internacionais sobre a recessão doméstica. **Cadernos de História**, v. 19, n. 31, maio 2019, p. 54-78.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. Circular Urgente. **El Maestro de Escuela**, n. 02, 1899, p. 28-30. Disponible em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf Acesso em: 15/07/2021.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. Resolución número 1º de 1899. **El Maestro de Escuela**, n. 02, 1899, p. 25-28. Disponível em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf Acesso em: 15/07/2021.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. Resolución número 2º de 1899. **El Maestro de Escuela**, n. 02, 1899, p. 28. Disponível em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf Acesso em: 15/07/2021.

VILLAÇA, Mariana Martins. Estados Unidos: “farol” e “polícia” da América Latina. In: MUNHOZ, Sidnei J., SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Relações Brasil-Estados Unidos**. Séculos XX e XXI. Maringá: EDUEM, 2011.

VON MARTIUS, Karl. **Como se deve escrever a História do Brasil**. IHGB, 1845.

WILLS OBREGÓN, María Emma. De la nación católica a la nación multicultural: rupturas y desafíos. In: SÁNCHEZ, Gonzalo, WILLS OBREGÓN, María Emma (Orgs.) **Museo, memoria y Nación**. Misión de los museos nacionales para los ciudadanos del futuro. Bogotá: Ministerio de Cultura/IEPRI/PNUD/ICANH/Museo Nacional, 2000.

ZAMBRANO, Fabio, BERNARD, Oliver. **Ciudad y territorio**: el proceso de poblamiento en Colombia. Bogotá: Instituto francés de estudios andinos, 1993.

ZANATTA, Loris. **Uma breve História da América Latina**. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.